

SESSÕES DO PLENÁRIO

61ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 20 de agosto de 2019.

PRESIDENTE: DEPUTADO NELSON LEAL

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Antônio Henrique Júnior, Bobô, Capitão Alden, Dal, Diego Coronel, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes Lula, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jacó Lula da Silva, Jânio Natal, José de Arimateia, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Jurandy Oliveira, Jusmari Oliveira, Kátia Oliveira, Luciano Simões Filho, Marcelino Galo Lula, Marcell Moraes, Marcelo Veiga, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Lula Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Osni Cardoso Lula da Silva, Pastor Isidório Filho, Pastor Tom, Paulo Câmara, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida Lula, Rogério Andrade Filho, Rosemberg Lula Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Soldado Prisco, Talita Oliveira, Targino Machado, Tiago Correia, Tom Araújo, Tum, Vitor Bonfim, Zé Cocá, Zé Raimundo Lula e Zó. (61)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Da Deputada Maria del Carmen Lula comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 6/8/2019.

Do Deputado Jurailton Santos comunicando que, por participar das comemorações da Cidade de Ituberá, esteve ausente na Sessão do dia 14/8/2019.

Do Deputado Marquinho Viana comunicando que, por participar da festa em louvor a São Roque, no Povoado de Passagem de Santana, no Município de Barra da Estiva, esteve ausente na Sessão do dia 15/8/2019.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Há um requerimento formulado por 21 Srs. Deputados:

(Lê) “*REQUERIMENTO*

EXMº SR. PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

Os Deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar:

- O projeto de lei nº. 16.267/2007, de Aatoria do Deputado Euclides Fernandes, que torna obrigatória a instalação de placas em braile contendo a relação das linhas de ônibus e seus itinerários nos terminais rodoviários do Estado.

- O projeto de lei nº 21.549/2015, de Aatoria do Deputado Pedro Tavares, que dispõe sobre a criação do dia de conscientização e combate às doenças da glândula tireóide no Estado da Bahia.

- OF. 1.805/2016 – Encaminha as contas do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado da Bahia, Rui Costa, referentes ao exercício de 2015”.

O Sr. Targino Machado: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Questão de ordem do deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Eu gostaria de fazer o cotejamento dos deputados signatários deste requerimento com o painel.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): V. Ex.^a será atendido.

O Sr. Alan Sanches: Presidente, esse requerimento é solicitando uma sessão extraordinária? Mas nós só temos 12 deputados aqui.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Nós vamos fazer aqui, agora, a conferência.

O Sr. Alan Sanches: Esse requerimento não poderá nem ser colocado para apreciação, só temos 12 deputados.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Nós já estaremos fazendo. Pode ficar despreocupado, que o deputado Alex está fazendo a verificação.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Tem que verificar com o quórum que está no painel, essa foi a regra sempre aqui.

O Sr. Targino Machado: Concordo com o deputado Líder do Governo. A leitura se tiver 21 assinaturas não padece de quórum.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Exatamente.

O Sr. Targino Machado: Mas eu gostaria que fosse lida, nome a nome, para que a gente fizesse o cotejamento no painel.

O Sr. Alex Lima: Deputado Alex Lima, presente; deputado Antonio Henrique Jr., presente; deputado Bobô, presente...

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, está viciado. Bobô não está presente.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não, está ali.

O Sr. Alex Lima: Bobô está no painel. Presente no painel.

O Sr. Targino Machado: Não está presente no painel, não.

O Sr. Alex Lima: Está! Está aqui.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Está presente no painel.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Está presente no painel.

O Sr. Targino Machado: Bobô está?

O Sr. Alex Lima: Está.

O Sr. Targino Machado: Desculpe!

O Sr. Alex Lima: Deputado Euclides Fernandes.

O Sr. Targino Machado: Euclides Fernandes.

O Sr. Alex Lima: Deputada Fabíola Mansur.

O Sr. Targino Machado: Pois não.

O Sr. Alex Lima: Deputado Fabrício Falcão.

O Sr. Targino Machado: Pois não.

O Sr. Alex Lima: Deputada Fátima Nunes.

O Sr. Targino Machado: Pois não.

O Sr. Alex Lima: Deputado Jacó.

O Sr. Targino Machado: Pois não.

O Sr. Alex Lima: Deputado Marcelo Veiga.

O Sr. Targino Machado: Deputado Marcelo Veiga.

O Sr. Alex Lima: Deputado Marcelino Galo. Deputada Maria del Carmen.

O Sr. Targino Machado: Peraí. V. Ex.^a saiu da ordem. Marcelino Galo?

O Sr. Alex Lima: Marcelo Veiga, Marcelino Galo, Maria del Carmen, Marquinho Viana.

O Sr. Targino Machado: Devagar, amigo. (Pausa) Marquinho Viana. Vá!

O Sr. Alex Lima: Neusa Cadore.

O Sr. Targino Machado: Neusa Cadore.

O Sr. Alex Lima: Niltinho.

O Sr. Targino Machado: Pois não.

O Sr. Alex Lima: Osni.

O Sr. Targino Machado: Pois não.

O Sr. Alex Lima: Pastor Isidório Filho.

O Sr. Targino Machado: Pois não.

O Sr. Alex Lima: Deputado Robinson Almeida.

O Sr. Targino Machado: Pois não.

O Sr. Alex Lima: Deputado Rogério Andrade Filho.

O Sr. Targino Machado: Pois não.

O Sr. Alex Lima: Deputado-Líder Rosemberg Pinto: 21 assinaturas.

O Sr. Targino Machado: Obrigado, Excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Sempre às ordens.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pequeno Expediente. (**Oradores inscritos**)

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Pastor Tom, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PASTOR TOM: Sr. Presidente, deputado Nelson Leal, Srs. Deputados e Deputadas, imprensa, todos que aqui estão, eu queria, Sr. Presidente, trazer um assunto que eu entendo que envolve a família, e que o mal maior está tentando destruir a família brasileira.

Eu queria a atenção desta Casa, porque esta Casa, nas suas caminhadas... eu sempre vejo os deputados pautarem a família em primeiro lugar. Eu vejo o amor, o carinho que os deputados, as deputadas, os funcionários têm pela família, que nós entendemos, no livro de Gênesis, que Deus criou o homem e criou a mulher.

E eu me deparei com um projeto diabólico, projeto diabólico de um deputado em Brasília, em que ele apresenta àquela Casa uma proposta que fala o seguinte: “*Art. 1º - Esta lei institui o Estatuto das Famílias do Século XXI.*” E eu queria narrar para vocês o que está escrito nessa proposta diabólica desse deputado. E ele narra, nesse projeto, que um pai... Ele apresenta que pode casar com a filha; ele apresenta um projeto no qual a filha pode casar com o pai, que o filho pode casar com a mãe. E vai ser votado amanhã, deputado. É o projeto de lei do Sr. Deputado Orlando Silva. Então isso é triste, isso é vergonhoso ao ponto de tramitar um projeto para destruir a família.

Então eu não posso aqui me calar diante dos deputados, das deputadas, os quais eu vejo nas redes sociais com suas famílias, alguns com filhos, outras com a filha, com o esposo. E aqui está a minha preocupação, aqui está a minha indignação. Então, como um deputado que defende a família, que defende a fé, os princípios cristãos, eu não vou me calar diante de um projeto diabólico.

Então eu quero aqui dizer para esta Casa que, enquanto eu puder estar aqui, estarei defendendo sempre a família. Não posso entender... Inclusive eu vou acompanhar no dia de amanhã essa votação, porque eu acho que é o fim de todos os tempos um deputado apresentar uma proposta dessa para querer destruir as famílias. E aqui eu não vou me calar diante dessa baboseira, de um projeto diabólico, porque, para fazer um projeto desse, essa pessoa não está sozinha. Eu não tenho dúvida de que não está sozinha, meu grande deputado, não está sozinha.

Então eu quero aqui só afirmar para esta Casa que a gente deveria estar preocupado com os projetos sociais que venham defender a família, porque a família é a única instituição viva, e nós temos que zelar.

Eu louvo a Deus, porque nesta Casa os deputados e deputadas são preocupados com a família e não vão aceitar de maneira nenhuma uma proposta dessa nesta Casa. Inclusive, nós apresentamos aqui um projeto que defende também a família, então eu não posso me calar.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Eu quero dizer para o Sr. Presidente, dizer para os deputados, quero aqui concluir as minhas palavras, que algumas pessoas falam que a Bahia é de todos os santos, mas eu quero declarar nesta tarde que a Bahia é de um santo só, que é Jesus de Nazaré. E quero concluir dizendo que posso todas as coisas naquele que me fortalece, que é o Rei dos reis, o Senhor dos senhores, o Leão da tribo de Judá.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra...

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem o deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Eu peço vênias à Casa, Sr. Presidente, para tratar aqui de um assunto que julgo polêmico, mas não posso correr da raia, não posso abrir mão dos meus princípios e das minhas convicções, mesmo que tenha certeza, de antemão, que essas convicções e princípios desagradem pessoas queridas. E é isso que vou fazer aqui agora.

Este é o Parlamento, esta é a Casa da convivência pacífica e harmônica das diferenças. O Parlamento é a Casa onde um dos pilares, senão o maior dos patrimônios, é o diálogo, a conversa. Mas o parlamento, de igual modo, Sr. Presidente, também é o guardião das leis, da legalidade, até porque nos cabe o papel legiferante, de fazer as leis. Por isso, Sr. Presidente, não acho que, seja qual for o discurso, vão me convencer de que nós devemos aqui servir de pano de cena para defesa de condenados da Justiça. Eu não acho próprio, conveniente estar desfraldada aqui no Plenário desta Casa essa bandeira de “Lula Livre”. Respeito e nunca critiquei que os Srs. Deputados, que assim o desejarem, coloquem no seu nome parlamentar, como colocaram, a palavra Lula.

Agora, eu quero pedir a V. Ex.^a que adote as providências para retirar daí do Plenário essa bandeira de Lula Livre, porque isso é apologia à defesa ao crime.

(Vários Srs. Parlamentares falam ao mesmo tempo.)

Não me interessa, nunca julguei aqui, porque não me cabe julgar a sentença de segundo grau. Nem a de primeiro, quanto mais a de segundo grau. Não me cabe julgar. Ele precisa ter a ampla defesa, e o contraditório é assegurado a ele. E defendo isso ao pior dos inimigos. Agora, aqui na Casa, este Parlamento fazer apologia ao crime, em desacordo com o ordenamento jurídico nacional, isso é uma aberração, uma ignomínia.

Então, eu peço a V. Ex.^a que defira a nossa questão de ordem e mande retirar essa ofensa à sociedade daqui do Plenário.

(Vários Srs. Parlamentares falam ao mesmo tempo.)

Eu gostaria que se filmasse isso aí. Filmem isso aí, por favor!

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Adolfo Menezes: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Osni: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Por ordem de inscrição, deputados Rosemberg, Adolfo, Osni e depois Fabrício.

O Sr. Targino Machado: Isso é uma aberração, Sr. Presidente.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, esta é uma casa das liberdades. Se ela não for assim, perde a razão de ser do Parlamento brasileiro. Aqui, cada um pode expressar as suas verdades. Então eu estou estranhando essa colocação do deputado Targino – tenho um grande respeito por ele – em dizer... Ninguém aqui está fazendo apologia a crime. Até porque o deputado levanta uma prerrogativa jurídica – eu reconheço, pelo médico que é, que ele não tem obrigação de compreender as questões jurídicas. O ex-presidente Lula – na minha opinião, injustamente, e na opinião dele, porque ele colocou, justamente – foi julgado em segunda instância, o que teria impedido a sua candidatura. Mas sequer juridicamente há um trânsito em julgado para as supostas acusações ao ex-presidente Lula. Então nem numa argumentação jurídica, se formos caminhar para isso – porque eu acho que isso aqui é uma Casa política, a gente tem que ir para o debate da política –, não se permitiria essa questão de ordem do nosso querido Líder Targino Machado.

E quero dizer o seguinte: aqui é uma casa da liberdade das expressões. Chegam aqui neste Plenário, aqui em cima, nas Galerias, diversas manifestações. E essas manifestações são legítimas da sociedade baiana. Ou seja, ao meu olhar, o ex-presidente Lula é uma pessoa que está sendo julgada de forma injusta. E quem é o criminoso é quem o julgou, que fez isso e depois foi barganhar para ser ministro da Justiça. Mas eu respeito que as pessoas pensem diferente de mim. É o que eu acho. Mas entre eu achar e ser a verdade, ou seja, quem tem que dirimir essas questões não somos nós, não sou eu aqui.

Então eu queria pedir ao deputado Targino para que refletisse na sua questão de ordem – ainda assim, pelas razões que apresentei aqui –, pedir a V. Ex.^a, porque não há embasamento regimental para proibir a manifestação dessa bandeira aqui.

Na legislatura passada, aqui nesta Casa, diversos deputados aqui presentes estiveram aqui e fizeram faixas, manifestações. E nós, inclusive, aqui, respeitamos, porque é a expressão de cada deputado. Aqui nós não podemos, efetivamente, permitir que as expressões da sociedade nas Galerias e as expressões dos deputados aqui no Plenário sejam cerceadas.

Na realidade, deputado Targino e deputado-presidente...

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, presidente.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: (...) hoje faz 500 dias que o ex-presidente Lula está preso. É uma manifestação daqueles que acreditam que o ex-presidente Lula está preso injustamente. Não tem nenhum problema, nenhum problema de quem pense o contrário se expressar ou escrever ou ir ao Plenário dizer as suas convicções.

Mas, eu quero pedir ao meu querido amigo Targino para retirar essa questão de ordem e, no limite, dizer ao presidente que não há base regimental para que possa aprovar aqui a retirada da manifestação nas Galerias dessa placa do “Lula Livre”.

Lula livre!

(Vários Srs. Deputados se manifestam: “Lula livre!”)

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem, deputado...

O Sr. Alan Sanches: Presidente, presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Targino.

O Sr. Targino Machado: Não é possível, Sr. Presidente. Olhe, o art. 227 diz:

“Formulada a questão de ordem só se admitirá a manifestação de um outro Deputado, por 5 (cinco) minutos, que pretenda falar em sentido contrário ao ponto de vista suscitante.

Parágrafo Único - Não será admitida nova questão de ordem, enquanto não solucionada a antecedente”, que foi a minha.

E eu quero dizer a V. Ex.^a que ouvi atentamente o deputado Rosemberg e que não reconheço nele nem o título de rábula, porque eu também não sou. E quero dizer que V. Ex.^a não ouviu a minha. A introdução da minha foi a defesa das liberdades, inclusive de pensamento e manifestação.

Defendo aqui a manifestação de cada um dos Srs. Deputados, que têm o direito de andar com “Lula Livre” no peito, na lapela. Agora, não admito a manifestação de pessoas estranhas ao Plenário portando aquelas faixas lá, até porque V. Ex.^a é mais velho, é mais antigo do que ele aqui e sabe que já tivemos problemas no passado com isso. Inclusive a Polícia Militar, a segurança da Casa, sendo dirigida para retirar a plateia que estava em manifestação.

Então, o que não se pode admitir são dois pesos e duas medidas. Se Lula... Se não transitou em julgado, se ele está condenado injustamente, ninguém me viu ir à tribuna para abordar esse tema. Ninguém! Eu estou protestando aqui é pela forma e o modo que está se usando esse Plenário.

“Lula Livre” no seu peito, deputado, “Lula Livre – 500 dias de injustiça”, isso é... Eu vou defender até com a minha vida o seu direito de manifestação. Agora, temos que ser contra aquela ignomínia que está ali, porque aquilo fere o princípio basilar do Parlamento.

Peço a V. Ex.^a que, com base no Art. 227 do Regimento, decida. Decida, porque aqui está dito que V. Ex.^a não pode conceder outra questão de ordem, que não uma...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Mas as questões de ordem estão versando sobre o mesmo assunto, deputado.

O Sr. Adolfo Menezes: Peço questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, eu vou ler de novo.

“Formulada a questão de ordem só se admitirá a manifestação de um outro Deputado, por 5 (cinco) minutos, que pretenda falar em sentido contrário ao ponto de vista suscitante.”

Foi feito isso por V. Ex.^a, concedendo a palavra ao ilustre Líder do Governo, deputado Rosemberg.

Agora, o parágrafo único diz: *“Não será admitida nova questão de ordem, enquanto não solucionada a antecedente”*.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: O deputado já está em 10 minutos.

Parlamentar não identificado: Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O Sr. Targino Machado: Então eu peço a V. Ex.^a que defira ou indefira. V. Ex.^a defere ou indefere.

Parlamentar não identificado: Indefere.

O Sr. Targino Machado: Hein?!

Parlamentar não identificado: Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Targino... O próprio deputado Targino está dizendo que nós não poderemos...

O Sr. Targino Machado: Não pode. Eu não aceito.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): (...) dar as outras questões de ordem em função do Regimento. E a gente tem que ser regimentalista.

Nesse período que nós estamos aqui à frente da Casa, nós sempre procuramos o entendimento. Todos os momentos que aqui houve uma situação que não faz parte da normalidade do dia a dia da Casa, nós estamos procurando normatizar, sempre com a participação de todos.

Eu já tenho algum tempo nesta Casa, são 21 anos e realmente nunca houve – e aí eu puxo pela memória também de V. Ex.^a –, nunca houve uma questão de ordem versando sobre esse assunto. Aqui nós já tivemos várias manifestações com faixas, com cartazes. E eu, para não ser injusto, acho que a melhor resposta que posso dar nesse momento é nós criarmos uma normatização para saber qual o tipo de posicionamento que vamos querer ter agora nas galerias e nessa divisória das galerias para o Plenário.

Então, deputado Targino, amanhã nós vamos ter uma reunião, como sempre, da Mesa Diretora, onde todos os partidos políticos lá têm assento. E aí nós vamos normatizar, para que a situação hoje posta: ou ela vai ser sempre permitida ou ela vai ser banida. Mas eu preferia que isso fosse... Inclusive, V. Ex.^a sabe disso, essa parte administrativa é da Primeira Secretaria, mas aqui nós procuramos tomar as nossas decisões de forma coletiva, querendo fortalecer a democracia e o nosso relacionamento aqui na Casa. Eu lhe prometo amanhã, às 11h30 lhe informar o posicionamento que a Mesa Diretora vai ter.

O Sr. Adolfo Menezes: Sr. Presidente.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, ficou colocada...

O Sr. Adolfo Menezes: Sr. Presidente, é só o deputado Targino que vai usar a questão de ordem, Sr. Presidente?

O Sr. Targino Machado: (...) a minha posição, Excelência. Eu peço vênia ao ilustre colega, porque eu não quero procrastinar a sessão. Peço vênia, mas preciso deixar registrado que fiz a questão de ordem de uma manifestação da minha consciência. Assim como outros comportamentos, outras coisas já aconteceram nesse Plenário e que eu discordo, algumas vezes calei e ficou a ferida na minha consciência por não ter falado, porque eu não posso abrir mão de direitos. Não posso transigir quando a matéria é de princípio, e isso aqui é uma matéria de princípio.

Mas, de qualquer forma, acolho a recomendação de V. Ex.^a e espero ser informado, amanhã, a respeito da decisão da Mesa Diretora.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem o deputado Adolfo, depois o deputado Alan.

O Sr. Adolfo Menezes: Sr. Presidente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pois não, deputado Adolfo.

O Sr. Adolfo Menezes: A minha questão de ordem era referente ao mesmo caso, porque eu acredito aqui, como V. Ex.^a falou, por diversas vezes, diversas sessões, vários movimentos colocaram faixas. Então, eu acredito – claro, com todo respeito ao deputado Targino – que não tem nada a ver. Essa é uma Casa democrática. Mas como V. Ex.^a, sabidamente, vai levar para a Mesa amanhã, a gente aguarda.

E não tem como, porque aqui por diversas vezes, por algum motivo, presidente anterior – na época do deputado Marcelo Nilo, do deputado Angelo Coronel –, para esvaziar, por outras questões, as galerias, às vezes por desordens, a própria Oposição ia lá para cima e pedia. Então a gente tem que tomar um certo cuidado e deixar as manifestações naturais, com todo o tipo de faixa que nós já vimos aqui, de sindicatos, Ministério Público, Polícia Militar. Não é porque tem a faixa do presidente Lula que nós deveríamos mandar retirar.

Como ficou para amanhã, essa era a minha questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Fabrício Falcão: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Questão de ordem, deputado Fabrício.

O Sr. Fabrício Falcão: Sr. Presidente, igual à fala do deputado Adolfo, eu concordo com ele. Desde que estou aqui, já estou para o terceiro mandato como deputado, toda forma de manifestação silenciosa foi respeitada nesta Casa. Toda forma de manifestação silenciosa, mesmo agredindo deputados, foi aceita por diversos órgãos e sempre aceitamos.

Então é um absurdo não deixarmos essa faixa aqui, é uma manifestação silenciosa, é uma manifestação ordeira e que merece respeito. E, por isso, eu, amanhã, se for colocar para votação, vamos normatizar tipos, de forma que possamos colocar manifestações aqui como essa.

Várias manifestações são colocadas aqui em diversas sessões que têm polêmica nesta Casa, e eu nunca fui contra, mesmo quando vi ofensas, inclusive, ao meu partido. Então, neste quesito aí, Lula livre e a faixa fica, é o meu voto para amanhã. Já está declarado hoje.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Questão de ordem, deputado Alan Sanches.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, está superada a questão, vamos...

O Sr. Alan Sanches: Presidente, eu acho que pelo ordenamento desta Casa, esse assunto está encerrado, vou concordar com V. Ex.^a. Aceitar. Não concordar com V. Ex.^a, mas aceitar. Agora, gostaria de dar continuidade ao Pequeno Expediente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jacó.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: Sr. Presidente Nelson Leal, deputados e deputadas...

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Jacó.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: Pois não!

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Eu vou pedir para restabelecer o tempo do deputado Jacó.

Deixe só eu informar a visita dos estudantes do Colégio Estadual Ministro Aliomar Baleeiro, do bairro de Pernambués. Sejam muito bem-vindos a esta Casa. (Palmas) É com muita satisfação e muita alegria que os recebemos. Sempre colocamos e gostamos de dizer que acreditamos que investindo na educação vamos construir um país muito melhor. Acreditamos que com investimentos maciços na educação, vamos fazer deste um país exemplo para o resto do mundo.

Com a palavra o nosso prezado amigo, deputado Jacó.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, pessoal da *TV ALBA*, do apoio, da segurança, da taquigrafia, pessoal que nos vê em casa, estudantes, convidados em geral da tribuna, da imprensa.

Queria, aqui, saudar o nosso governador Rui Costa, que atendeu o nosso pedido e anunciou através da Cerb, que fará a barragem de pequeno porte no distrito de Fundão, no município de Palmeiras. Muito obrigado ao governador por atender ao nosso pedido.

Essa demanda chegou até o nosso gabinete através do companheiro César Enfermeiro, de Palmeiras, que é um grande líder, é um jovem e, com certeza, vai crescer muito naquele município. É o presidente municipal do Partido dos Trabalhadores e pré-candidato a prefeito municipal pelo nosso partido.

(A Sr.^a Deputada Maria del Carmen Lula assume a presidência da Mesa.)

Queria também, Sr.^a Presidenta e o povo em geral, mostrar aqui o meu repúdio, a minha indignação. São 500 dias de prisão ilegal do presidente Lula. Inclusive... como a nossa Justiça, ela é bacana. No ano passado, no ano da eleição, na véspera da eleição, Lula não podia dar entrevista de jeito nenhum porque tinha que ter autorização judicial. Agora Lula pode dar a entrevista que quiser, cabe a ele dizer se aceita ou não. Isso é que é Justiça neste país!

(Lê) “Hoje completam-se 500 dias da maior injustiça e perseguição política de todos os tempos no nosso país. A perseguição de parte do Judiciário, da burguesia, em conluio com interesses econômicos estrangeiros, encarcerou o maior líder popular do mundo vivo atualmente.

O presidente Lula, minha gente, é vítima de uma organização criminosa instalada dentro do Judiciário brasileiro, liderada pelo Sr. Moro e Sr. Dallagnol, organização

criminosa que desfila pela passarela de quase todo o Código Penal brasileiro cometendo crimes como: tráfico de influência (2 a 5 anos de prisão); fraude processual (2 anos de prisão); crime de segurança nacional, grampearam ilegalmente a presidenta da República (5 anos de prisão); prevaricação, saber de um crime, e não denunciar (1 ano de prisão); denúncia caluniosa (8 anos de prisão); obstrução da Justiça (3 anos de prisão). Para além disso tudo, ganharam dinheiro para palestrar de forma irregular, contrariando decisão do Conselho Nacional de Justiça.

Se neste país nós tivéssemos uma Justiça independente e imparcial, com certeza o Sr. Moro e Dallagnol estariam presos, porque seriam criminosos cumprindo penas de prisão acima de 15 anos pelos crimes que acabei de citar. Nesses 500 dias, o que ficou provado é que criminosos são os que acusam Lula sem provas, ficou provado que criminoso é o atual presidente da República, que tem os filhos com os dois pés nas milícias do Rio de Janeiro e cometeram diversas fraudes no exercício dos seus mandatos...” Inclusive, cadê Mariele? Quem matou Mariele? Cadê Queiroz?

(Lê) “Cresce um único sentimento no Brasil: Lula é um preso político sequestrado por uma quadrilha que mentiu para o país, que enganou o povo brasileiro e hoje só faz ações perversas, como a retirada de direitos, como acabar com a aposentaria do povo brasileiro, como obrigar o trabalhador e a trabalhadora a trabalharem aos domingos.”

É essa situação que o nosso país enfrenta. Nós estamos aqui, nesta tribuna, para denunciar esse crime que estão fazendo contra a democracia brasileira, esse crime que estão fazendo contra o nosso líder maior, que é o presidente Lula. E não vamos nos calar, clamamos por justiça,...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

(...) clamamos que a parte boa da Justiça tome providências, clamamos que o Supremo Tribunal Federal cumpra sua parte, faça justiça, anule esse processo do Judiciário, e vote “Lula Livre”.

Lula livre! Lula livre! E Lula livre! (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Alan Sanches pelo tempo de até 5 minutos.

(As Galerias se manifestam.)

O Sr. ALAN SANCHES: Sr.^a Presidente, eu quero... Sr.^a Presidente, eu quero saudar os estudantes aqui, eu acho que essa manifestação é extremamente democrática, mas eu quero colaborar aqui com o amigo Targino, o deputado Targino. Antes do início da sessão, a gente estava questionando e queria... Justamente vou aguardar o que o presidente Nelson Leal decidiu para que a gente possa normatizar o uso das galerias com relação a esses banners, às faixas, ao que quer que seja.

Entrando no tema de hoje: eu adoro esta Casa porque nós conseguimos observar diversos vieses. Nós vimos para aqui querendo defender que não se trabalhe aos domingos, que não se faça isso, que Moro é isso, que Lula é aquilo, vários... Mas a

gente também tem que ter em mente que não se pode perder, deputado Zé Raimundo, deputado Marcelino Galo, o princípio da verdade. E a verdade, quando o governador do estado encaminha um requerimento de mais um empréstimo, empréstimo até muito pequeno para o que ele já pediu, deputado Marcelino... Nós, V. Ex.^{as}, aqui nesta Casa, já demos ao governador Rui Costa mais de R\$ 4 bilhões de empréstimos.

Veja bem: para o que nós, da Oposição, conseguimos abrir os olhos da sociedade nesses 15 dias? É uma farsa a fama de bom gestor do governador Rui Costa. Por que é uma farsa? Porque um bom gestor jamais deixaria o nosso estado da Bahia chegar nessa calamidade fiscal em que nós nos encontramos hoje.

Hoje, quando ele solicitou esse empréstimo que achou que iria passar... “Não, nós temos 45 deputados, vamos passar e vamos aprovar”. Irão aprovar, sim, mas irão fazê-lo após a ciência à nossa sociedade, à nossa população, de que hoje, deputado Marcelino Galo, grande defensor deste governo, a nota é C. A Secretaria do Tesouro Nacional, por meio do Capag, faz o cadastramento das entidades, dos estados da nossa Federação, que, a depender do que gastem e do que recebam, vão obter um conceito A, B, C ou D. A Bahia não pode mais contrair empréstimo porque não tem mais capacidade de honrar o pagamento! Como esta Casa vai querer dar mais uma vez um salvo-conduto para um governador e um governo do estado que não têm capacidade para honrar o compromisso?! O governador Rui Costa colocou o estado da Bahia na Serasa, nós estamos no vermelho através do governo Rui Costa. Por quê? E mesmo assim ele quer agora contrair mais um empréstimo. Faça-me uma garapa.

Veio depois uma nota, que eu considero uma nota técnica feita pelo próprio governo do PT, dizendo o seguinte: que esse empréstimo é para limpar o nome. V. Ex.^{as} imaginem! Agora vai se tomar empréstimo para limpar o nome. Eu nunca vi isso na minha vida, porque vai sujar de novo. Se é... Porque eu não acredito que seja para limpar nome nenhum do estado. Não é para isso. Ele, se o fizer, irá voltar, porque o problema é que se gasta mais – e muito mal – do que se arrecada.

Então essas promessas, policlínica ali, hospital acolá, não paga fornecedor aqui... o prestador que fique sem receber. Essa forma de fazer gestão não é a correta. E no ano passado, deputado Targino, eu me lembro ainda, governo Dilma, ela se candidatou a reeleição e escondeu tudo, escondeu como estava a...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) situação econômica do nosso Brasil. Após a eleição, nós descobrimos, é a mesma coisa que está acontecendo com o governo Rui Costa. Após essa eleição, neste primeiro ano, nós estamos vendo que ele está afundando o estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra, pelo tempo de até 4 minutos, à deputada Olívia Santana. Ah! não, a Tiago Correia. Desculpe-me, é Tiago Correia, deputada. Eu estava aqui assinando as atas... (Pausa)

Ele cedeu para você, Olívia.

Então, confirmando, com a palavra a deputada Olívia Santana pelo tempo restante do Pequeno Expediente.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: (Risos) Obrigada pela gentileza, deputado Tiago Correia e deputado Targino, Líder da Oposição.

Eu quero, apesar da gentileza, deputado Targino, discordar desse encaminhamento da Oposição, principalmente da fala do deputado Alan Sanches em relação ao empréstimo para o qual o governo do estado pede autorização a esta Casa. Nós devemos dar, e acho que deveria ser aprovado por unanimidade porque é uma necessidade para o estado da Bahia.

Nós temos hoje uma realidade política absolutamente adversa, que compromete as relações entre o governo federal e o estado da Bahia, mas não só. Todos os governos do Nordeste estão sofrendo uma perseguição perversa, perversa do presidente Jair Bolsonaro, que, pessoalmente, dá ordens aos seus ministros para que não atendam à Região Nordeste, aos governadores da Região Nordeste.

Esses US\$ 40 milhões que o governo pretende tomar – e eu tenho certeza de que a maioria desta Casa votará a favor – é em benefício do povo baiano, das políticas públicas do nosso estado, para garantir oxigenação financeira para que o governo possa realizar as políticas tão necessárias, as políticas públicas, porque o povo baiano não pode ser, deputado Targino, mais penalizado do que já está sendo.

Deveria haver uma gestão da bancada mais alinhada ao governo federal para fazer com que Bolsonaro libere os R\$ 500 milhões que deve, inclusive, para a obra do metrô, deputada Maria del Carmen, que ele está lá retendo por perversidade, para fazer o povo baiano sofrer. Portanto, nós temos que reagir a isso, e esta Casa tem que votar a favor, sim, desse projeto, nós estamos aqui hoje com essa tarefa.

Mudo para um segundo tema a partir da fala do colega que foi feita aqui, uma fala que me preocupou muito, com a veiculação de inverdades. As pessoas – pessoas homofóbicas, misóginas, que não gostam quando mulheres têm direitos, que não gostam quando gays, quando lésbicas têm direitos – precisam parar de cuidar da sexualidade dos outros e cuidar da sua própria sexualidade. O ataque que foi feito aqui ao projeto do deputado Orlando Silva, meu colega do Partido Comunista do Brasil, é um ataque insano. Uma mentira deslavada! O que está posto no projeto é o reconhecimento de famílias que não são mais como aquelas famílias do passado, tradicionais. Não são somente as pessoas héteros que podem constituir família. Pessoas que são homossexuais... Elton John, junto com o esposo dele, adotou uma criança e...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) está fazendo bem àquela criança. A gente tem aí os orfanatos...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, deputada.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: (...) entupidos de crianças que ninguém adota. Chega um casal gay, vai adotar, a gente vai dizer que aquilo não é uma família? O projeto do deputado Orlando Silva trata disso, porque o deputado Orlando tem compromisso com a igualdade. Em nenhum momento... Quando o projeto fala – para concluir, deputada Maria del Carmen –, de independência...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) de laços sanguíneos, é no sentido de reconhecer o direito de pessoas do mesmo sexo adotarem seus filhos. Em nenhum momento isso significa reconhecer, liberar, deputados, que pais se relacionem com filhos,...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, deputada.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: (...) que pessoas da mesma família biológica se relacionem entre si. Isso seria uma loucura, um contrassenso com os pressupostos legais do nosso país.

Eu quero finalizar, deputada, agradecendo a sua tolerância, mas é que esta Casa tem que ter compromisso com a verdade. Não pode reforçar *fake news*, mentiras que vão desqualificar a matéria. E mais que isso, criar um problema...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, deputada...

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: (...) com o deputado Orlando e com toda a bancada do Partido Comunista do Brasil.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): (...) por conta da conclusão do Pequeno Expediente.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Então é isso, muito obrigada, deputada Maria del Carmen.

(Não foi revisto pela oradora.)

GRANDE EXPEDIENTE

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Grande Expediente. Pela ordem, o deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Aludindo ao art. 225. Excelência, antes, porém, eu quero dar ciência, a esta Casa, da minha estranheza, porque acho que o sistema nervoso do governador Rui Costa deve estar alterado. Entendo que são muitos afazeres, muitas atribuições, mudança de B para C, muitas contas sem pagar, muitas promessas que não estão sendo possíveis realizar. É... Entendo o nervoso dele, que, por uma coisa, por ela só, já se justificaria: o fato dele não estar podendo bancar aquilo que foi a bandeira maior da sua campanha, as policlínicas. Foram prometidas mais de 20; ele, de fato, inaugurou oito com o financiamento de 60% dos municípios e 40% do estado, e agora está batendo nas portas do governo federal, o governo que eles xingam, o presidente que eles xingam e têm o direito de xingar. Eu até acho que esse presidente dá ensejo a algumas críticas, mas o governador está pedindo 61 milhões de ajuda, de financiamento anual, para essas oito policlínicas. Só com isso dá para tirar o governador do sério.

E vejam o que o governador disse ontem ao *Bahia Notícias*: (Lê) “O governador Rui Costa afirmou que não responderá a acusação de ter cometido ‘pedalada fiscal’, como afirmou o líder da bancada de oposição na Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA), Targino Machado (DEM)”. Abre aspas: “Não acompanhei [a declaração], não. A audiência dos deputados de oposição está baixa comigo”, fecha aspas, disse o

governador. Na verdade, foi ao *Bocão News*, nesta segunda-feira, 19, no lançamento do projeto Escola de Eletricista para Mulheres.

Eu quero dizer a S. Ex.^a o governador que não fui eu quem falou das pedaladas. Quem falou, e vem falando desde 2015, foi o Tribunal de Contas do Estado, que fala, mas, na hora de votar, amarela, porque vota 100% pelo desejo do governador, pelo comando do governador.

Senão, vejamos aqui o que diz um conselheiro, abre aspas: (Lê) “O governo do estado tem executado indevidamente, com recursos vinculados, despesas que deveriam ser suportadas por fontes com destinação específica. A Sefaz não tem mantido a rigorosa separação do recurso financeiro e faz uso de financiamento entre as fontes...” O que é isso? Pega dinheiro de conta vinculada para gastar em custeio. “(...) conforme admitido publicamente pelo respectivo titular em audiência pública na Assembleia Legislativa”. E vai mais adiante: (Lê) “Importa analisar, entretanto, até que ponto seria admissível o uso eventual e momentâneo de um recurso de uma fonte, ainda que vinculada, para sanar necessidades temporárias de outras fontes, evitando-se, assim, custos financeiros maiores que os rendimentos provenientes dos recursos disponíveis não utilizados.” O nome disso é pedalada fiscal, a Bancada do PT sabe muito bem disso porque sofreu na pele, porque, por muito menos do que isso, Dilma sofreu o *impeachment*.

Então, calma, governador, o papel de V. Ex.^a é governar. Governe com equilíbrio, com tranquilidade, saiba entender que V. Ex.^a não pode ter unanimidade, V. Ex.^a já teve tantos votos na Bahia, se comporte como estadista. Eu espero que V. Ex.^a seja um estadista, Sr. Governador. Eu estou aqui para fazer o meu papel. Os deputados do governo, hoje de manhã, não fizeram o papel deles, então reclame com eles, comigo não, viu? V. Ex.^a não tem autoridade para fazê-lo.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Sr.^a Presidente...

O Sr. Capitão Alden: Pela ordem, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, deputado Targino, a sua questão de ordem.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pela ordem.

O Sr. Targino Machado: Se deixarem, não é, Sr.^a Presidente?

(...) Eu quero solicitar de V. Ex.^a uma verificação de quórum para continuidade da presente sessão...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pela ordem.

O Sr. Targino Machado: (...) que V. Ex.^a o faça regimentalmente, zerando o painel, fazendo a convocação dos Srs. Deputados nominalmente, que faça soar as campainhas, convidando, convocando todos os deputados presentes...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) em qualquer ambiente deste Poder...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, deputado.

O Sr. Targino Machado (...) para adentrar o Plenário porque há uma questão de ordem com pedido de verificação de quórum.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto, Líder da Maioria nesta Casa.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr.^a Presidenta, primeiro, hoje o deputado Targino fez essa solicitação de pedido de verificação de quórum, mas eu esperava que a gente pudesse não ter essa necessidade, para que pudesse construir um belo debate sobre os temas que nós não tivemos a oportunidade de debater hoje na comissão conjunta.

Eu até respondi para um jornalista que me perguntou sobre o que aconteceu hoje pela manhã... Eu, na realidade, disse que nós estávamos votando aqui projetos com urgências, e havia um questionamento dos diversos deputados, inclusive da Oposição, que não dariam a oportunidade de debatermos esses projetos em comissão.

Ainda na semana passada, eu queria votar uma urgência aqui. O próprio deputado Targino me disse: “Rapaz, não faça isso, vamos colocar isso nas comissões”. E eu, para fazer essa deferência – nós tínhamos quórum suficiente –, coloquei para votar hoje em comissão conjunta, em parceria com todos os deputados do Governo, com o objetivo de debater as questões e os projetos de interesse da sociedade baiana. E o que aconteceu é o normal: houve um problema com um dos deputados, que não chegou no horário por causa de 1 minuto, porque ele estava em audiência na Cerb, e com isso se criou uma celeuma muito grande, até porque tinha presença de deputados da Oposição na comissão que dava quórum, mas nós não quisemos utilizar isso. Se, obviamente, a solicitação de quórum é para inviabilizar o debate, eu não entendi, porque é isso, em contradição, que a Oposição tem pedido para nós.

Hoje, aqui, eu queria primeiro, para chegar à contradição da questão de ordem, dizer que há um equívoco dos deputados quando dizem que a Bahia está na Serasa ou está com dificuldade de honrar os pagamentos. A Bahia é o estado com a maior capacidade de endividamento, só perdendo para o estado de Pernambuco. A Bahia tem um débito per capita menor do que o do estado de São Paulo. O estado de São Paulo!

O que aconteceu, deputado Targino, é que o governo Michel Temer tomou uma medida para alterar o regramento para os empréstimos com o objetivo de criar problemas para os governos do Nordeste. E esse presidente que aí está, que também tem raiva do povo, principalmente do povo nordestino, mantém esse mesmo formato, mas, se fosse no regramento que acontecia há mais de 50 anos, a Bahia estaria no nível A. Ela foi para o nível C, não por uma análise técnica, mas por uma decisão política de prejudicar o governo porque era um governo do Partido dos Trabalhadores, é um equívoco porque não prejudica o PT, prejudica é o povo baiano. Além do mais, eu quero dizer que há equívoco também porque esse empréstimo não está vinculado a esse regramento, não é um empréstimo para pagar dívida, é um empréstimo para garantir investimentos na maior parte da gestão, inclusive para arrecadação do estado da Bahia, o que vai refletir em todos os municípios, inclusive na cidade de Salvador.

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

Mas se os parlamentares optam, alguns deles aqui, por evitar que o estado se modernize para melhor atender às demandas,...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Líder, por favor.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: (...) eu fico triste.

Eu quero pedir que V. Ex.^a, conforme o deputado pediu, marque 15 minutos e chame individualmente cada deputado para que possa ser atendida a questão de ordem feita pelo deputado Targino.

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

O Sr. Capitão Alden: Pela ordem, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Questão de ordem do deputado Capitão Alden.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Presidente... ééé... a... a questão de ordem, só depois, obviamente, de atendida, de deferida...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Ah! Atendido, então, o pedido de verificação de quórum solicitado pelo líder da Minoria, deputado Targino Machado, e complementado pelo deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Targino Machado: Inscreva-me para falar, Sr.^a Presidente!

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

O Sr. Robinson Almeida Lula: Uma comunicação inadiável, Sr.^a Presidenta.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, há um pedido de verificação de quórum solicitado pelo líder da Minoria, solicitamos a presença de todos os deputados e deputadas aqui no Plenário para atender à verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

Peço para zerar o painel, contar os 15 minutos regimentais, vou chamar nominalmente cada um dos deputados. Peço que cada um os deputados deem a sua presença.

(A Sr.^a Presidenta procede à chamada nominal.)

O Sr. Targino Machado: V. Ex.^a impôs a cassação branca da minha voz.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Por quê?

O Sr. Targino Machado: É... em vez de me passar a palavra, está fazendo a chamada nominal.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Mas V. Ex.^a pediu a chamada nominal! (Risos) Eu fiz o que V. Ex.^a me solicitou.

O Sr. Targino Machado: V. Ex.^a deve fazer...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Deputado, eu fiz o que V. Ex.^a me solicitou!

O Sr. Targino Machado: V. Ex.^a deve fazer...

Já tem quórum, Excelência.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Já tem quórum para continuidade da presente sessão.

O Sr. Targino Machado: Eu gostaria, agora, que o deputado Marcelino Galo me inscrevesse para um aparte, seja qual for o assunto que ele for tratar porque fazer parte

de um pronunciamento da mais alta envergadura pessoal e política, como a do deputado Marcelino Galo, é motivo de honra e glória.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Grande Expediente.

Concedo a palavra...

O Sr. Targino Machado: Mas eu gostaria também que o deputado Marcelino Galo pudesse me agradecer porque eu trouxe plateia e audiência para ele, o objetivo da questão de ordem foi essa.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): (...) Antes de conceder a palavra ao deputado Marcelino Galo, que vai ser o orador do Grande Expediente, queria conceder uma questão de ordem ao deputado Capitão Alden pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. Capitão Alden: Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, com relação à colocação da nossa amiga Olívia Santana em relação ao projeto de lei do deputado federal Orlando Silva, encontra-se à disposição, no site do Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 3.369/2015, que teve, inclusive, um parecer da Comissão de Direitos Humanos e Minorias no dia 8 de julho de 2019, com voto favorável do deputado federal Túlio Gadêlha.

São muito claras, ficam muito claras, as intenções desse projeto de lei que ela citou aqui...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Deputado, V. Ex.^a pediu uma questão de ordem, mas talvez não seja tema de questão de ordem.

O Sr. Capitão Alden: Eu iria fazer logo após a colocação dela, fizeram a interrupção...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Não! Ela fez no Pequeno Expediente. V. Ex.^a, inscreva-se e fale no Horário das Representações Partidárias.

O Sr. Capitão Alden: Interromperam-me na hora. É só para dar uma explicação porque, de fato, esse projeto de lei existe...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Mas V. Ex.^a falará no momento, na tribuna.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra o deputado Marcelino Galo pelo tempo de 25 minutos.

O Sr. MARCELINO GALO LULA: Sr.^a Presidente, deputada Maria del Carmen, ora em exercício, primeiro queria começar falando e parabenizando a senhora pela condução dessa Mesa, pela competência, pelo conhecimento regimental que acabou de demonstrar aqui na condução desta Casa. Então, parabéns, deputada Maria del Carmen. Cumprimentar aqui todos os nossos deputados, nossas deputadas, senhores da imprensa, nossas companheiras e companheiros servidores desta Casa, aqueles que nos veem pela *TV ALBA*.

Hoje faz 500 dias de privação da liberdade da maior liderança política popular deste país, e justamente por isso nós fizemos essa manifestação dentro deste Plenário, desta Casa, do Parlamento, que deve ser a casa da democracia, a casa das liberdades,

onde a diversidade é natural. Aqui estão desde a extrema direita até a esquerda, com prevalência, claro, do centro.

Então aqui é a Casa de a gente discutir política, de se manifestar. Também lembro que, uma vez, tentaram limitar a participação, que foi totalmente errada, foi uma “Operação Tabajara”, que se queria montar um aquário, ou seja, uma parede feita de vidro blindado para evitar a participação popular. Então é essa história. Isso não vingou e se perdeu.

Então hoje aqui é um dia que a gente tem que registrar para o povo brasileiro, para a classe trabalhadora que, pela primeira vez na história, teve a capacidade de eleger o maior presidente deste país, o presidente que governou numa coalizão de forças e que teve ali muita competência para construir o período de crescimento da economia, de democracia e de inclusão social, em que o próprio Banco Mundial reconheceu como período de ouro da história deste país. E hoje essa liderança está presa e não foi condenada. Ele não foi condenado, porque não foi julgado pela Justiça. Houve uma operação, a maior operação fraudulenta, uma fraude perpetrada pelo sistema de Justiça, com a participação de parte do Poder Judiciário, de parte do Ministério Público, de parte da Polícia Federal, num golpe organizado, orquestrado, financiado de forma milimétrica para destruir a democracia brasileira.

Isso começou com o *impeachment* da nossa presidente Dilma, que foi defenestrada do poder, mas que saiu ilesa, pode se recandidatar, porque aqueles reconheceram que não houve crime, foi o impeachment um golpe político. E agora aí está a realidade demonstrada de forma muito transparente para o povo brasileiro através de um jornalista, um jornalista americano, mas que cumpre o seu papel de jornalismo de verdade ao mostrar. E o *The Intercept* mostra para esse povo o que foi, na surdina, um conluio, uma cooperação de uma organização política. E agora mais do que política, uma organização criminosa, que planejou, que juntou o acusador com o juiz, e esse aqui que tinha o papel de julgar, que organizava, que chefiava esse conluio que fez o *impeachment* e que, no impeachment, teve a colaboração, o papel inestimável prestado por Eduardo Cunha, que hoje foi jogado na lata do lixo, está preso. Depois teve o papel do Temer, que também está quase preso, jogado no lixo da história.

E precisavam interditar a presença de Lula naquela eleição, porque ele sim seria o vitorioso. E hoje seria o presidente do Brasil. Por isso foi interditado. Por isso que ele está preso. E ele é um preso político nesse sórdido episódio, dos mais sórdidos da história brasileira, desse conluio nojento, que fez a elite brasileira, que agora financiou e elegeu, na terceira etapa do golpe, essa figura que ora está no Planalto Central.

Mas no momento em que completar o seu serviço para essa elite vai ser jogado na lata do lixo. E tem que ser um lixo muito grande, porque ali acumula um lodo fedorento da história. Ele e todo o seu clã. Por isso, deputados, terá que ser um balde de lixo. Quem sabe terá que se fazer uma adutora e tratar esse lixo para que não se jogue na natureza, para acabar de vez com este país.

Então essa destruição, destruição...

A Sr.^a Olívia Santana: V. Ex.^a me permite um aparte?

O Sr. MARCELINO GALO LULA: (...) organizada, financiada pelo capital financeiro internacional. E hoje o país se encontra com a sua economia estagnada, há uma recessão no Brasil. Desemprego como nunca visto. Arrasada a educação. E os fascistas, na sua história, elegem seus inimigos principais: a ciência, a educação, a cultura, a saúde do povo.

Então esse país está sendo destruído, destruído!

O Sr. Robinson Almeida Lula: V. Ex.^a me permite um aparte?

O Sr. MARCELINO GALO LULA: Deputado Targino, o senhor que pediu um aparte, eu vou seguir aqui o que manda o Regimento desta Casa, e aqueles que pediram primeiro falarão. E logo após eu cedo ao deputado Robinson Almeida.

O Sr. Targino Machado: Regimentalista como V. Ex.^a, eu não me sinto com a obrigação de lhe agradecer, porque o que é de direito não se agradece. Porque no Regimento diz no Art. 152: “Aparte é interrupção do orador por tempo breve para indagação ou esclarecimento relativo à sua exposição. O aparte dependerá de permissão do orador. Mas se o orador recusar o aparte a um deputado, não mais poderá concedê-lo a qualquer outro.”

Regimentalista que é V. Ex.^a, conhecedor do ordenamento jurídico da Casa, eu quero apresentar a V. Ex.^a a minha opinião. Em nenhum momento, assumi a tribuna desta Casa para falar deste assunto: a prisão do ex-presidente Lula. Até porque não acredito que ninguém de bom senso possa ter ficado feliz com o que aconteceu, com culpabilidade ou não. Notadamente na categoria a que nós pertencemos porque erros existem e, infelizmente, atiram a todos nós na mesma vala, como se iguais fôssemos. Então, em momento nenhum, apresentei regozijo, felicidade por isso, nem critiquei.

Agora, o meu protesto aqui é tão legítimo quanto os discursos e as manifestações de V. Ex.^{as}. Eu acho até que V. Ex.^{as}, no íntimo, todos, estão a me agradecer porque se não fosse a minha manifestação, a questão de ordem, talvez essa faixa aí tivesse passado em branco, ninguém tivesse visto. Mas, de qualquer forma, apesar das divergências que existem, eu gostarei de vê-lo, estava dizendo isso ao deputado Robinson Almeida, ainda mais presente na tribuna porque V. Ex.^a tem um ativo formidável, é um dos bons quadros, um os melhores quadros desta Casa.

Parabéns, deputado Marcelino Galo.

O Sr. MARCELINO GALO LULA: Agradeço a participação do deputado Targino. Peço que seja incorporada ao nosso pronunciamento. E digo mais, deputado Targino, essa operação foi uma operação que pode atingir qualquer brasileiro.

Na última revelação há um conluio daquele “yuppiezinho”, o Dallagnol, em que ele orchestra a participação da Receita Federal para quebrar o sigilo bancário, fiscal, para conhecer contas daqueles, apenas escolhidos por ele, burlando a legislação. Então isso é um crime. Não é mais uma atuação desregrada. Configurou-se como uma atuação criminosa. E não pensem, Srs. Deputados, porque aqueles que não vão seguindo mais a linha, eles vão utilizando esses meios, como vêm fazendo com aqueles deputados que se passam como arrependidos e estão já na mira da Receita.

Por favor, deputado Robinson Almeida.

O Sr. Robinson Almeida: Deputado Marcelino, primeiro, quero cumprimentá-lo e parabenizá-lo pelo seu lúcido pronunciamento. Porque hoje se registram na História do Brasil 500 dias da maior injustiça, da maior perseguição feita a um líder político no Brasil contemporâneo.

O presidente Lula é vítima de uma trama urdida, na minha convicção, fora desse país. O objetivo central de prender o presidente Lula é sequestrar a soberania do país, colocando aqui na nossa nação um presidente entreguista que quer colocar as nossas riquezas a serviço dos Estados Unidos.

Então deixar Lula preso sem provar que ele cometeu crime, sem dar a ele todas as garantias de recurso... Porque é bom lembrar que a ex-presidente do STF tirou da pauta, adiou o julgamento estratégico e importante da prisão em segunda instância. E agora, o atual presidente Toffoli, colocou *sine die* o processo de avaliação dessa importante questão que vai definir os destinos do presidente Lula, mas eu confio na mobilização popular.

E quero convidar aqui toda a população para, no próximo domingo, participar do festival Lula Livre a partir das 14h, no Farol da Barra, com artistas nacionais e artistas baianos. Vamos para lá, reunidos, cantar em favor da liberdade, em favor da liberdade do presidente Lula. Lula Livre é o grito que não sai da nossa garganta e de todos aqueles que lutam por justiça e liberdade no nosso país.

Muito obrigado pelo aparte, deputado.

O Sr. MARCELINO GALO LULA: Agradeço também a participação do deputado Robinson Almeida, peço que incorpore ao nosso pronunciamento.

Deputado Robinson, então esse festival de asneiras, ali onde o bobo da corte, o serviçal dos poderosos, tenta iludir o povo brasileiro. Não se trata de nenhum abestalhado, nem um militar que foi expulso do Exército pela sua atuação ilegal, porque ele queria praticar o terrorismo. Então, os militares brasileiros sabem e conhecem quem é que ora ocupa...

Nós temos problemas estruturais que vêm sendo feitos através dessas contrarreformas, que hoje o Brasil... Até para aqueles que têm a meia idade já viveram outro arcabouço, outra estrutura econômica. O projeto que avança com consistência, o projeto ultraliberal que rebaixa os custos da mão de obra e fechou, na semana passada, com a medida provisória chamada medida provisória da liberdade econômica, que traz de volta a escravidão com o trabalho forçado nos finais de semana.

Então, não devemos nos iludir. E aí, deputado Robinho, também, o senhor que é um defensor dos povos indígenas... O sujeito que ocupa o “planalto do Saara”, ao anunciar que ia tomar a terra dos indígenas, ceder as reservas desse povo originário, que mais preserva as unidades de preservação dos territórios indígenas, aguçou a usura das elites locais. E teve um determinado município aqui do nosso estado, onde o prefeito fez uma cartinha a Bolsonaro para se queixar do povo indígena.

Então, é preciso muita arrogância, é preciso muita violência para desrespeitar o direito dos povos indígenas. Então esse é o arcabouço, isso é o que avança com consistência. E nós também não podemos aqui ficar perdendo tempo, só discutindo

costumes, porque os mercadores da fé, aqueles que exploram o nosso povo, deputada Olívia, fazem questão de se fixar nesse debate.

Eu tenho certeza de que aqueles que nem leram o projeto, não estudaram o projeto do deputado Orlando Silva, apenas para poder disputar o mercado do voto, andam a pregar, são os verdadeiros mercadores da fé, porque os religiosos de verdade sabem o que está escrito naquele Livro Sagrado. E lá não está escrito a opressão, porque esse é o governo que tem como a sua principal linha desmontar os movimentos populares, desmontar o movimento sindical, e para isso tomou tantas medidas, no sentido de desarticular qualquer possibilidade de resistência à implantação do seu projeto, que é de submissão ao presidente americano. E ele, com seu cabelo alaranjado, e o daqui já foi também fazer o seu topete, deveria até pintar da cor laranja para ser um serviçal parecido, ao mesmo tempo em que intervém na realidade, sem nenhum respeito, isso nunca aconteceu.

O Brasil, um gigante na política internacional, nesta semana se realiza um evento em Salvador com 26 países, e ali se discute justamente as mudanças climáticas, onde ele tem como inimigo o ambiente. E ontem a cidade de São Paulo, por ironia, a natureza ali demonstrando, às 15:30 virou noite, virou noite! O que foi que significou aquele fenômeno? Justamente as queimadas que ocorrem hoje no estado de Rondônia. Ali se queima sem nenhum limite, apenas pelas medidas anunciadas de desregulamentação do meio ambiente, todo mundo correu para desmatar.

Então, o descontrole daquelas queimadas, eis que seguem as correntes. E ali os nossos poetas, os nossos compositores já registraram em suas obras de arte os chamados rios voadores, que são, justamente, essas correntes que levam... Então, o que ocorreu em São Paulo foi que ali a fumaça, os vestígios daquelas queimadas foram conduzidos, e isso é o resultado do aquecimento global que o sujeito disse que era coisa de comunista.

Então, no nosso estado, na nossa cidade onde vive, justamente, hoje, se realizando. E aqui nesta Casa também, fizemos uma programação, tem uma exposição ali fora que é justamente sobre árvores queimadas, que retrata o processo de destruição da Mata Atlântica.

E na segunda-feira nós realizamos aqui um debate com o economista chileno, pós-doutorado, chamado Rodrigo Pizarro, onde ele fez um comparativo da evolução da economia ambiental no mundo e a legislação chilena, para que os deputados desta Casa tivessem a oportunidade de fazer um comparativo.

Então, discutir a economia ambiental é fundamental para nós porque o que nós temos que debater é a transição. E tem muita gente, infelizmente, até que faz parte da base do nosso governo, que acredita que há uma dicotomia entre meio ambiente e desenvolvimento econômico.

Ele colocou de forma muito clara que o que existe de moderno, que a tendência no mundo é a economia incorporar todas as variantes prevencionistas de conservação dos nossos recursos naturais. Recursos naturais que foram a maior cobiça daqueles que planejaram e orquestraram esse golpe, e hoje nosso país já importa quase 40% de

gasolina, de óleo diesel beneficiados e refinados nos Estados Unidos, nos Estados Unidos.

E essa política de submissão total não vai só acabar com os interesses da classe trabalhadora. Os empresários que se aliaram a esse projeto vão ter também todos os seus investimentos... porque principalmente o agronegócio brasileiro vende é para a China; os produtos manufaturados brasileiros vão para a Argentina; e à medida que o despreparado vai tomando as suas decisões, ele vai criando problema para a economia brasileira e para todo o empresariado.

Nesse sentido, nós temos que avançar para libertar aquele que construiu esse legado de democracia, de construção da cidadania, de construção das melhorias de condições de vida do povo brasileiro. Esse líder ele tem que ser julgado porque ele não quer ir para casa sob qualquer condição...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) o que ele quer é que seja feita justiça. E bandido nem sempre é aquele que está na cadeia, tem muito bandido que está fora.

Então, o Lula, que deu uma entrevista para a *TVE*, demonstrou toda a sua altivez, e que está vivo, e está muito bem, lúcido, para colocar propostas...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) para as soluções do povo brasileiro.

Então, registrando que entre os dias de privação da liberdade, Lula livre!

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. Hilton Coelho: Senhora presidente, comunicação inadiável.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Comunicação inadiável do deputado Hilton Coelho.

O Sr. Hilton Coelho: Pode começar? Falhou foi? Falhou o microfone dela.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Pode começar, deputado.

O Sr. Hilton Coelho: o.k. Peço a palavra, Sr.^a Presidente, para tratar de três eventos que vão acontecer...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Peço que marque o tempo, 5 minutos.

O Sr. Hilton Coelho: (...) três eventos que vão acontecer nos próximos dias e que nós, possivelmente, não teremos oportunidade de divulgá-los nesta Casa.

O primeiro está relacionado com a semana do Clima Latino-Americana e Caribenha que está acontecendo na cidade de Salvador como todos nós sabemos. Uma postura que me parece ter dupla face da administração municipal porque, primeiro, foi importante afirmar a necessidade de se fazer a semana do clima no Brasil, é uma atividade das Organizações das Nações Unidas e que visa dar destaque a situação mundial. Mas obviamente atrai os olhares para a situação brasileira que, como todos nós sabemos, é uma situação dramática como observou o deputado Marcelino Galo e criou aquele fenômeno que vimos ontem na cidade de São Paulo, considerado um

grande recado para a população brasileira e para o mundo do que tem sido feito no Brasil.

No entanto, não poderíamos deixar de falar, Sr.^a Presidenta, da contradição que marca essa administração, que chama para si a responsabilidade da semana do clima, mas que, infelizmente, notabiliza a cidade de Salvador justamente por uma política ambiental criminosa.

Eu quero marcar aqui dois exemplos que para mim são emblemáticos. Um é a situação da paralela, quando se liberou um empreendimento para um grande grupo econômico da nossa cidade obtendo inclusive licenças estaduais, mas também municipais, a priori, para que se operasse um criminoso desmatamento na região de Patamares.

O outro exemplo é a obra chamada de BRT que ceifou mais de 500 árvores na nossa cidade, de uma vez, para se fazer uma obra absolutamente inócua. São dois exemplos que têm sido marcados pelo companheiro Marcos Mendes, o nosso vereador do PSOL na Câmara Municipal de Salvador, e que fez com que o PSOL se tornasse a vanguarda no evento que vai acontecer amanhã à tarde.

O companheiro Marcos Mendes tem chamado o mundo para participar de atividades em paralelo que vão acontecer a partir das 14h: um cortejo que vai até a prefeitura e depois um tribunal popular que vai julgar o Brasil e o mundo, Salvador também, em relação a questão do clima e do meio ambiente.

Então, nós queríamos convocar todos para participar desse grande evento que os movimentos sociais estão protagonizando, e que o mandato da resistência do companheiro Marcos Mendes teve um papel importante como polarizador.

Outros dois eventos muito importantes vão acontecer aqui na Casa, desta vez. Na quinta-feira pela manhã nós vamos ter o debate sobre a questão da capoeira no estado da Bahia, é uma atividade, não é deputada Olívia Santana? Devemos reforçar que também vamos discutir os destinos da capoeira no nosso estado.

O Conselho é de salvaguarda da capoeira é a vanguarda dessa atividade e nós, com certeza, vamos fazer uma discussão belíssima que mostra o potencial e, ao mesmo tempo, os bloqueios que hoje existem para que essa cultura da capoeira não seja fortalecida no nosso estado da Bahia e nós pretendemos com isso retirar tais bloqueios.

E, por fim, nós vamos ter um debate aqui na Casa sobre a questão do trem. Essa proposta que, a meu ver, é uma proposta completamente equivocada e eu diria submissa, inclusive, do ponto de vista da soberania nacional, que está sendo defendida pelo governador Rui Costa que foi à Câmara de Vereadores fazer a defesa dessa proposta que é a construção do monotrilho destruindo um grande patrimônio nosso, que é o chamado trem do Subúrbio.

Eu quero frisar que pelas linhas desse trem nós podemos chegar, por um lado, no Maranhão, e, por outro lado, no Rio de Janeiro, como fez o Movimento Ver de Trem, em 1992, que saindo da cidade de Salvador chegou até o Rio de Janeiro por trilhos, através desses trilhos que podem ser destruídos caso esse projeto de monotrilho seja implementado pelo governo do estado. Muitos não sabem, mas o monotrilho não é um

transporte sobre trilhos é um transporte de pneus que vai, por um lado, agredir o meio ambiente...

(A Sr.^a Presidente faz soar as campainhas.)

(...) na cidade de Salvador, porque a substituição dos pneus vão ter que acontecer e, por outro lado, vai tirar a coincidência dos trilhos que hoje estão na cidade de Salvador com os trilhos que vão para outras cidades, negando o projeto, por exemplo, do trem regional, que poderia ligar Salvador a Feira de Santana, Salvador ao Recôncavo, de uma forma muito mais...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, deputado.

O Sr. Hilton Coelho: (...) barata para o Poder Público e garantir, não apenas a continuidade, para concluir, Sr.^a Presidenta...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) a continuidade do funcionamento do trem que vai estar comprometido como uma tarifa de baixo custo para a população.

Por tudo isso nós vamos fazer um grande debate aqui, vanguardado pelo Movimento Ver de Trem e eu queria convidar todas as deputadas e deputados desta Casa a se fazerem presentes na próxima quinta-feira...

Parlamentar não identificado: Para concluir, deputado.

O Sr. Hilton Coelho: (...) a partir das 14h, na sala das comissões.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Horário das representações partidárias. Com a palavra o representante do PSOL para falar ou indicar orador, pelo tempo de 2 minutos.

Com a palavra o deputado Hilton Coelho, pelo tempo de 2 minutos.

O Sr. HILTON COELHO: Acho que é importante, primeiro, marcar que nós tivemos um grande evento, aqui, para discutir o Judiciário, perdão, a Justiça Federal na Bahia. Nós chegamos a dar a informação, aqui, que faríamos essa audiência pública com apoio, inclusive, do presidente da Casa, deputado Nelson Leal, que se colocou simpático em relação à democratização do debate sobre a reestruturação da Justiça Federal no nosso estado.

Foi uma audiência, para os Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas terem uma ideia da magnitude do evento, que contou com as presenças de três prefeitos, um vice-prefeito, diversos vereadores, organismos do mundo jurídico como a OAB e o Instituto dos Advogados da Bahia, além de circularem sete deputados estaduais e um deputado federal, no evento. Os deputados Luciano Simões e Alex Lima também estiveram presentes e participaram ativamente, o deputado Adolfo Menezes esteve presente na discussão, enfim, foi um debate muito rico que, ao final, depois de muita atenção em relação à reestruturação da Justiça Federal, nós chegamos a conclusões muito preciosas no sentido da democratização da discussão.

Está em pauta, a criação do TRF-8...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) que é o Tribunal, na Bahia, da Justiça Federal, como forma de tornar a Justiça mais eficaz e mais acessível, mas, sobretudo, está em discussão a democratização da Justiça, do serviço da Justiça no nosso estado, do ponto de vista da sua reestruturação.

Eu quero apenas frisar, Sr.^a Presidente, que eu estou utilizando aqui o adesivo que diz: “Não somos objetos”, porque uma das perspectivas de reestruturação que vem lá de Brasília – aqui também possivelmente como uma ameaça regional –, é a transposição *ex officio* de varas no nosso estado.

Nós exigimos respeito às servidoras, aos servidores e à própria comunidade baiana, que tem que participar desse debate de maneira democrática das decisões que estão sendo tomadas dessa forma também.

Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

(Não foi revisto pelo revisor.)

O Sr. Targino Machado: Pela ordem, Excelência.

A Sr.^a Presidenta (Maria del Carmen Lula): Pela ordem, deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Arguindo o art. 225, da grande Resolução nº 1.193/85, eu quero solicitar de V. Ex.^a uma questão de ordem, para... - quem será o próximo orador? O deputado Robson? – (...) para trazer audiência a este plenário, para o deputado Robson Almeida, que vai fazer, antevejo, um belíssimo pronunciamento, e não gostaria que ele fizesse esse pronunciamento para tantas poltronas vazias.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Questão de ordem, Sr.^a Presidenta.

Por isso, Excelência, solicito de V. Ex.^a para que possa, querendo – já sem a necessidade de outra questão de ordem do Líder do Governo –, zerar o painel, abrir o tempo regimental de 15 minutos, fazer soar as campainhas, solicitar o comparecimento de S. Ex.^{as} que estejam presentes em qualquer dos ambientes deste Palácio Luís Eduardo Magalhães e de seus anexos, para que compareçam a este plenário, já que existe uma questão de ordem para a verificação de quórum, para a continuidade da presente sessão.

Quero liberar V. Ex.^a daquela chamada exaustiva nominal que V. Ex.^a fez há pouco. Convoque só nos últimos 2 minutos, se necessidade tiver, Excelência. Eu não quero cansar a voz de V. Ex.^a.

A Sr.^a Presidenta (Maria del Carmen Lula): Obrigada, deputado.

Questão de ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr.^a Presidenta, eu queria solicitar de V. Ex.^a, atendendo a uma solicitação do deputado Targino, que pudesse convocar todos os deputados nominalmente, chamando pelos nomes do painel – depois, vamos mandar trazer um chá para não ter problema com a garganta de V. Ex.^a –, mas ajudar convocando todos os deputados, coisa que já faço na minha questão de ordem, pedindo a todos os deputados e deputadas que se encontram no cafezinho, que se encontram nos gabinetes, nos diversos locais desta assembleia, que se façam presentes aqui no

plenário, para atender o deputado Targino Machado, que pede uma questão de ordem para a continuidade da presente sessão.

Por gentileza, marque o tempo regimental com o chamamento, para que a gente possa atender a essa demanda.

A Sr.^a Presidenta (Maria del Carmen Lula): V. Ex.^{as} serão atendidos, deputado Rosemberg Lula Pinto e deputado Targino Machado. Por favor, zerem o painel e marquem os 15 minutos regimentais.

Existe um pedido de verificação de quórum solicitado pelo deputado Targino Machado.

Convido a todos as Sr.^{as} Srs. Deputados a estarem presentes no plenário para a continuidade da presente sessão.

Fazendo a chamada nominal, como nos pediu o nosso Líder da Maioria.

(A Sr.^a Presidenta procede à chamada nominal para verificação de quórum.)

Existe um pedido de verificação de quórum solicitado pelo Ex.^{mo} Deputado Targino Machado, Líder da Minoria, e pelo Líder da Maioria, deputado Rosemberg Pinto, para continuidade da presente sessão.

Chamo a atenção dos Srs. Deputados que estejam na sala do cafezinho, em seus gabinetes, na biblioteca ou em outras áreas desta Casa. Existe um pedido de verificação de quórum para continuidade da presente sessão, e precisamos da presença de todos os Srs. e Sr.^{as} Deputadas.

Fazendo mais uma vez a chamada nominal dos Srs. Deputados. Convido...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Já temos quórum.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Já deu? Já há quórum regimental. Horário das Lideranças Partidárias.

Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou ao Líder do PP para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Por 6 minutos cada deputado, Robinson, do PT e Alex da Piatã, do PSD.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Robinson pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA LULA: (Lê): “Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero registrar, nesta Casa, uma moção de aplausos aos três estudantes do Colégio Estadual Governador Roberto Santos, de Paripiranga, Vitória Andrade, Luís Victor Pimentel e Milene Gomes, que foram premiados, no último fim de semana, com medalhas de bronze na 11^a Olimpíada Nacional em História do Brasil, evento realizado na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em Campinas (SP), e que contou com a participação de estudantes de todo país. Outros nove estudantes da mesma unidade escolar e que participaram da final da competição em São Paulo, conquistaram medalhas de honra ao mérito. A Bahia levou quatro medalhas na competição, uma de prata e três de bronze. Foram premiados 11 estados com 15 medalhas de ouro, 25 de prata e 35 de bronze. O Nordeste do Brasil foi a região que mais levou medalhas - das 75 distribuídas, abocanhou 58, Bolsonaro.

Estendo os aplausos, também, à Secretaria Estadual de Educação, na pessoa do seu secretário, Jerônimo Rodrigues, que tem feito um trabalho fundamental à frente desta pasta estratégica para nosso estado e fomentado a participação de nossos estudantes da rede pública de ensino nas olimpíadas nacionais, por meio do projeto Bahia Olímpica.

Os estudantes de Paripiranga, terra da minha querida deputada Fátima Nunes, senhores deputados, amigos da tribuna de imprensa, foram selecionados entre os 1.014 inscritos em todo o estado. A olimpíada, Sr.^a Presidenta, teve início em maio com a participação de 18,5 mil equipes, com um total de 73 mil inscritos em todo o país, atingindo recorde de inscrição. Portanto, nobres colegas, esse feito dos estudantes das equipes ‘Tríplice aliança’; ‘Demônios historiadores’; ‘O mar vai virar sertão’; e ‘Maria Bonita e os jagunços’, sob orientação da professora Elisa Ribeiro, é digno de aplausos e muito orgulho à Bahia e, principalmente, o município de Paripiranga, dos meus companheiros vereador Wilson do PT, prefeito Justino Neto e do vice-prefeito Marcelo Salles.

Antes de finalizar, Sr.^a Presidente, é importante ressaltar como é decisivo o investimento em ensino, pesquisa e extensão, como em ciência, tão atacados, na atualidade, pelo presidente da República e seu desgoverno. A Olimpíada Nacional em História do Brasil é um projeto realizado pelo Departamento de História da Unicamp e tem o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Programa de Pós-Graduação em História da Unicamp. Faço essa conexão, Srs. Deputados, porque os cortes promovidos pelo desgoverno Bolsonaro levaram o CNPq a acabar com 4.500 bolsas de estudo nas Universidades, como a Unicamp.

Com o corte no orçamento deste ano, por exemplo, só há recursos para pagar as bolsas em andamento no CNPq até setembro. Portanto, Sr.^a Presidenta, Srs. e Sr.^{as} Deputados, se hoje apresentamos uma moção de aplausos aos estudantes de Paripiranga, ao que estendo ao secretário Estadual de Educação, na pessoa do secretário Jerônimo Rodrigues, proponho também uma moção de repúdio ao presidente que mais atacou o ensino, a pesquisa e a ciência na História do nosso país.

Viva Paripiranga! Viva os estudantes de Paripiranga! Fora Jair Bolsonaro!”

Sr.^a Presidenta, queria também manifestar, mais uma vez, a situação de injustiça que é cometida no Brasil contra o cidadão pernambucano, brasileiro e nordestino, Luíz Inácio Lula da Silva, há 500 dias preso injustamente por um processo forjado na Vara de Curitiba, por Sérgio Moro e pela Operação Lava Jato.

É inaceitável que depois das revelações do site *The Intercept* e de vários veículos do Brasil, como a *Veja*, como a *Folha de S. Paulo*, o STF não faça uma revisão de todas as condenações que foram proferidas por aquela vara de Curitiba. O que foi revelado é que Moro não era apenas o juiz. Moro era o orientador da acusação. Ele combinava procedimentos com o Ministério Público de todas as ações que viria a julgar depois.

Moro não agiu como um juiz imparcial, agiu como um juiz acusador, ultrapassando os limites dados a ele pela nossa Constituição. Por isso, o STF tem que o colocar como suspeito em todo o processo, porque ele tomou parte, ele se envolveu e não manteve a neutralidade exigida a quem vai julgar. Portanto, aqui vai o nosso

desagravo ao brasileiro que mais fez pelo nosso povo, na sua experiência como presidente, nos 8 anos de governo, aquele que criou os principais programas sociais, aquele que valorizou o salário mínimo, aquele que ampliou e fez uma...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

(...) reforma da Previdência benigna, garantindo esse direito ao nosso povo, aquele que botou o Brasil de forma soberana na geopolítica mundial, está, injustamente, preso para não poder interferir nos destinos do nosso país e resistir a esse desmonte, a essa desnacionalização que é comandada pelo presidente Bolsonaro.

Mais uma vez, Lula livre!

Fora Bolsonaro!

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra o deputado Alex da Piatã pelo tempo de até 6 minutos.

O Sr. ALEX DA PIATÃ: Sr.^a Presidente, Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas, servidores desta Casa, imprensa aqui presente, todos que nos acompanham através da *TV Assembleia*.

Sr.^a Presidente, estou usando esta tribuna, hoje, para falar de um projeto de lei nosso e já solicitar a V. Ex.^a, que está assumindo agora, a presidência da Mesa, de que esse projeto de lei, que nós apelidamos de Fila Zero, que é fila zero para pacientes oncológicos, pacientes com câncer no SUS, para procedimentos de tomografia, ressonância, quimioterapia e radioterapia, já passou por todas as comissões desta Casa.

Foi um dos primeiros projetos de lei nosso e já está apto a ir para a Ordem do Dia. Então, eu quero pedir que V. Ex.^a possa providenciar junto ao presidente da Casa, à Mesa – a senhora que faz parte da Mesa como 1^a Secretária –, incluir o projeto na Ordem do Dia, dada a importância que é esse projeto e dado que ele já passou por todas as comissões. Não tem mais nenhuma comissão. Então, naturalmente, está apto a ser votado. Eu digo isso e considero da nossa autoria um dos projetos mais importantes que nós podemos colocar aqui na Casa, apresentar nesta Casa, porque muitos que estão nos assistindo agora sabem do sofrimento que é um paciente com câncer. Sofrimento não só para aquele, mas para toda a família.

Nós temos um problema não só na Bahia, no Brasil inteiro, nos países mais pobres e nos países em desenvolvimento como o Brasil, que não conseguem ter o diagnóstico precoce e, em função disso, acabam não tendo a cura ou muitos deles, quando não têm a cura, também não têm uma sobrevida como nos países onde o diagnóstico precoce assim permite, nos países mais desenvolvidos onde não têm essa fila.

E o nosso projeto de lei propõe que possam ser atendidos em, no máximo, 72 horas esses procedimentos. Os pacientes, aqueles que não conseguem a cura, ou seja, a sua grande maioria, um percentual bem maior do que aqui no Brasil consegue a cura, e aqueles que não conseguem, conseguem ter uma sobrevida saudável muito maior, cerca de 10, 15, 20 anos, enquanto que aqui no Brasil isso gira em torno dois, três anos.

E eu posso dar um testemunho próprio, porque perdi cinco tios, todos com câncer, com CA, e um outro agora tio também que está passando por essa mesma situação, há quase 3 anos lutando contra o câncer, e eu sei o sofrimento que é desses pacientes, o sofrimento que é da família, principalmente por isso, por aqueles tipos de câncer que têm uma dificuldade maior de diagnóstico e precisam de exames mais complexos, como uma tomografia, como uma ressonância, e têm que ficar dias ali na fila.

Então, o que nós propomos é para que esses pacientes consigam um diagnóstico precoce e tenham a cura. Ou se não tiver a cura que tenha uma sobrevida mais saudável, mais extensa, e que esses procedimentos aconteçam de uma forma célere, que eles possam em, no máximo, 72 horas ser atendidos. Até mesmo porque hoje todos que vão para a Justiça já conseguem liminares dando esse direito.

Em outros estados, como o estado de Alagoas, por exemplo, Sr.^a Presidente, isso já é lei, e os números, nos últimos 2 anos, desde quando se transformou em lei, passaram a melhorar, começaram a dar sinais de melhora.

Então, que a senhora possa levar à Mesa Diretora para colocar na Ordem do Dia. E eu tenho certeza que esta Casa vai aprovar, e o nosso governador, que é muito sensível a essa causa, porque também perdeu a sua mãe por um problema de câncer, vai sancionar, e nós vamos ter como lei aqui no estado da Bahia para melhorar a qualidade de vida, a cura e a sobrevida desses pacientes, porque a gente sabe que outros procedimentos, como tomografia e ressonância que estão na fila, podem esperar...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) em função de serem doenças que têm uma condição de espera por não oferecerem o mesmo risco de vida e sofrimento que oferece o câncer.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): V. Ex.^a terá o seu pedido transmitido amanhã na reunião ordinária da Mesa Diretora, solicitando que ele seja encaminhado para a Ordem do Dia, mas acredito que V. Ex.^a pode também fazer essa solicitação.

Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou o Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PSC para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Targino Machado: Sr.^a Presidente, no tempo reservado ao Horário das Lideranças Partidárias, no Bloco do PSDB/PSC, falarão, por 5 minutos, o deputado Soldado Prisco e, pelo tempo restante, o deputado Tiago Correia.

O Sr. SOLDADO PRISCO: Sr.^a Presidente, demais deputados, presentes nas Galerias, em primeiro lugar, eu quero parabenizar a Câmara de Vereadores de Salvador que, hoje, pela manhã, teve uma reunião com os motoristas de aplicativo e que agora arvora uma mudança no projeto do Executivo que pode garantir, graças a Deus, o trabalho a vários pais e mães de família que estavam esperando essa regulamentação dos aplicativos, que é um projeto extremamente importante.

Creio eu que aquela Casa não vai deixar de atender aos anseios desses trabalhadores e também não vai deixar de atender aos anseios dos taxistas. Eu acho que ser justo com ambos os lados é importante para a população de Salvador e da Bahia. Então, quero aqui parabenizar, na figura do presidente Geraldo Júnior, os demais vereadores presentes.

Quero também alertar que, nesse mesmo projeto, não esqueçam da questão da segurança do trabalhador e também da questão das tarifas, porque os aplicativos são grandes empresas mundiais e precisam também da sua colaboração a esses trabalhadores, porque são eles que fazem a ponta, que estão hoje aí praticamente movimentando também a economia de Salvador. Este é o recado que eu deixo a todos os motoristas de aplicativos da Bahia.

Sr. Presidente, Sr.^a Presidente, demais membros, nosso amigo Targino, estive na cidade de Itaberaba, nessa semana, meu amigo Targino, e fiquei abismado com a quantidade que eu vi de viaturas novas da PM, no pátio do batalhão, guardadas. E aí, feita a pergunta aos policiais local... Estão aguardando a agenda do governador para sair entregando município a município! As viaturas novas lá tomando sol e chuva! Dinheiro público do nosso povo aguardando agenda para fazer política com a segurança pública! Enquanto vários policiais estão aí trabalhando com viaturas extremamente sucateadas, acabadas, em situação terrível, as viaturas estão lá sendo guardadas para fazer política em determinadas cidades. E, aí, lá vem aquela velha propaganda que o governo está adquirindo mais viaturas.

Hoje mesmo, na cidade de Santo Antônio de Jesus, que já tem data marcada para entregar, vão ser retiradas duas viaturas velhas e colocadas duas viaturas novas, como assim está o contrato. Então, não estão adquirindo mais viaturas. Há uma troca de viaturas velhas pelas viaturas novas. Mas a propaganda vai colocar que estão chegando mais novas viaturas. E, aí, pasmem! Além desse absurdo, da mentira, estão lá as viaturas guardadas no pátio do batalhão. A gente vai divulgar as fotos em redes sociais para ver tamanha ingerência e incompetência desse governo na Pasta da Segurança Pública.

Estamos aqui alertando esta situação, e espero que aquelas viaturas... Realmente, em vez de fazer política com a sua base, com seus deputados e com os prefeitos, que ele pense na população da Bahia, entregue aquelas viaturas a quem lhes são devidas, quem pagou impostos e espera receber esse serviço.

Venho aqui alertar o governo também que, no dia 16 agora de agosto, nós realizamos uma assembleia da categoria Policial Militar e Bombeiros, uma assembleia extremamente satisfatória em que, após a assembleia, fizemos uma passeata pacífica e ordeira na Paralela em direção ao CAB.

Todas as categorias do soldado ao coronel estão hoje numa revolta muito grande com este governo, que prometeu e não cumpriu. Assinou um acordo em 2014 e não cumpriu. Cientes todos que esse acordo, praticamente, não onera muito o estado. Mesmo assim, tem sido uma prática deste governo em não cumprir aquilo que ele assina em acordo ou que ele promete em período eleitoral.

Quero alertar a toda a população da Bahia, ao próprio governador e aos deputados aqui presentes, que no dia 11 de setembro, na cidade do Salvador, nós realizaremos outra assembleia geral da categoria. E esperamos que daqui até lá o governador do estado faça aquilo que ele diz que é: que é um democrata – e que até o momento não fez isso, não exerceu a democracia sentando com as bases, sentando com os trabalhadores.

Então, estamos esperando que ele sente com a categoria para negociar...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) e para dialogar com a categoria e não deixe chegar até o dia 11 para depois querer jogar nas costas do trabalhador a responsabilidade do que vier ocorrer naquela data.

Então, estamos deixando aqui, presidente, esse alerta para toda a população da Bahia, ciente, que no dia 11 de setembro, às 15h, nós vamos realizar uma assembleia dos policiais militares e Bombeiros. E espero que toda a sociedade entenda diante da violência e o cenário em que estamos vivendo.

Muito obrigado, Sr.^a Presidente. Que Deus abençoe a todos!

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Tiago Correia pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr.^a Presidente, boa tarde, nobres colegas, servidores desta Casa, amigos da imprensa, trago a esta tribuna a informação debatida hoje na Comissão de Infraestrutura, presidida pelo nosso colega deputado Pedro Tavares, onde abordamos os viadutos do anel viário de Vitória da Conquista. E viadutos esses, inclusive, que já tiveram os seus projetos executivos apresentados desde 2014, àquela época foram apresentados cinco viadutos. Viaduto da entrada do bairro do Campinho; viaduto na BA-262, saída para Brumado; viaduto na BA-263, saída para Itambé; da BA-265, saída para Barra do Choça; e as alças do viaduto da Avenida Olívia Flores, que liga a cidade à Universidade Estadual da Bahia, deputado Paulo Câmara.

Acessos importantes tanto a municípios do nosso estado quanto a uma importante instituição de ensino daquele município. E a BR-116, no seu anel viário, numa cidade que é a terceira cidade do nosso estado, não tem sequer uma passarela.

É um absurdo uma cidade do porte de Vitória da Conquista, cortada ao meio pela BR-116, a famosa Rio-Bahia – e nós vemos municípios próximos muito menores com passarelas –, e Conquista nunca teve sequer uma passarela de pedestres. E hoje esse anel viário, que foi implementado há alguns anos, existem verdadeiros cruzamentos da morte, principalmente a saída da BA-263, sentido Itambé, sentido Ilhéus, onde um trânsito intenso de caminhões e carros pequenos de passeio, e o cruzamento em forma de cruz, um cruzamento criminoso, e até hoje não há sequer uma ideia de quando esses viadutos serão construídos.

Então propus ao presidente da comissão para que formássemos um grupo e fôssemos a Vitória da Conquista, representando esta Casa, a Comissão de Infraestrutura,

um colegiado de deputados para ver de perto aquele problema e buscar a NTT, buscar o Ministério de Infraestrutura, para ver quais as providências podem ser tomadas o quanto antes, para que nós não continuemos perdendo vidas nesses cruzamentos, cruzamentos que dão acesso a municípios importantes, por exemplo, Barra do Choça, que é uma grande produtora de café e tem um trânsito intenso de caminhões trazendo café daquele município, e está lá um cruzamento vergonhoso, como acabei de dizer, para uma cidade do porte de Vitória da Conquista, governada pela prefeitura do PT.

Queria também convidar aqui o nosso colega Zé Raimundo, que é deputado com votos expressivos naquela cidade, para acompanhar a comissão. Também com certeza é interesse dele, vem lutando por esses viadutos, mas nós precisamos ser mais enérgicos, entendendo a importância que esses equipamentos trarão não só para o conforto, mas principalmente para a segurança das pessoas que ali passam diariamente seguindo os seus caminhos, e até mesmo os munícipes que, muitas vezes, têm que circular por esses cruzamentos, colocando as suas vidas em risco.

Queria aproveitar também, presidente, para reforçar o projeto de indicação que apresentei nesta Casa, solicitando também em Vitória da Conquista a implementação de uma defensoria pública especializada em defesa da mulher, entendendo que Conquista, que hoje abriga a segunda defensoria pública regional, integrando também as comarcas de Brumado, Guanambi, Itapetinga, essa segunda defensoria, onde existem 12 DPs, e nenhuma delas especializadas em crimes contra a mulher, e nós entendemos que hoje essa epidemia que assola não só o nosso estado mas o nosso país precisa ser combatida, e através de instrumentos públicos nós vamos conseguir proporcionar às mulheres mais um meio de buscar os seus direitos, mais um meio de se defender, sabendo que Vitória da Conquista é a comarca que menos concede medida protetivas...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) são apenas 15,7% de medidas protetivas são concedidas em Conquista, contra 59% em Salvador, 69% em Juazeiro que é um município menor do que Conquista, 46% em Camaçari. Enfim, Conquista está lá nas últimas, junto com Feira de Santana também, deputado Targino, que concede apenas 24% de medidas protetivas, e isso principalmente...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) pela falta de equipamentos públicos, pela falta de políticas públicas que favoreçam às mulheres buscar os seus direitos.

Então, eu peço aqui a esta Casa que se junte mais uma vez a essa importante causa, defendendo e entendendo a importância que as mulheres têm em nossas vidas.

Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do PSD para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Falará pelo tempo de 6 minutos o deputado Diego, e por 6 minutos o deputado Rogerinho.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Diego pelo tempo de 6 minutos e ao deputado Rogério pelo tempo restante, 6 minutos.

O Sr. DIEGO CORONEL: Sr.^a Presidente, senhores colegas desta ilustre Casa, senhores que estão nos vendo aqui pela *TV ALBA*, o que me faz subir à tribuna no dia de hoje é para deixar registrado aqui, nos Anais desta Casa, uma reunião que houve no sábado agora no município de Mata de São João. Reunião que contou com diversas lideranças políticas. Uma reunião, diga-se de passagem, apartidária, contando com a presença de ex-prefeitos, de toda a bancada de vereadores, mostrando que o intuito desta reunião é, sim, a melhoria da estrada que é BA-505 e a BA-512.

Eu faço questão, aqui, de registrar para mostrar que o deputado Diego Coronel já participou também de uma reunião juntamente com o deputado Rosemberg Pinto, o Líder do Governo. Também se fizeram presentes o deputado Niltinho, é bom lembrar aqui, e os deputados federais Ronaldo Carletto, Cacá Leão, Nelson Pellegrino e Otto Filho, para mostrar que é uma luta em que não se tem partido, é uma luta que visa a melhoria do povo matense, e este, sim, é o bem que nós temos que preservar, em homenagem a esse povo tão querido.

Dizer que a estrada, realmente – eu trafeguei por lá – se encontra em uma situação, deplorável, intransitável. Esse trecho precisa de uma atenção especial do nosso governador Rui Costa. E eu já me comprometi a marcar uma reunião com uma comissão, que está sendo feita, para que a gente possa ir a Marcus Cavalcanti, que é o secretário de Infraestrutura, e poder sair de lá com uma solução o mais rapidamente possível.

Tenho certeza da sensibilidade do nosso governador Rui Costa, que é um governador atuante, que vem fazendo obras nos quatro cantos da Bahia. Não é à toa que tem esse apelido de “Rui Correria”. E eu também tenho certeza que ele vai se sensibilizar com essa estrada, juntamente com o secretário Marcus Cavalcanti, e irá anunciar essa obra de tanta valia para esse povo que precisa tanto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Um aparte, deputado.

O Sr. DIEGO CORONEL: Queria conceder um aparte, aqui, para o nosso Líder do Governo, o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr.^a Presidenta, na realidade, o deputado Diego coordena essa indicação, que nós assinamos conjuntamente, para que a recuperação dessa estrada, uma estrada importante para a cidade de Mata de São João, uma estrada antiga...

Desde quando eu estava na Petrobras a Petrobras já havia assumido, inclusive, o compromisso de revitalizar essa estrada, e não o fez. O governo do estado fez uma parte, mas esperamos que a gente possa conseguir a verba necessária para recuperar aquela estrada, uma reivindicação... Na semana passada estive aqui a ex-prefeita Márcia, que também participou da reunião, assim como todos os vereadores de Mata de São João.

Então, parabéns, deputado Diego, coordenamos essa indicação e eu espero que a gente consiga o dinheiro para fazer a recuperação daquela estrada muito importante para a região.

O Sr. DIEGO CORONEL: Com certeza, meu Líder. Espero também que dentro em breve a gente tenha essa notícia maravilhosa, haja vista que no dia 26, agora, vamos ter uma outra manifestação lá, na qual eu também...

Gostaria de saudar todos os vereadores que vêm fazendo essa luta por essa reivindicação na pessoa do meu amigo Tiago de Zezo e na pessoa do meu amigo Sérgio Bogoió. Também não posso deixar de saudar aqui Márcio Papinho, que é o líder desse movimento da zona rural.

Mas, Sr.^a Presidente, o que me traz também aqui, hoje, a esta tribuna, é para falar também que nesse fim de semana estava no meu município, eu que sou filho de Coração de Maria, com muito orgulho, visitando alguns amigos, e tive a oportunidade de passar pela BA-084, que liga o município de Conceição do Jacuípe, a nossa querida Berimbau, a Iará, passando por Coração de Maria. E também queria deixar registrado aqui, nesta Casa, que ela se encontra numa situação muito, muito ruim e intransitável.

Queria também marcar com o secretário Marcus Cavalcanti, e eu levarei uma comissão do município de Coração de Maria e do município de Iará, porque esse é o pior trecho, para que a gente possa buscar uma solução.

E eu queria me comprometer com vocês aqui, o deputado Diego Coronel estará nessa luta para brigar pela melhoria da região. Porque ele é filho da terra e luta tanto pela melhoria de lá, da região, e da Bahia. Valeu!

Muito obrigado e “tamo” junto.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Rogério Andrade, pelo tempo de até 6 minutos.

O Sr. ROGÉRIO ANDRADE FILHO: Sr.^a Presidenta, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, gostaria de parabenizar hoje o prefeito Thiancle, da cidade de Castro Alves, pela gestão de excelência que ele vem fazendo no município de Castro Alves. Eu estive lá, em Castro Alves, na última sexta-feira, ao lado do prefeito, que entregou, aproximadamente, 30 ruas pavimentadas. E também nós travamos juntos a luta pela reforma do mercado municipal de Castro Alves.

E aí, prefeito, queria dizer ao senhor que hoje, pela manhã, houve uma reunião das comissões conjuntas. Nessa reunião de diversas comissões conjuntas entraria em pauta o projeto da federalização do trecho da BA-120, aquele trecho do Paraguaçu, que contempla Castro Alves. Mas, por falta de mais um deputado, não houve quórum para a votação. Mas o Líder da Maioria nesta Casa, o deputado Rosemberg Pinto, garantiu que na próxima terça-feira esse projeto vai entrar em pauta para votação com urgência.

No fim de semana agora eu participei também na cidade de Jiquiriçá... me acompanharam Néa, liderança de Mutuípe, que desponta já nas pesquisas – grande liderança que tem despontado nas pesquisas em Mutuípe, pelo PSD – naquele

município, a vereadora Margarida e a vereadora Dalva, da cidade de Mutuípe. Lá em Jiquiriçá aconteceu a inauguração da Rádio Comunitária *Prazeres FM*. É uma grande conquista para a cidade de Jiquiriçá ter agora uma rádio comunitária no município, um importante município do Vale do Jiquiriçá, para Mutuípe e outros municípios ao redor.

Queria também mandar um abraço para o Sargento Barreto, que tem trabalhado ao meu lado em prol da cidade de Jiquiriçá, atendendo aos pleitos da população que ele representa.

E também parabenizar o município de Muritiba pelos 100 anos de emancipação político-administrativa. Muritiba que é uma cidade que eu tenho relação estreita, porque eu cresci visitando o município. Quando meu pai era deputado estadual, foi votado lá, com o saudoso prefeito Babão, que, infelizmente, nos deixou. Mas, hoje, o seu filho Danilo tem trabalhado muito pela cidade de Muritiba na condição de prefeito, dando continuidade ao legado do pai.

E eu fico muito feliz em ter, desde o início desta legislatura, da 19^a Legislatura, ter contribuído com o mandato do prefeito Danilo. Nós já entregamos rede de extensão de água lá na cidade de Muritiba; nós já conseguimos obra de pavimentação juntos, pela Conder; diversas conquistas para a cidade de Muritiba nesse mandato de deputado estadual. Eu tenho certeza de que o seu pai, prefeito, ficaria orgulhoso se ainda estivesse conosco.

Queria mandar um abraço para todos da cidade de Muritiba, todos os municípios que nós representamos, e dizer que nós continuaremos no ritmo de trabalho que temos imprimido desde o início desta legislatura.

Um grande abraço.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou o Líder do Bloco Parlamentar PSL/PRB/MDB para falar ou indicar orador, pelo tempo de 10 minutos. (Pausa)

Sr. Líder da Minoria, com a palavra V. Ex.^a para indicar o orador.

O Sr. Targino Machado: Farei isso tempestivamente. Antes, porém, eu gostaria de solicitar a verificação do quórum para a continuidade da presente sessão, vez que, Excelência, já tem mais de 30 minutos da anterior, que foi às 16h23min, antes que o causídico daqui, do plenário, juriconsulto, deputado Rosemberg Pinto, queira arguir os fundamentos jurídicos.

Eu gostaria de que V. Ex.^a pudesse, com a presteza e a eficiência de sempre, zerar o painel, abrir o tempo regimental de 15 minutos e convidar todos os Srs. Deputados que estiverem presentes no edifício Palácio Luís Eduardo Magalhães e em todos os seus anexos a comparecerem ao plenário desta Casa, pois há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

E gostaria de desonerar V. Ex.^a da obrigação de estar aqui fazendo aquela cansativa chamada nominal. Reserve-se somente para os últimos minutos, caso o quórum não seja atendido.

Muito obrigado, Excelência.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr.^a Presidenta...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Questão de ordem para o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr.^a Presidenta, eu só pediria que V. Ex.^a marcasse os 15 minutos e fizesse o mesmo ritual de chamar nominalmente os deputados, atendendo ao pedido do deputado Targino Machado.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Solicito que zerem o painel e marquem 15 minutos.

Convido os Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas que estão nos diversos locais desta Casa, seja nos seus gabinetes, na sala do cafezinho, no nosso *hall* de entrada, na biblioteca, nos diversos outros espaços desta Casa, na lanchonete, para adentrarem a este plenário. Existe um pedido de verificação de quórum solicitado pelo Líder da Minoria, reforçado pelo Líder da Maioria, para que todos estejam aqui para a continuidade da presente sessão.

Mais uma vez convoco todos os Srs. Deputados e as Sr.^{as} Deputadas para adentrarem ao nosso plenário para que possamos dar continuidade a esta tarde em que temos tantos projetos importantes, inclusive projetos de autoria dos deputados.

Portanto, é necessária a presença, para a continuidade, do número regimental de 21 Srs. Deputados para a continuidade da presente sessão. Convido a estarem presentes no plenário.

(A Sr.^a Presidenta procede à chamada nominal para a verificação do quórum.)

Srs. e Sr.^{as} Deputadas, existe uma solicitação de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão. Convido todos os Srs. Deputados...

Já deu o quórum. Restituído o quórum regimental.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao Líder da Minoria ou o Líder do Bloco Parlamentar PSL/PRB/MDB para falar ou indicar orador, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Targino Machado: Sr.^a Presidente, no horário do Bloco citado por V. Ex.^a, falarei nos primeiros 5 minutos, e serei sucedido na tribuna pelo deputado José de Arimateia, que está a caminho deste plenário. Caso ele não consiga chegar, já aviso a V. Ex.^a que suprirei na tribuna o horário dele.

Obrigado, Excelência.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Targino Machado, pelo tempo de 5 minutos; e pelo restante do tempo, o deputado José de Arimateia.

O Sr. TARGINO MACHADO: Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, senhores da imprensa, senhores funcionários, senhores que nos assistem através da *TV Assembleia*, temos muitas matérias na Ordem do Dia desta Casa. Hoje estaremos, cada um do seu jeito, cumprindo aqui o dever político, regimental, uns com pressa para votar e encaminhar e outros sem pressa nenhuma, com uma disposição hercúlea de obstruir,

porque este é, talvez, um dos únicos artifícios regimentais que defere favoravelmente o Regimento da Casa.

Quero me dirigir agora à Secretaria da Mesa, ao Dr. Carlos Machado, e solicitar de V. Ex.^a se tem aí o projeto de nº 23.401/2019, de autoria do Poder Executivo, porque não acredito que o original seja tão confuso como está isso aqui, como a cópia que tenho aqui. Eu gostaria de solicitar de V. Ex.^a.

O diálogo, a conversa é a essência do Parlamento. Não por acaso o nome deste Poder vem do verbo falar. E quero, aqui, sob o testemunho de todos, me dirigir ao Líder Rosemberg Pinto. Eu vou esperá-lo, quero me dirigir a V. Ex.^a sob o testemunho de todos os Srs. Deputados, notadamente da imprensa, para dizer a V. Ex.^a que não estamos aqui para discutir o sexo dos anjos, inventar artifícios em prejuízo da Bahia ou dos baianos.

Esse projeto que acabo de solicitar à Secretaria da Mesa é um projeto que visa a autorização desta Casa para o Poder Executivo transferir para a União trechos da rodovia estadual que indica, que é a rodovia BA-120. Só que o projeto que chegou à minha mão é confuso, não traz exatamente, especificamente qual é o trecho dessa cessão.

Aqui tem um ofício de S. Ex.^a encaminhando o projeto, S. Ex.^a, o governador:

(Lê) *“Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação da augusta Assembleia Legislativa do Estado, o anexo Projeto de Lei que ‘autoriza o Poder Executivo a transferir para a União os trechos da rodovia estadual que indica’.*

A Proposição tem por objetivo a prévia autorização desta Assembleia Legislativa para que o Poder Executivo possa transferir para a União trechos da rodovia estadual BA-120. Os trechos a serem transferidos têm traçado coincidente com diretrizes de rodovia federal planejada e poderão ser absorvidos pela Rede Rodoviária sob jurisdição federal.

Conforme previsto no art. 79 da Constituição Estadual, solicito que, na tramitação do Projeto de Lei, seja observado o regime de urgência,...”

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

Eu desafio alguém que ouviu essa leitura que possa identificar para mim, deputado Luciano Simões, que tem, e já me disse que tem, interesse nesse projeto, qual é, de fato, esse trecho da BA-120.

Aqui está. O projeto é esse exatamente, não é? Então,...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) a cópia que me chegou é uma cópia fiel ao projeto.

Excelência, como o deputado José de Arimateia não chegou, eu vou suprir os 5 minutos restantes do tempo.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Um aparte, deputado.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Dando continuidade, deputado Targino Machado.

O Sr. TARGINO MACHADO: Muito obrigado, Excelência.

Então, eu gostaria de inscrever para um aparte aqui, em socorro ao que está escrito, o deputado Rosemberg Pinto, que ele me falou que seria um trecho entre...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: A BR-101 e a BR-116. É aquela estrada de Castro Alves.

O Sr. TARGINO MACHADO: Então, é a estrada passando por Sapeaçu, é?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Da BR-101, em Sapeaçu, à BR-116.

O Sr. TARGINO MACHADO: Então, ali já não é mais...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: É aquela estrada de Castro Alves.

O Sr. TARGINO MACHADO: Não diz, o projeto não diz.

Então, eu gostaria de que, inclusive, V. Ex.^a pudesse solicitar a S. Ex.^a, o governador, que mandasse corrigir essa falha do projeto.

E, aproveitando esse gancho da falha do projeto, eu quero sugerir a V. Ex.^a uma indicação a S. Ex.^a, o governador, para, em vez de ele fazer essa cessão ao DNIT desse trecho apenas ali correspondente, entre a BR-101 e a BR-116, já perto de Milagres, que ele pudesse fazer a cessão de toda a BA-120, passando, inclusive, por Ipecaetá, Serra Preta e chegando a uma outra rodovia federal, que é a BR-324, naquele trecho entre Tanquinho de Feira, Tanquinho-BA, e Riachão do Jacuípe.

Não existe prejuízo nenhum, porque a argumentação utilizada pelo Sr. Governador diz que a “transferência tem por finalidade a incorporação de trechos de rodovia estadual implantada, cujo traçado coincida com diretrizes de rodovia federal planejada, à rede rodoviária sob jurisdição...”

Então, na verdade nós estaríamos ligando essa estrada BA-120, que nasce em uma BR, que é a BR-101, cruza a BR-116, cruza uma BA, que é a Estrada do Feijão, e chega até a BR-324.

Então, eu gostaria de sugerir a V. Ex.^a, já que esse projeto tem que retornar para correção, que possa V. Ex.^a sugerir ao governo que a Oposição não teria dificuldade em fazer um acordo para aprovar essa cessão, está me entendendo deputado Luciano Simões? Não teria nenhum problema em fazer essa cessão na inteireza do nascimento da rodovia na BR-101 indo até a BR-324, já no município de Riachão...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Só para fazer uma correção. Na realidade, deputado Targino, o governo do estado fez a recuperação da estrada de Sapeaçu até a cidade de Castro Alves...

O Sr. TARGINO MACHADO: Eu sei disso, eu acompanhei.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Ela está toda recuperada, V. Ex.^a acompanhou.

Essa estrada, o governo federal só concorda em receber... A vontade nossa é que se pudesse transferir toda ela para o governo federal, mas o Ministério dos Transportes só aceita o traçado que está dentro do anexo do projeto, que é da parte... o anexo aqui. Anexo único: Da entrada da BR-116... são 22 quilômetros, entrada 120 a 490, de Castro Alves até a BR-116, são 22,3 quilômetros para complementar.

O Sr. TARGINO MACHADO: Isso aqui está mais enrolado do que charuto em boca de bêbado, Excelência.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Está no anexo...

Vontade, não tinha nenhum problema, certo, do governo transferir toda ela para o governo federal, mas o governo federal só aceita esse trecho, porque entende o governo federal que está dentro de sua jurisdição. Por isso, que é impossível...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) fazer um adendo, porque, olhe bem, é uma cessão e a gente só cede se a outra pessoa quer ser cessionária. Se não, não tem como fazer.

O Sr. TARGINO MACHADO: Excelência, mas o direito de petição, o direito de pedir é universal. Eu deixo aqui...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: O governador já pediu, mas...

O Sr. TARGINO MACHADO: Eu deixo aqui o nosso pedido, até porque vai ao encontro do desejo...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: É Jair Bolsonaro que não quer.

O Sr. TARGINO MACHADO: Eu não sou interlocutor de Bolsonaro.

Eu quero dizer a V. Ex.^a que irá ao encontro, esse é o meu pedido, de um desejo da população, que prefere ter uma rodovia federal ali do que uma rodovia estadual de péssima qualidade, intrafegável como está, notadamente entre os municípios de Ipecaetá e Serra Preta até a BR-324.

Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Existe sobre a Mesa um pedido do Líder da Maioria, requerendo: “*Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia*

Requeiro nos termos do art. 89, parágrafo único do Regimento Interno, a prorrogação da presente sessão pelo tempo de 1.200 minutos com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, 20 de agosto de 2019.

Deputado Rosemberg Pinto.”

Coloco em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado, com os votos contrários do deputado Targino Machado e do deputado Luciano Simões.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PL/Avante/Podemos/PSB para falar ou indicar orador, pelo tempo de 10 minutos.

Deputado Rosemberg, V. Ex.^a para indicar orador no tempo do bloco.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr.^a Presidenta, falará, por 5 minutos, a deputada Neusa Cadore; e falará, por 5 minutos, o deputado João Isidório.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra a deputada Neusa Cadore, pelo tempo de 5 minutos.

A Sr.^a NEUSA LULA CADORE: Sr.^a Presidenta, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, servidores da Casa.

(Lê) “Nesta terça-feira, dia 20, em que se completam 500 dias da prisão política do nosso presidente Lula eu quero somar a minha voz de indignação a todos aqueles que, aqui, nesta tribuna, hoje, já fizeram o seu pronunciamento, mas também me associar a todas as pessoas, seja no Brasil ou fora do Brasil, que estão envolvidas no processo de mobilização permanente pela liberdade de Lula e em defesa da nossa democracia.

Perseguido durante toda a sua vida pela elite conservadora deste país, Lula, como é sabido, é vítima de uma das maiores injustiças do nosso tempo, sendo preso e condenado com base em informações duvidosas e fraudulentas. Agora, passados 500 dias do seu cativeiro, aquilo que já sabíamos veio às claras para toda a população: a atuação ilegal e parcial de Moro e Dallagnol no processo de julgamento do presidente, uma agressão ao Estado Democrático de Direito e à nossa Constituição, lei maior do país.

Cada revelação trazida pela imprensa sobre o conluio do ministro da Justiça e os procuradores da Lava Jato para condenar Lula sem provas nos mostra o quanto esse processo foi forjado e contaminado em todas as suas instâncias e, por isso mesmo, precisa ser anulado.

A pretexto de combater a corrupção, a Lava Jato atuou de forma criminoso para garantir a eleição de Bolsonaro, foi convivente com as *fake news* e com a disseminação do ódio e da intolerância que tanto mal estão produzindo no meio da nossa sociedade.

Mas, inclusive como vimos aqui, hoje, nas Galerias, a população brasileira, a juventude, as mulheres, os segmentos excluídos do nosso país, aqueles que nunca esquecerão o quanto o governo Lula transformou suas vidas, a população mais pobre não vai arredar pé das ruas e nem vai deixar a luta. Vamos continuar juntos exigindo a libertação imediata do ex-presidente Lula, a investigação da *#Vazajato* e o afastamento de Moro do ministério da Justiça.

Defender Lula é defender a maior liderança deste país, a maior liderança da nossa história, é defender os direitos democráticos de qualquer cidadão como eu, como vocês, como nós. Mas o que está em jogo, companheiros e companheiras, é o crescimento de um regime predatório (com as nossas reservas naturais) autoritário, fascista, um governo de extrema direita que não tem nenhum compromisso com direito das pessoas, nenhum compromisso com a classe trabalhadora, nenhum compromisso com a vida das pessoas.”

Hoje, no dia em que se completam 500 dias, é impossível esquecer da luta do nosso ex-presidente Lula, que tirou milhões de pessoas da pobreza, que garantiu o pão na mesa das pessoas mais pobres deste país e que fez o filho da empregada doméstica, do trabalhador chegar às universidades, para cada brasileiro e brasileira ter orgulho do nosso país.

Lula vale a luta! Lula livre!

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Com a palavra Pastor Isidório Filho, pelo tempo de até 5 minutos. Deputado João Isidório está com a palavra.

O Sr. PASTOR ISIDÓRIO FILHO: Sr. Presidente, Srs. Deputados, muito boa tarde. Gostaria de saudar a todos com a paz do Senhor Jesus, pois assim a Bíblia nos ensina.

Sr. Presidente, no último dia 14 de agosto, a cidade de Candeias completou 61 anos de emancipação política, 61 anos de história, de lutas e de vitórias. E só temos a comemorar o aniversário daquela cidade.

Gostaria de usar esta tribuna, hoje, para parabenizar todos os candeenses; parabenizar o Executivo daquela cidade, na pessoa do prefeito Pitágoras; parabenizar o Legislativo, na pessoa da presidente da Câmara, Lucimeire; parabenizar o Poder Judiciário; as autoridades civis e militares.

No próximo dia 27, o nosso governador Rui Costa, o governador “correria”, estará em Candeias inaugurando mais uma grande obra do seu governo, que é o CAPS AD, que será entregue na cidade. Uma obra muito linda, uma obra de excelência com o “G” do governo do estado e de gente.

É claro que a gente não só pode parabenizar e agradecer. No nosso mandato já fizemos algumas indicações ao nosso governador, desde quando assumi como deputado. A exemplo do pedido de recuperação e de restauração das escolas estaduais de Candeias, da reforma das escolas.

Pedimos, ainda, ao governador Rui Costa, por via de indicação, a reforma do Centro de Abastecimento daquela cidade. Pedimos ao governador a construção de uma nova via para o município de Candeias, saindo da BA-522 e ligando ao Urbis II, para desafogar todo o trânsito daquela cidade tão importante para o Recôncavo e para a Região Metropolitana.

Agora, estamos pedindo também ao governador a recuperação imediata da BA, que liga a BR-324 à cidade de Candeias. Não é justo que em uma cidade de tanta importância como Candeias, uma cidade petroleira, os munícipes tenham que passar por aquela estrada muito esburacada, muitas pessoas às vezes perdendo seus pneus de carro e os carros tendo acidentes. É uma estrada muito importante que, além de ligar à cidade de Candeias, ainda liga à cidade de São Francisco do Conde e à cidade de Madre de Deus.

Então, o uso da minha palavra, hoje, é para agradecer o governador Rui Costa pela obra que ele vai entregar dia 27, agradecer já, mesmo que atrasada, pela obra do estádio de futebol, que ainda não está concluída, mas quero agradecer e pedir aceleração ao governo do estado, para que acelere aquela obra que dará mais dignidade ao nosso município, para fomentar o esporte naquele município. E pedir ao governador Rui Costa que olhe com carinho a nossa estrada, porque os nossos munícipes estão sofrendo passando ali todos os dias.

Deus abençoe a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Com a palavra o nobre Líder do Governo e da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PCdoB/PT para falar ou indicar orador pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Falará por todo tempo o presidente da sessão neste momento, deputado Fabrício Falcão.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão): Obrigado.

Peço que a deputada Maria possa ocupar aqui para que eu possa fazer uso da palavra.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra o deputado Fabrício Falcão, pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. FABRÍCIO FALCÃO: Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, Sr.^a Presidenta em exercício desta sessão, quero começar com um artigo, hoje, da Ex.^{ma} ex-presidenta Dilma Rousseff, com um pequeno trecho da fala dela.

(Lê): “Um poema do pastor Martin Niemöller, que inspirou Bertolt Brecht e Eduardo Alves da Costa, tornou-se símbolo da crítica à indiferença diante do nazismo. Nos momentos históricos em que valores estão em jogo, a indiferença torna-se dramática e leva ao caos. Valeu para a Alemanha dos anos 1930, vale hoje.

*Quando os nazistas levaram os comunistas, eu calei-me,
porque, afinal, eu não era comunista.*

*Quando eles prenderam os sociais-democratas, eu calei-me,
porque, afinal, eu não era social-democrata.*

*Quando eles levaram os sindicalistas, eu não protestei,
porque, afinal, eu não era sindicalista.*

*Quando levaram os judeus, eu não protestei,
porque, afinal, eu não era judeu.*

Quando eles me levaram, não havia mais quem protestasse.”

Aqui, a presidenta Dilma, em um belo artigo, fala dos 500 dias de prisão política do ex-presidente Lula. O presidente Lula é sim alvo de um complô de parte do Judiciário brasileiro com o Ministério Público, que se mostrou, a partir do vazamento das informações ardilosas de criminosos travestidos de membros do Poder Judiciário e do Ministério Público, que ali tramaram um golpe contra a democracia e prenderam o maior líder político da história deste país.

Aqui mesmo, na própria *Folha de São Paulo*, que não é uma revista comunista, mostra que Lava Jato ignorou, em uma de suas fases, na página 138, denúncia de que Paulo Guedes tinha uma empresa fantasma que desviou 2,8 milhões de reais, em uma verdadeira organização criminosa. Mostrando que aquele aparelhamento que colocou este, hoje trágico ministro da Justiça, ex-bandido de toga, que é o Moro, como herói nacional, mostra-se, hoje, a verdade de que a Lava Jato, assim como mostrou o Intercept, que era um mecanismo seletivo, não de justiça, mas de justicamento, porque quando Alice falou: Temos algo contra o ex-presidente Fernando Henrique, vamos

deixar de lado para não atrapalhar o que precisamos... E hoje se mostrou a farsa que foi feita ali, com aquela turma de Curitiba, levando o Lula a ser o preso político com mais tempo em cadeia, em um país que diz ter um regime de Estado democrático de direito.

Então, nesse aspecto, venho colocar a minha posição contra as arbitrariedades, contra o absurdo que é a prisão ilegal, imoral, desse líder político que está ali. Essa mesma turma que prendeu o presidente Lula, que é o TRF4, tem processos parados há quase 10 anos, já sendo prescritos.

Aquele caso trágico que ocorreu no Rio Grande do Sul, na Boate Kiss, que vitimou quase 300 jovens em um incêndio criminoso, está na mesma turma da TRF4 e até hoje eles não botaram para julgar. Ou seja, mostra, deputado Zé Raimundo, que eles são seletivos apenas na busca de fazer justiça com aquilo que eles querem. E não podemos permitir que o Brasil de hoje volte a ser o Brasil das trevas, não podemos permitir que isso aconteça.

Também no dia de hoje, quero dizer que foi motivo de fala, pelo Brasil afora, o Projeto de Lei nº 3.369/2015, do deputado Orlando Silva. Orlando Silva, deputado por São Paulo, já pelo terceiro mandato, ex-ministro do esporte, ministro sobre o qual, inclusive, saiu em uma época uma matéria incriminando-o porque, com um cartão corporativo, em uma viagem, ele foi comer uma tapioca de R\$ 7 e quiseram botar aquilo como crime. Um ministro, numa viagem a trabalho, não poder comer uma tapioca de R\$ 7. É que quando a imprensa não tem o que falar, cria.

E ali, se coloca hoje, inclusive... O deputado aqui teve uma fala infeliz e quero parabenizar a nobre deputada Olívia Santana pela sua fala. O projeto do deputado Orlando traz à tona, algo que, inclusive, já foi consolidado pelo Supremo, que é a relação homoafetiva de homem com homem, de mulher com mulher, como relação de família. Ali não trata de incesto – como quiseram dizer alguns –, de que o deputado Orlando propõe casamento entre pai e filho, entre irmão e irmão, porque isso é uma mentira. Isso é mais uma *fake news* imposta.

Quero buscar quem quiser para ler o projeto comigo, para debatermos olho no olho e ver que isso é uma mentira. Uma mentira contra um baiano que saiu do Subúrbio Ferroviário, menino pobre, que foi para São Paulo fazer movimento estudantil e hoje é um grande líder político naquele estado. E que nos honra por termos emprestado um baiano para ser um dos mais autênticos e ser o deputado que temos hoje no Congresso Nacional.

O deputado Orlando, hoje, é um dos deputados com mais destaque, sempre citado entre os dez mais do Congresso Nacional pela sua habilidade, pela sua leveza de conversar com a esquerda, com a extrema esquerda, com a direita e com a extrema direita. Um homem que sabe lidar com o Parlamento, uma figura maravilhosa. E tentam difamar aquele grande deputado e aquele grande comunista.

O nosso partido jamais pregou o incesto, pregou a relação sexual entre pai e filho, filho com pai. O nosso partido nunca pregou isso. Inclusive, proponho àqueles que falam essas mentiras aqui neste parlamento, que venham conversar comigo, com a

deputada Olívia, com Bobô, com Zó, para ler os nossos estatutos, para ler os nossos programas. Nós defendemos a família, mas a família da forma que ela é.

Então, nesse sentido, venho em defesa do meu partido, venho em defesa de um dos melhores deputados que este país tem e que o nosso partido tem a honra de empregar, de deixar ser um deputado no Congresso Nacional. Não podemos permitir que isso aconteça com um deputado do caráter e do valor do nobre deputado Orlando Gomes, ou melhor, Orlando Silva, ex-ministro do esporte, um dos melhores ministros da história deste país.

Quero passar a palavra à deputada Olívia Santana, que pediu um aparte.

A Sr.^a Olívia Santana: Colega Fabrício, muito bem posta a sua fala, inclusive lembrando de Orlando Gomes, que foi um grande jurista, não é?

O Sr. FABRÍCIO FALCÃO: Orlando Silva.

A Sr.^a Olívia Santana: Mas acho muito importante essa defesa da verdade, porque estamos vivendo o momento do pós-verdade. Momento em que a mentira, as *fake news* viraram uma política. Uma forma nefasta de fazer política. Inclusive, peço aos liberais desta Casa que pensem sobre isso. Porque não podemos permitir essa extrema direita nociva, torpe, criando hegemonia em nosso país, deputada Maria del Carmen, deputado Fabrício.

Eu queria, deputado, aproveitando o momento deste aparte – e já finalizando –, saudar V. Ex.^a e, também, convidá-lo a participar amanhã, junto conosco, de uma audiência pública que faremos. Estamos pedindo a todos os líderes deputados para comparecerem amanhã, às 9h, à audiência em defesa da capoeira na educação, que é um dos projetos que o deputado Orlando Silva defende na Câmara e tem sido um grande esteio da cultura e do esporte no Brasil. Então, a imagem do deputado Orlando Silva não pode ser danificada por mentiras como essa que foi posta aqui de maneira irresponsável e, portanto, me associo à fala de V. Ex.^a.

O Sr. FABRÍCIO FALCÃO: Incorporo a fala da deputada Olívia Santana ao meu pronunciamento e quero encerrar dizendo que não podemos aceitar a mentira como verdade. Agora mesmo, deputada, recebi diversas mensagens e tive que rebater essa mentira, essa ofensa ao nosso partido, ao nosso nobre deputado Orlando e dizer que temos que buscar a verdade.

Temos que acabar com essa proliferação de ódio e de raiva, que tenta dividir o Brasil em vários brasis. O Brasil é um só. Agora mesmo, o prefeito de Conquista veio querer dividir a Bahia, outro quer dividir o Sul do Brasil. Nós temos que buscar a unidade deste país. Somos iguais porque somos diferentes e é na diferença que fazemos a riqueza deste tão grande e importante país chamado Brasil. País que tem aqui culturas e formações de povos de todos os continentes do mundo, que aqui vieram e habitaram. Vieram formar suas famílias, constituir parte da sociedade brasileira e criar este grande país da diversidade, que é o nosso país.

Meu forte abraço a todos e muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pela aparteante.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou Líder do DEM para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Targino Machado: Sr.^a Presidente, no horário do Democratas, falará por 6 minutos o deputado José de Arimateia e eu falarei os 5 minutos restantes do tempo.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado José de Arimateia, pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, imprensa, *TV Assembleia* aqui presente. Sr.^a Presidente, venho a esta tribuna para registrar uma notícia que foi publicada no dia 18 sobre a redução de 43 mil leitos de internação desde 2009, segundo o Ministério da Saúde.

(Lê): “O Sistema Único de Saúde perdeu 43 mil leitos de internação desde 2009.” Olhem o problema que vem se agravando há anos, desde 2009. (Lê): “De acordo com a publicação, só do ano passado para este ano, a diminuição foi de quatro mil leitos. Atualmente, o SUS conta com 298 mil leitos de internação, contra 341 mil em 2009. O estado que mais perdeu leitos foi o Rio de Janeiro, com uma redução de 35,5%, seguido por Sergipe e Goiás, com quedas de 26,3% e 19,4%, respectivamente.”

Em relação à Bahia, não foram divulgados os dados. (Lê): “Em nota, o Ministério da Saúde afirmou que a redução segue uma tendência mundial de substituição dos leitos de internação pelo atendimento ambulatorial e domiciliar.”

Então, imaginem a situação do que querem fazer com o Sistema Único de Saúde, o SUS. A cada ano que passa estão diminuindo. Ao invés de aumentar, está diminuindo. E não poderia deixar de trazer os dados dessa preocupação que existe.

Falando em saúde, Sr.^a Presidente, hoje, na Comissão de Saúde desta Casa, levei ao conhecimento uma denúncia veiculada em um *site* sobre o Hospital de Base de Itabuna. Olhem só, as informações que nós temos são de que no mês de julho foram mortas no hospital 130 pessoas. São alarmantes esses dados. Inclusive, estou fazendo... pedindo ao vereador para fazer essa apuração lá. Porque, normalmente, segundo eles dizem, na história do hospital, eram 25, 30 pessoas que morriam. Mas 130?

Então falei isso na Comissão, ao presidente Alan Castro, pedindo essas informações. Espero que ele já tenha mandado essas informações para a Secretaria de Saúde do município de Itabuna, para que possamos tomar providências.

Agora, quando eu estava como presidente da Comissão de Saúde, em junho de 2011, nós tivemos uma audiência pública sobre esse hospital. O Hospital de Base de Itabuna atende mais de 3 milhões de pessoas daquela região, entre Itabuna e as cidades circunvizinhas. E, segundo as informações, dizem que o hospital está passando por dificuldades com as questões de equipamentos, dizem que está sendo sucateado. Enfim, essa notícia é preocupante, deputada Maria del Carmen. Estamos averiguando direitinho, mas já estou trazendo aqui para que as autoridades de lá possam nos informar.

O motivo de nós irmos lá para ver – foi o que solicitei na Comissão de Saúde –, é porque não se trata só da questão do número. Se o hospital atende mais de 3 milhões,

o que pode ser feito para melhorar o atendimento dessa população? O que pode ser feito? Vamos discutir! Como já discutimos em 2011. Em 2011, o município tinha perdido a autonomia no hospital. Depois, passou para o município novamente.

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

Agora, surge essa grave notícia que estamos averiguando para que possamos tomar providências. Mas, desde já, eu peço a esta Casa, aos Srs. Deputados, principalmente aos deputados daquela região, como eu... Já mantivemos contato com o ex-deputado Augusto Castro, e ele confirmou que realmente já morreram todas essas pessoas. Foram 130 pessoas no mês de julho.

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

É preocupante... Para que a gente possa tomar as devidas providências.

Então, era isso que eu gostaria de registrar. E durante esta tarde, noite e madrugada que iremos passar aqui nesta Casa, traremos mais informações e discussões de outros temas importantes.

Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra o deputado Targino Machado, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. Targino Machado: Excelência, em primeiro lugar, eu gostaria de formular a V. Ex.^a uma questão de ordem.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Pois não, Sr. Deputado.

O Sr. Targino Machado: E eu, com todo cuidado, estou anotando aqui – estou fazendo isso às 17h48min –, para que o nobre Líder do Governo não queira me corrigir na próxima verificação de quórum.

Então, Excelência, eu gostaria de, através da questão de ordem, solicitar de V. Ex.^a uma verificação de quórum para continuidade da presente sessão. Solicitando ainda, encarecendo a V. Ex.^a que possa mandar zerar o painel; abrir o tempo de 15 minutos, tempo regimental; convidar, através do microfone, S. Ex.^{as}, os Srs. Deputados, que estejam em quaisquer dos ambientes desta Casa para que compareçam a este plenário a fim de atender ...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): V. Ex.^a será atendido.

O Sr. Targino Machado: (...) ao pedido de verificação de quórum. E ainda encareço a V. Ex.^a, poupando-a, desonerando V. Ex.^a de responsabilidade, poupando a voz de V. Ex.^a, a laringe, a orofaringe, que V. Ex.^a não precisa fazer a chamada nominal. Muito obrigado, Excelência.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pela ordem, presidenta.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Pela ordem, o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Que marquem os 15 minutos e que se faça a chamada nominal, por gentileza.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Solicito zerar o painel e marcar os 15 minutos. Quero convidar os Srs. e Sr.^{as} Deputados para se fazerem presentes no plenário desta Casa.

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

Há um pedido de verificação de quórum encaminhado pelo Líder da Minoria, deputado Targino Machado, solicitando verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

Peço aos deputados que marquem as suas presenças. Parece-me que temos número suficiente na Casa e no cafezinho.

Portanto, peço aos deputados que estão no cafezinho que adentrem ao plenário para registrar a presença. Há um pedido de verificação de quórum do deputado Targino Machado. Queria chamar os Srs. e as Sr.^{as} Deputadas para estarem presentes. E aqueles que se encontram nos seus gabinetes, nos corredores desta Casa, nos diversos espaços da Assembleia Legislativa, que estejam presentes aqui no plenário para registrar a sua presença, já que hoje teremos importantes projetos a serem votados. Como a Minoria já se referiu que fará obstrução da pauta, temos, talvez, um final de tarde, início da noite bastante longo...

O Sr. Targino Machado: Já solicitamos o jantar e o café da manhã, Excelência.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Bom, o café da manhã ainda não, mas o jantar já, com certeza. Como primeira-secretária, já fizemos o pedido para que isso aconteça.

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

Por favor, Srs. Deputados, marquem a presença para que possamos dar continuidade à presente sessão.

(A Sr.^a Presidenta procede à chamada nominal.)

Deputado Euclides Fernandes, que tem projeto para ser aprovado hoje, é importante a sua presença no plenário da Casa. Assim que completar o número de deputados... Quantos deputados estão presentes? A gente não enxerga daqui. Presentes: 21 Srs. Deputados. Já temos quórum suficiente para a continuidade da presente sessão.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra o deputado Targino Machado, pelo tempo de 5 minutos. Deputado Targino Machado, Líder da Minoria, o tempo está marcado por 5 minutos para V. Ex.^a. Já tem quórum suficiente para a continuidade da presente sessão. Há 21 Srs. Deputados no plenário. Deputado Targino, 5 minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO: Sr.^a Presidente, solicito que V. Ex.^a se digne fazer chegar às nossas mãos, antes de iniciar a contagem do tempo, os dois projetos de autoria de S. Ex.^{as}, os deputados Euclides Fernandes e Pedro Tavares.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): V. Ex.^a será atendido, Sr. Líder.

O Sr. TARGINO MACHADO: Muito obrigado, Excelência. A presença de V. Ex.^a aí é a garantia da lisura no trato da elegância. Agora solicite lá...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Solicito a restituição do tempo ao deputado Targino Machado, 5 minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO: Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, senhores da imprensa, senhores funcionários, senhores que nos assistem através da *TV Assembleia*.

Eu preciso interagir, preciso dar uma satisfação à Casa e à opinião pública. Temos dois projetos sobrestando a pauta dos trabalhos desta Casa. Um projeto de autoria dos deputados, e projeto de autoria de deputado é diferente de outros projetos, o rito é diferente. Eles só podem sobrestar a pauta se tiverem o parecer de todas as comissões pertinentes. Diferente dos projetos de governo, que sobrestam pelo tempo. E quem fez o Regimento, a resolução, lá em 1985, anteviu isso. Porque imaginem que temos hoje, na ordem do dia, pelo menos 100 projetos de deputados. Se eles pudessem sobrestar a pauta, a gente parava a Bahia, não é verdade?

Então, esses dois projetos cumpriram os prazos regimentais, têm parecer publicado e por isso estão a sobrestar a pauta. Houve uma tentativa com o Líder da oposição e o Líder do governo, de fazer uma negociação para que não houvesse obstrução.

Deputado Rosemberg?

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: Deputada Maria del Carmen, questão de ordem depois do deputado Targino.

O Sr. TARGINO MACHADO: Houve um esforço feito com o deputado Rosemberg para que pudéssemos não obstruir esses processos que fossem trazidos a votação, deputado Paulo Rangel, além de outros projetos também de autoria de deputados. Uma negociação natural numa Casa que é o Parlamento, a Casa da conversa, das negociações.

Dou o testemunho de que houve boa vontade por parte do Líder Rosemberg Pinto, que esbarrou em algumas barreiras, eu diria, de ordem política. Ele também sabe do esforço que fiz, reduzindo solicitações, reduzindo pedidos, para que pudéssemos chegar a um denominador comum. Mas não alcançamos. O objetivo desta Casa, a meu ver, é, também, apresentar a produção legislativa emanada dos Srs. Deputados estaduais.

E venho a esta tribuna, neste momento, para dizer que vamos obstruir esses dois projetos, deputado Paulo Rangel, porque não tivemos outra fórmula de evitar essa obstrução.

Não estamos obstruindo para prejuízo de nenhum dos dois projetos. Até porque, quero confessar aqui, quando chegarmos ao momento do encaminhamento da votação, como Líder da Oposição encaminharei favoravelmente ao projeto do deputado Euclides Fernandes, que torna obrigatória a instalação de placas em braille contendo a relação das linhas de ônibus e seus itinerários nos terminais rodoviários do estado. É um projeto – não posso dizer que seja inocente – necessário, portanto, não terei nenhuma dificuldade em encaminhar a favor.

E também encaminharei a favor do projeto do deputado Pedro Tavares, que dispõe sobre a criação do Dia de Conscientização e Combate às Doenças da Glândula Tireoide no Estado da Bahia. São doenças eminentemente femininas, ou seja, que atingem muito mais o gênero feminino do que o masculino. Isso ocorre por causa da ingestão de hormônios e de drogas que têm uma certa atividade no sistema imunológico, no sistema metabólico feminino. Por isso essas doenças estão acometendo mais as mulheres nos tempos hodiernos.

É essa a satisfação que eu queria dar ao plenário da Casa. Esta obstrução não é por ato irascível, não é por ato de intransigência, é por uma necessidade política do momento.

Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: Questão de ordem, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Questão de ordem, deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: Sr.^a Presidente, participei hoje da reunião que tentava aprovar, nas comissões, alguns projetos importantes para o estado da Bahia. Confesso que não era necessária aquele celeuma, aquela discussão, quando o deputado Zé Raimundo foi levado a uma situação em que até tecnicamente ficou impedido de fazer algumas consultas.

Mas confesso também que discordo da forma que nós do governo procedemos, porque seria um estupro no Regimento. Então o deputado Paulo Câmara e o deputado Targino Machado estavam cobertos de razão. Por já ter sido Oposição nesta Casa e por achar que o Parlamento é palco das contradições, sei que tem de existir um respeito muito grande entre Maioria e Minoria.

Acho até que poderíamos reunir os dois Líderes, deputados Targino Machado e Rosemberg, para que chegássemos a algum tipo de acordo. Agora, não acho também que seja coerente nem natural – até porque não é praxe nesta Casa, e nunca foi – fazer qualquer tipo de obstrução em relação a projetos de deputados.

Projetos, inclusive, que eu acho que não deveriam ter chegado a este plenário, já que considero que nenhum projeto pode ser analisado simplesmente sob a visão da constitucionalidade. Acho, muitas vezes, que a temática é bem mais importante, porque ela define o que é legítimo daquilo que é legal. E o legal, às vezes, é injusto.

Então não considero normal esta obstrução aos projetos dos deputados Pedro Tavares e Euclides. Acho que não deveríamos ter esta obstrução para que voltássemos a pacificar esta Casa. Se não for assim, isso vai virar um grande problema aqui. Vamos até arriscar alguns posicionamentos irracionais em relação a determinados projetos.

Acho legítimo que a Oposição faça a obstrução necessária ao empréstimo. Quero até me posicionar, de forma independente, que não considero que exista essa necessidade toda desta urgência nas votações de hoje, porque não vai ser uma semana ou outra que vai inviabilizar o estado da Bahia.

Então proponho que os Líderes conversem de forma racional, para que continuemos tendo a relação que temos tido nesta legislatura.

Essa era a minha questão de ordem, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Como não há decisão a ser tomada por esta Mesa e como os Líderes ouviram o que V. Ex.^a colocou, espero que eles consigam chegar a um consenso.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao Líder do Governo e da Maioria ou ao Líder do PT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr.^a Presidenta, falarão, por 4 minutos cada, a deputada Fátima, o deputado Júnior Muniz e o deputado Jacó.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra a deputada Fátima Nunes pelo tempo de 4 minutos.

A Sr.^a FÁTIMA NUNES LULA: Sr.^a Presidenta, deputada Maria del Carmen, que nesta tarde tão bem conduziu os nossos trabalhos aqui no plenário da Casa, eu queria fazer alguns registros. Alguns deles me deixam bastante feliz, mas outros trazem muita angústia e muita tristeza.

Começarei por aqueles que alegram. Por isso, quero me referir ao fato de a juventude da minha querida cidade, Paripiranga, se inscrever para participar de uma disputa literária e ser aprovada, levando medalhas para a nossa cidade. Isso demonstra que baiano, que baiana, que o povo da terra da jaca, da pimenta – que, às vezes, é considerado “paraíba” por esse governo que o povo do Sul elegeu – é gente de coragem, de fé, de determinação e de muita capacidade intelectual para participar das disputas e vencer. O que precisamos, cada vez mais, é de oportunidades.

Portanto, queria dar aqui os meus parabéns a Barbosa, diretor daquela escola estadual, ao secretário Jerônimo Rodrigues, aos professores e às professoras e à coordenadora, que acompanhou todo o trabalho para que a juventude pudesse chegar a Campinas e voltar com essas medalhas.

Queria também deixar o meu registro de tristeza, porque cada vez mais a gente percebe os cortes do governo federal no investimento da educação. Por outro lado, também lamento quando a gente vê, no debate sobre segurança pública, a forma como alguns pensam que o revólver, o fuzil e o trancafiamento nas cadeias vão resolver os problemas. A gente sabe que qualquer nação se desenvolve, tem justiça e tem paz através da educação.

Então, meus parabéns ao prefeito Justino Neto, que eleva o padrão da nossa educação nesse período em que ele dirige o município de Paripiranga.

Queria também deixar o meu registro de indignação, porque o homem que mais contribuiu para que o preto, o pobre, a mulher, o filho do lavrador, da nordestina, do mecânico, do pedreiro pudessem chegar e se assentar nos bancos da universidade e se preparar, se qualificar para o futuro... Pois bem, o homem que trouxe esses e tantos outros benefícios sociais para o povo brasileiro, de sul a norte, completa hoje 500 dias

trancafiado, injustamente, sem a chance de trabalhar, como sempre fez, pela classe trabalhadora.

Deixo aqui o nosso repúdio àquele juiz mentiroso, que fez, num conluio com promotores, com que acontecesse essa tragédia social, política, democrática. E assim a gente vê o homem que fez o bem sem poder agir. Enquanto isso, a gente observa as ações daquele que está destruindo a nação em todos os setores, como a gente viu ontem São Paulo escurecer de uma hora para outra. As queimadas da Amazônia, segundo afirmaram, são as responsáveis por isso.

Mas não é só na Amazônia, não, o caos é no meio ambiente todo. Até porque, hoje, mais de 262 agrotóxicos pesados, que nenhum país quer, já foram liberados e estão sendo usados nas grandes plantações, na agricultura, nas grandes formas de armazenar os alimentos, trazendo doença e morte para as pessoas.

Enquanto isso, o nosso projeto, o projeto do Partido dos Trabalhadores, com tantos companheiros e companheiras abnegados, continuará sendo um projeto de vida, de amor, de justiça, que desenvolve a cultura da paz. Mas estamos vendo a cultura da violência e da morte sendo incentivada por alguém que está lá com a caneta na mão, com os recursos na mão infelicitando a nação brasileira.

Esse é o meu grito de protesto. Queremos Lula livre!

(Não foi revisto pela oradora.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Júnior Muniz pelo tempo de 4 minutos.

O Sr. JÚNIOR MUNIZ: Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, venho a esta tribuna para me congratular com a Igreja Internacional da Graça, que completa hoje 39 anos.

Demos entrada nesta Casa a uma moção de congratulação referente aos 39 anos da Igreja Internacional da Graça, representada aqui no Brasil pelo missionário R.R. Soares, homem de bem deste país. Aqui na Bahia essa igreja é dirigida pelo pastor Lauro Doriel, tendo como seus representantes políticos este deputado Júnior Muniz e o ex-deputado federal Luciano Braga.

Então, venho aqui a esta Casa congratular-me com a Igreja Internacional da Graça pelos seus 39 anos e pelo papel que desenvolve em nosso estado, resgatando vidas das drogas, das ruas e fazendo o bem a cada um, levando a fé e a esperança a cada lar. Hoje, essa igreja, que tem mais de 300 mil fiéis na Bahia e mais de 1 milhão no Brasil, está em quase 180 países. Para nós, baianos, para nós, brasileiros, é uma honra ter um líder como R.R. Soares no país e ter um líder como Lauro Doriel aqui na Bahia.

Venho hoje deixar essas palavras e também dizer a esta Casa que dei entrada, recentemente, deputada presidente, a um projeto de lei pedindo que se constitua, na Bahia, o Dia Estadual da Igreja Internacional da Graça, que é comemorado em 20 de agosto em todo o país. Em várias unidades da federação já se comemora, já se tem o 20 de agosto como o Dia da Igreja Internacional da Graça.

Enfim, pedimos aos Srs. Deputados e ao presidente desta Casa que apreciemos esse nosso pedido, esse pedido do povo fiel da Igreja Internacional da Graça, e assim votemos, em breve, essa proposição para que se constitua, na Bahia, o dia 20 de agosto como o Dia da Igreja Internacional da Graça de Deus.

Deus seja louvado! Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Jacó pelo tempo de 4 minutos.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: Sr.^a Presidenta, colegas deputados, bem que podiam acrescentar o tempo que os outros deixaram para mim.

Esta semana (Lê) “Salvador sedia até sexta-feira a Semana do Clima da América Latina e Caribe.

Na abertura, palestrou o climatologista Carlos Nobre, pesquisador do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP), que falou sobre o perigo das mudanças climáticas para o Brasil, especialmente para a Região Nordeste. Disse que é a região mais vulnerável do país e que o seu clima semiárido pode se tornar árido!...”

Até saiu, hoje, uma publicação, Sr.^a Presidenta, mostrando que 13% do Semiárido Brasileiro já estão virando um deserto. Isso é muito preocupante.

“(...) Com o aumento da temperatura em nível global, causado pelo aquecimento e efeito estufa, Carlos Nobre mostrou preocupação com um segmento importante da economia brasileira, a agricultura, e disse que é preciso respeitar o que preconiza o Acordo de Paris, que vem sendo levado mais a sério pelos estados do que pelo governo federal, na sua opinião. Pelo tratado, o Brasil se comprometeu a reduzir as emissões de gases do efeito estufa em 37% até 2025, em relação aos níveis de 2005. Até 2030, a redução deve ser de 43%. Isso implica no reflorestamento e em mudanças na matriz energética do país, investimento no uso de energias renováveis e não convencionais...”

Aqui eu queria destacar os investimentos que estão sendo feitos na Bahia com energia renovável, diversificando a nossa matriz energética, como a energia eólica e a energia solar.

“(...) Ao contrário do que diz este desgoverno, cientistas atestam que o desmatamento na Amazônia é incontestável: houve um aumento de 278% de área desmatada em julho de 2019, em comparação com o mesmo mês em 2018. Aumento apontado pelo Sistema de Monitoramento por Satélites do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

Aproveito para me solidarizar com toda a comunidade científica e com o ex-presidente do INPE, Ricardo Galvão, demitido porque fez o seu trabalho e divulgou os dados que Bolsonaro não queria ver expostos. E aproveito para manifestar a minha preocupação com os cortes de verbas para a educação, a universidade e os institutos, que geram muitos dos dados que monitoram o clima e o meio ambiente que tanto necessitamos.

Reportagem da *Folha de S. Paulo* mostrou que, neste governo, as multas contra desmatamento caíram 23% na comparação com a média registrada no mesmo período dos últimos 5 anos, o que inclui os governos Dilma e Temer.

Segundo o Observatório do Clima, de janeiro a abril de 2019 o número de operações de fiscalização contra o desmatamento promovidas pelo Ibama caiu 58%.

Desde o golpe contra Dilma, 1,2 mil novos agrotóxicos foram liberados...”

Trago aqui a nossa preocupação e a nossa indignação, porque essa questão do meio ambiente é uma questão de vida, é uma questão de futuro, é pensar nas futuras gerações...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) E que futuro é esse que nós estamos construindo para nossos filhos e netos? O dinheiro acima de tudo, o desenvolvimento econômico acima de tudo. Precisamos rever e debater com profundidade esse tema, que é tão importante para a vida do nosso povo da Bahia e do Brasil.

(Não foi revisto pelo orador.)

ORDEM DO DIA

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Ordem do Dia.

Matérias em regime ordinário. Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei nº 16.267/2007, de procedência do deputado Euclides Fernandes, que torna obrigatória a instalação de placas em braile contendo a relação das linhas de ônibus e seus itinerários nos terminais rodoviários do Estado.

Para discutir o Projeto de Lei nº 16.267/2007, com a palavra o deputado Luciano Simões, primeiro orador inscrito, pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pela ordem, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Perdoe-me a pergunta, mas já está na Ordem do Dia?

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Já está na Ordem do Dia.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Aí o deputado Luciano...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): É o primeiro inscrito para a discussão do projeto do deputado Euclides Fernandes.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Deputado Luciano, eu pedi a questão de ordem porque o assunto é nesse sentido.

O deputado Paulo Rangel fez uma questão de ordem...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Uma ponderação.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Verdade, não foi questão de ordem; foi uma ponderação.

Pois bem, conversei com o deputado Targino e sei que é legítima a obstrução conduzida pelos deputados. Sei também que é legítimo qualquer debate sobre os temas.

Mas queria ponderar que fôssemos logo para a votação dos projetos dos deputados Pedro Tavares e Euclides, uma vez que já foram debatidos em todas as comissões, e o debate acontecesse na discussão dos outros projetos. Temos três urgências e a conta do governo, então haverá tempo suficiente para o debate.

É só para prestigiar os projetos dos deputados, entendeu, deputado Luciano?

O Sr. Alan Sanches: Questão de ordem, deputada.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Questão de ordem, deputado Alan Castro.

O Sr. Alan Sanches: Espera aí, deputada, sou Alan Sanches, da Oposição.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Deputado Alan Castro.

O Sr. Alan Sanches: De novo, deputada?

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Alan Sanches, desculpa!

O Sr. Alan Sanches: A senhora foi minha colega vereadora...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Desculpa!

O Sr. Alan Sanches: (...) quando se licenciou para ir para a Conder. Mate o homem, mas não mude o nome do homem.

Ouvi aqui atentamente o posicionamento do Líder Rosemberg. Na verdade, não há nenhuma objeção aos projetos dos colegas, que já tramitaram e foram aprovados nas comissões. Mas, conforme eu já me pronunciei na semana passada, novamente reitero aqui que são apenas instrumentos para que nós, deputados da Oposição, possamos fazer o nosso papel contrário a esse procedimento do deputado e do governador de solicitar esse empréstimo num momento tão inoportuno.

Como há uma conversa aqui com os deputados e com os dois Líderes, a gente pode estar evoluindo para um acordo. Enquanto não tem acordo, a gente vai seguindo o processo de obstrução, e o deputado Luciano Simões vai usar a palavra.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Restituindo o seu tempo, com a palavra o deputado Luciano Simões.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO: Boa noite, amigos deputados e deputadas.

Início o meu discurso de hoje lembrando o falecimento do ex-deputado estadual e federal Eujácio Simões, grande parlamentar que foi presidente desta Casa. O presidente Nelson Leal já declarou luto na Assembleia em homenagem a esse grande homem público, e a moção de pesar feita ontem pelo deputado Adolfo Menezes relatou a grandiosidade do ex-deputado Eujácio Simões.

Fui ao velório do deputado Eujácio, juntamente com o deputado federal João Roma e com o deputado estadual Rosemberg Pinto. A deputada federal Lídice da Mata e outros tantos deputados e ex-deputados também estiveram lá. Presto esta homenagem ao grande Eujácio Simões, que foi fiel ao Parlamento na oposição ao então governador Waldir Pires e foi fiel ao Parlamento quando foi Líder do Governo Antônio Carlos Magalhães.

Sempre foi fiel e grande mesmo estando fora da trincheira do mandato político de deputado estadual e federal. A política nunca saiu dele. Sempre trabalhou nos bastidores, sempre acompanhou de perto todo o noticiário. Fica a homenagem do meu mandato a Eujácio Simões, esse grande baiano.

Bem, como já foi dito nas últimas sessões pelo Líder da Oposição, deputado Targino Machado, nos chamaram a atenção as considerações dos auditores sobre as prestações de contas do governador Rui Costa, no exercício financeiro de 2018. Dois aspectos – que os auditores tratam como assuntos considerados relevantes, com ênfase – chamaram bastante a nossa atenção: o contrato PPP do VLT do Subúrbio e a transferência de recursos do Baprev para o Funprev.

Cabe aqui um breve desenvolvimento. Primeiro, vou tratar da transferência dos recursos do Baprev para o Funprev, um crime, um erro, um equívoco do governo do estado, que está tirando dinheiro de um fundo e colocando em outro. (Lê) *“O Estado da Bahia, com base em decisão judicial...”* – isto é um texto dos auditores do Tribunal de Contas do Estado – *“(...)vem utilizando os recursos do BAPREV para pagar os benefícios previdenciários dos servidores públicos do FUNPREV, comprometendo o equilíbrio atuarial do estado e em dissonância com a legislação previdenciária quanto à sustentabilidade dos regimes de previdência.*

As estratégias adotadas pelo Estado no sentido de equacionar o déficit não vêm se mostrando suficientes e/ou eficazes ao longo dos últimos anos, haja vista a necessidade regular de aporte de recursos orçamentários para o cumprimento das obrigações previdenciárias, impactando na disponibilidade de recursos para políticas públicas estaduais, sobretudo nas áreas de saúde, educação e segurança.”

Outro ponto que chamou a atenção dos auditores do Tribunal de Contas do Estado foi o contrato PPP do VLT do Subúrbio.

Mais uma vez peço vênica, peço licença para usar as palavras dos auditores.

(Lê) *“Apesar do contrato de PPP do VLT do Subúrbio não ter impactado a gestão orçamentária e financeira do exercício de 2018, o instrumento foi assinado com respaldo em decisão judicial de natureza precária, que suspendeu os efeitos da resolução TCE/BA n° 091/2018.*

Até onde os exames puderam observar, não vêm sendo conduzidas ações objetivando o saneamento dos aspectos irregulares pontuados pela Auditoria no exame do procedimento licitatório, alguns dos quais poderão acarretar, nos próximos exercícios, em novas obrigações e/ou em desembolsos superiores aos estimados.”

O Tribunal de Contas do Estado, que é um órgão auxiliar da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, tem profissionais muito preparados, assim como os conselheiros também o são. E todos os assuntos debatidos no plenário são exaustivamente discutidos e entendidos.

No que trata da PPP do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) de Salvador, o Tribunal de Contas do Estado da Bahia emitiu uma medida cautelar suspendendo a licitação. Isso daqui não foi uma decisão unilateral, de um só conselheiro; foi do plenário. Vale também destacar o documento do Tribunal de Contas do Estado quanto à medida cautelar que parou a licitação do VLT.

(Lê) *“É importante registrar que o TCE/BA, com fundamento nas resoluções nº 162/2015 e nº 106/2016, que dispõem, respectivamente, sobre as medidas cautelares no âmbito da Corte de Contas e sobre o controle das PPPs e das Concessões Comuns, deferiu, por meio de resolução nº 091/2018, medida cautelar que suspendeu os efeitos da homologação do procedimento licitatório até o julgamento de mérito do processo gerado em 2018. O pronunciamento representou a ratificação, à unanimidade, pelos Exmos. Srs. Conselheiros do TCE/BA da decisão monocrática nº 002/2018.*

Na avaliação do mérito, os auditores apresentaram diversas conclusões...” para a paralisação da licitação.

No jurídico foi identificada uma imprecisão do objeto licitado, a inexistência também de autorização legislativa específica para a PPP.

E, aqui, cabe um capítulo interessante, o foco nesta Assembleia.

(Lê) *“O projeto do VLT do Subúrbio não obteve autorização legislativa, em que pese a projeção de receitas do parceiro privado indicar que mais de 70% de sua remuneração seria paga pelo poder público. Assim, o objeto foi licitado sem respaldo do Poder Legislativo, desta Casa, em que pese o significativo ônus financeiro que a PPP gerará para o estado, em descumprimento ao art. 10º, § 3º da Lei Federal nº 11.079/2004.”*

Continuo lendo.

(Lê) *“Desrespeitou-se ainda o princípio da separação de poderes constituídos conforme o art. 2º da Constituição Federal de 1988. A circunstância teve origem no fato de que não foram contabilizados como remuneração no estudo de viabilidade econômico-financeira (EVEF), os R\$ 100 milhões de aportes públicos previstos para os dois primeiros anos da PPP, a despeito da inclusão dessa modalidade de pagamento na cláusula 24: Remuneração e Outras Receitas, da minuta de contrato anexada ao edital de licitação. Segundo o Poder Executivo, o destino do aporte voltado à cobertura de investimento retira-lhe a natureza de remuneração.*

A auditoria observou que as contraprestações também se prestem a pagar os investimentos da concessionária, em tal condição, não é suficiente para descaracterizar a natureza remuneratória do pagamento.”

Terceiro ponto: indicado para VLT, ausência de consulta de audiências públicas quanto ao objeto modificado.

Quarto ponto: qual foi a modificação? Retiraram da concessionária a obrigação de executar a obra, ampliação na primeira fase, a extensão total passaria para 19,9 quilômetros, inclusão da previsão do pagamento de aporte no valor de R\$ 100 milhões, e a retirada de obrigação da concessionária de realizar estudos para a realização de investimento na área do terminal da Calçada.

Quinto ponto: ausência de licença ou de diretriz para o licenciamento ambiental.

Sexto ponto: ausência de consularização de documento de qualificação jurídica. O que seria isso? (Lê) *“A homologação do certame referente ao VLT ocorreu a despeito da falta de autenticação consular em documento essencial para a habilitação da*

empresa estrangeira vencedora. A ausência do requisito definido no edital configurou descumprimento ao próprio instrumento convocatório.”

Sétimo ponto: previsão de novas concessões sem procedimento licitatório.

Outro ponto importante, a fragilidade na fundamentação para autorização da PPP. Esse último ponto tem como fundamento (Lê) “(...) a avaliação do custo atual do serviço, pronunciamento quanto ao mérito do projeto pela Secretaria de Planejamento; avaliação de mercado; aprovação por decreto do governador que contemplasse a definição de objetivos, as ações de governo e a justificativa quanto à inclusão do projeto no programa de PPP e ainda a falta da completa análise quanto ao cumprimento do limite de 5% da receita corrente líquida, nos 10 anos seguintes ao da contratação.”

Agora, sobre o aspecto técnico de engenharia. Houve também o defeito quanto à adoção de preço superior a mediana dos preços das amostras sem justificativa adequada. Outro ponto, ainda na técnica e na engenharia, ausência de elementos fundamentais para a caracterização de projeto de engenharia. Também foi identificado pela auditoria do TCE a ausência de estudo específico para definição do valor do investimento do objeto licitado.

Isso tudo só sobre VLT. Cabe aqui, também, a importância do Tribunal de Contas, daqueles auditores que com muita seriedade deram essa medida cautelar para que a licitação não fosse feita. Os auditores do Tribunal de Contas, com muita responsabilidade, fizeram isso.

Outra coisa importante do trabalho do nosso órgão auxiliar Tribunal de Contas do Estado trata-se da Resolução nº 28 de 2016. De que trata essa resolução tão importante? Essa resolução foi uma decisão da maioria do Tribunal de Contas do Estado que trata no mérito de declaração de ilegalidade no contrato da Arena Fonte Nova e o encaminhamento de cópia dos autos ao departamento da Polícia Federal no estado da Bahia.

Houve um estudo da Universidade Federal da Bahia, da Faculdade de Economia e de Ciências Contábeis, destacando que a UFBA aferiu que o consórcio FNP, que foi o consórcio que construiu a Arena Fonte Nova, obterá um lucro de R\$ 270 milhões, durante o período de 35 anos de concessão do estádio. Desse resultado R\$ 109,6 milhões foram classificados como lucros extraordinários. (Lê): “A UFBA aponta que uma contraprestação de R\$ 82 milhões seria suficiente para garantir a viabilidade do negócio e ainda garantir uma receita para o consórcio FNP.

Para obter esse valor da contraprestação, a Taxa Interna de Retorno - TIR, do projeto, ficaria em 8,09% e a taxa do acionista em 10%. Como o valor da contraprestação contratual, em R\$ 99,6 milhões, valor muito acima dos R\$ 82 milhões constantes nos estudos da UFBA, a TIR da licitação estabelecida em 10,42% e a do acionista de 17,8%, percentuais bastante superiores aos calculados pela UFBA.”

Sobre a concessionária, em 2017, obteve um lucro líquido de R\$ 18 milhões e 214 mil. Já em 2018, o lucro líquido foi de R\$ 32 milhões e 602 mil, apresentando aumento percentual superior ao ano anterior.

Ainda sobre esse estudo feito pelo Tribunal de Contas do Estado, o contrato de parceria público-privado na modalidade de concessão administrativa, para a reconstrução e exploração do estádio da Fonte Nova.

Sociedade de propósito específico terá direito a remuneração equivalente a R\$ 1 milhão por mês, durante toda a vigência do contrato. Ainda que a receita oriunda dos espetáculos de futebol e de outras naturezas seja igual a zero, isso quer dizer que entre 2013 e 2017, todas as receitas arrecadadas, com eventos e patrocínios, representam lucro da contratada. O cenário aponta que não houve risco assumido pelo concessionário, tendo em vista que todos os custos a ele atribuídos, estariam supridos pelo valor recebido a título de contraprestação pública.

O que se verifica é que o valor da contraprestação prestada pelo estado, por si só, garantiu a execução da obra, incluindo os seus financiamentos e os custos de manutenção da Arena, o que representou ofensa aos princípios da economicidade e razoabilidade.

O contrato ainda previu remuneração indireta do contratado sem redução no valor da contraprestação. O estado suportou todo o ônus desta contratação, restando ao contratante, auferir os ganhos pecuniários por via dupla: de um lado, através dos altos valores de repasses realizados pelo Poder Público e, de outro, através de exploração econômica do nome da Arena. O Ministério Público de Contas opina pela ilegalidade do contrato de nº 2 de 2010, tendo em vista as graves irregularidades existentes na sua formação.

Bem, eu destaco o contrato da Arena Fonte Nova, eu destaco o contrato da VLP, dizendo da importância desse órgão Tribunal de Contas do Estado. Faço aqui esse agradecimento a todos os técnicos, a todos os conselheiros, que com muita responsabilidade se atêm às contas do governo do Estado e o registro de que o Tribunal de Contas presta...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) um grande serviço à Bahia.

Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Paulo Câmara pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. PAULO CÂMARA: Sr.^a Presidente eu gostaria do projeto, por gentileza.

Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, amigos da Assembleia, imprensa que nos cobre, antes de iniciar a discussão do projeto, eu queria relatar o incidente que ocorreu, hoje, mas que foi feito de maneira justa, legal e obedecendo o regimento.

Quero parabenizar o presidente da CCJ, o deputado Zé Raimundo, pela condução, que manteve firme o Regimento desta Casa mesmo com as tentativas de ser induzido. E aqui acolher, presidente Zé Raimundo, a sugestão dos deputados Paulo Rangel e Robinson, que antes que comece qualquer tipo de comissão nós tenhamos a lista na mesa do presidente para que ele possa efetivamente fazer a averiguação, para que não

se torne aquele tumulto que foi hoje de manhã, mesmo eu pedindo, falando, tendo razão da minha fala. Claro, fala de um lado, fala do outro, sempre gera dúvida, e se V. Ex.^a já tivesse a lista sobre a Mesa, certamente, isso não teria acontecido, aquele tumulto. Então, peço desculpas a V. Ex.^a pela maneira como eu cheguei, mas era preciso até fazer uma intervenção mais forte, porque vi ali, claramente, sob a liderança do Rosemberg, a tentativa de fazer uma coisa que ia ser ilegal e antirregimental, e nesse pouco tempo em que convivo, sei que V. Ex.^a como presidente da CCJ sempre prima pelo Regimento e assim foi também a decisão do deputado Paulo Rangel. Então, não discutimos hoje, Líder Rosemberg, porque não houve quórum.

Aliás, fala-se até de discussão de transparência, e eu me pergunto: que transparência é essa? Se sequer houve uma audiência pública, se sequer tramitou de maneira normal nas comissões, por que essa maneira açodada de fazer uma reunião conjunta como se a CCJ não estivesse trabalhando?

Eu estava lendo, aqui, presidente Zé Raimundo, nós estamos dando uma média de 9 a 12 pareceres de projetos por sessão. Se fosse interesse do governo por que não colocou como prioridade? Tenho certeza que V. Ex.^a não iria se furtar e iria levar para o conhecimento do plenário da comissão, certamente, seria aprovado para que nós pudéssemos discutir de maneira transparente, não dessa maneira açodada, como quer o governo, de maneira a fazer um rolo compressor, como se quatro comissões fossem discutir ao mesmo tempo com mais de 20 deputados tendo a palavra um projeto desta importância.

Então, Líder Rosemberg, uma sugestão para esta Casa até que ela possa começar a funcionar de maneira normal e transparente, é dar transparência às ações das comissões. Não adianta trazer aqui para o plenário... Eu vejo aqui, meu querido amigo deputado Euclides, em vez de nós estarmos nos vangloriando, porque estamos votando projeto de deputado, minha querida presidente, isso aqui seria motivo de vergonha para esta Casa: um projeto de 2007! 2007! Sobrestando a pauta hoje, como se esta Casa não fosse capaz de produzir ou votar projetos de deputados.

Vejo muito nos corredores, nas comissões, os deputados se queixando, deputado Paulo Rangel, que esta Casa sempre se mobiliza, como é o caso de hoje, para votar projeto do Executivo. Não tem interesse aqui em votar projetos de deputados, mesmo um projeto importante como esse que eu vou falar...

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: Deputado, um aparte.

O Sr. PAULO CÂMARA: Deixe só eu concluir, no momento oportuno.

(...) e que vou votar a favor, deputado Euclides, porque quando V. Ex.^a trata de inscrições em braile, a minha avó foi presidente do Instituto de Cegos da Bahia por muito tempo, eu sei da importância que tem isso aqui. Então, um projeto desse não pode estar 12 anos tramitando nesta Casa, 12 anos!

Será que nós não fomos capazes de apreciar nas legislaturas passadas e votar um projeto desse? Qual o impacto negativo que tem para a sociedade? Qual o impacto negativo que tem para o governo do estado? Pelo contrário, a sociedade toda ganha. Todos aqui vamos ganhar. A Assembleia vai sair muito maior hoje do que começou. E aí voltaremos para as manchetes positivas.

Não adianta estar saindo daqui, indo para a sala do cafezinho, das comissões, dizendo que não produzimos, que não fazemos, que deveríamos, deveríamos é futuro do pretérito, tem que fazer, e só depende de todos nós. Se a mobilização hoje assim aconteceu, porque o projeto é importante para o governo, claro que é. Claro que a base tem que estar mobilizada, claro. Mas por que nós não temos essa mesma disciplina, esse mesmo trabalho, essa mesma dedicação para com os nossos projetos?

Essa cultura foi implementada na Câmara Municipal a partir de 2013. A Câmara Municipal, deputado Paulo Rangel – eu lhe darei o aparte em poucos minutos – também tinha a mesma cultura: só se votava projeto do Executivo. E nós começamos a mudar aquela cultura votando projeto de vereadores. Eu já saí da presidência, já passou o presidente Léo Prates, já está o presidente Geraldo Júnior, e a mesma cultura permanece de mensalmente se votar projeto de vereador.

Está aqui o projeto do deputado Hilton Coelho, da deputada Olívia Santana, que foram oposição à época... A vereadora Aladilce, vereadora Martinha, amigas nossas, que sendo oposição têm legitimidade, e o prefeito que o vete se assim entender, até porque parecer jurídico nós vamos ter muitos favoráveis e muitos contrários.

Cabe à Casa Civil, à PGE, definir, não vai ser este plenário. Claro, projetos que cheguem à CCJ, deputado Zé Raimundo, e que sejam gritantes... V. Ex.^a sabe que eu mesmo já dei parecer contrário em projetos da Oposição, porque assim entendo, assim concordo. Eu não vou colocar uma caneta para dar parecer favorável naquilo que eu não acredito e naquilo que eu sei que é inconstitucional, isso eu não faço.

Projetos que têm dúvidas jurídicas, que nós possamos aprovar até para valorizar o mandato do deputado. O que eu não vejo aqui é o deputado sendo valorizado, não vejo. Eu vejo aqui a Base do Governo, mais de 40 pessoas que são mobilizadas quando o governo precisa, aí vem todo mundo, a Oposição, como eu costumo dizer, só vai ter microfone, é o famoso apito sem bolinha, deputada Olívia Santana, V. Ex.^a chegará rapidamente, tenha certeza disso, mas nós precisamos nos organizar.

Ou efetivamente começamos a nos valorizar, a nos respeitar, a dizer que estamos aqui para legislar, que é a nossa principal obrigação, ou vamos ser considerados despachantes de luxo, que é o que a maioria dos deputados faz: levar demandas de prefeitos, de vereadores...

O Sr. Alan Sanches: Um aparte, deputado.

O Sr. Tiago Correia: Um aparte, deputado.

O Sr. Eduardo Alencar: Um aparte, deputado Paulo Câmara.

O Sr. PAULO CÂMARA: Esperem aí. Vou dar pela ordem ao deputado Paulo Rangel primeiro. Só vou concluir esta primeira parte.

Seremos despachantes de luxo! Essa é a função do deputado? Como é que a imprensa pode falar desta Casa Legislativa que não apoia, que não vota os seus projetos? Está aqui hoje sobrestando a pauta um projeto de 2007! Isso é motivo de vergonha! Um projeto dessa magnitude, dessa envergadura! Com o cunho social que tem, deputado Euclides! Com o cunho social que tem!

Então, não adianta sairmos daqui e começarmos a nos reunir, vamos mudar... Quem faz a mudança somos nós! Nós é que temos que fazer a mudança, na presidência, na Liderança do Governo e da Maioria, mas, acima de tudo, somos nós, porque quem respalda a Minoria e a Maioria somos nós aqui da base.

Com o aparte o deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: Deputado Paulo Câmara, eu acho que V. Ex.^a está coberto de razão. Eu acho que o Parlamento não pode se apequenar. Eu acho que tem questões que são questões mesmo de prioridade, de urgência, outras não são. E nós não podemos acirrar as questões dentro do Parlamento a partir de uma visão tacanha de disputa.

Eu acho que esta Casa não tem tido o funcionamento devido. As comissões desta Casa têm funcionado mais para realização de audiências especiais do que, inclusive, para apreciação de méritos de projetos.

Eu vou citar, inclusive, que a sistemática do Congresso Nacional é diferente, exista o presidente que existir. E com todas as contradições que a gente vive neste país, o Parlamento, de certa forma, tem crescido, os debates têm existido, as instâncias têm sido respeitadas. Então, eu acho que nós temos que tratar bem algumas coisas que dizem respeito ao nosso comportamento na Casa Legislativa sob pena de isso aqui perder a razão de existir.

Então, é melhor abrir de três em três meses, votar aquilo que está pautado pelo governo e pronto.

O Sr. PAULO CÂMARA: Obrigado.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: Eu entendo dessa forma. Entendo que urgência é urgência, é aquilo que pode paralisar um governo, é aquilo que pode trazer um prejuízo grande, excepcional à vida da sociedade. Então, não vejo porquê se tratar determinadas questões aqui como urgência.

Então, eu acredito que se convocar, inclusive, neste momento, comissões conjuntas já passa a ser um avanço para o que a gente estava vivendo anteriormente.

O Sr. PAULO CÂMARA: Obrigado, deputado.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: Então, acho bastante produtivo hoje a gente estar votando projetos de deputados. Acredito que seria melhor, inclusive, que os projetos tivessem passado pelas comissões temáticas, como entendo também que algumas questões de governo devem passar. Então, eu estou fazendo este aparte neste momento e dizendo que sou também uma pessoa que concorda com o posicionamento de V. Ex.^a.

O Sr. PAULO CÂMARA: Obrigado, deputado.

O Sr. Paulo Rangel Lula da Silva: Eu acho que as urgências que teriam que ser tratadas no dia de hoje, sob a visão do deputado Rosemberg, nosso Líder, podiam ser vistas na terça-feira até para que recuperássemos o desgaste desnecessário que houve no dia de hoje. Muito obrigado.

O Sr. PAULO CÂMARA: Obrigado, deputado, e incorporo o aparte de V. Ex.^a, que é um deputado equilibrado e que prima sempre pelo Regimento. É isso, aqui está

um petista e está um peessedebista, visões completamente distintas, mas que têm uma coisa em comum. Ninguém está aqui para fazer oposição por oposição, mas temos que buscar sempre o equilíbrio desta Casa, o equilíbrio das forças.

Sabemos o nosso tamanho. Claro, mas amanhã pode ser diferente! E respeitar a Minoria, deputada Maria del Carmen, essa é a grande virtude do outro lado. Foi assim que eu procurei fazer na presidência, valorizar a Oposição, porque valorizando a Oposição você tem uma Casa preservada e uma Casa cada vez mais elevada no seu nome. E aqui, infelizmente, isso não acontece. Nós todos, como falou o deputado Paulo Rangel, nós nos preocupamos com o nosso mandato, sempre falamos nos corredores, sempre falamos nas comissões.

Urgências, claro quando tiver uma fatalidade! Teve aquele problema da barragem que cedeu. Tem que parar a Casa para resolver! Tem que vir, imediatamente, a Casa parar e votar a urgência ou o que quer que seja, é uma coisa específica! Mas tratar como urgência tudo o que vem de lá! Como se esta Casa não estivesse funcionando, como se não tivesse a CCJ, como se não tivesse a Comissão de Orçamento. A junta das comissões, que segundo o deputado já é um avanço em comparação à legislação anterior, mas por que não foi tratado na nossa CCJ na terça-feira passada? Estávamos lá discutindo. Ou tem algo a esconder? Eu acredito que não. Ou não quer enfrentar o debate? Então começa a gerar essas dúvidas. E como a Casa se mobiliza sempre a reboque do Executivo, aí se apequena, aí se apequena! Aí vai para a manchete do site do jornal, da rádio e da TV: “Mais uma vez a Assembleia é convocada para votar projetos do Executivo.” Quando 63 deputados têm a capacidade de legislar, e nada fazem para mudar essa situação!

Precisamos provocar, deputada Maria del Carmen, eu conversei muito com V. Ex.^a sobre esse assunto. O deputado Paulo Rangel também toca. Por que não começarmos a nos organizar e pautar esta Casa nesse sentido? Para que terça-feira comecemos a votar projetos de todas as classes aqui, até para dar satisfação para o seu mandato!

Agora fica vergonhoso todo mundo aqui hoje, porque o governador mandou! O governador mandou todo mundo vir para cá hoje senão Rui vai cortar um bocado de coisas! É o que a gente escuta no corredor. É o que a gente escuta! Rui “Correria”. Por que o governador não vem apresentar esse projeto na Assembleia? Mas na Câmara ele vai! O que é que ele tem contra a Base do Governo dele? Será que é a reboque, será que é no chicote que é tratada essa base? Será que vocês não merecem o respeito, a atenção do governador? Porque foi explicar lá VLT. E o projeto de empréstimo de R\$ 40 milhões, não vem um, aqui, um secretário explicar, um, porque esta Casa não se respeita, esta Casa não se respeita e tem que ouvir calada.

É verdade, não estou inventando os fatos, porque o mínimo que tinha que ter são os secretários da Fazenda e da Administração prestando esclarecimentos em qualquer comissão que seja, aí poderíamos até obstruir, mas não estaríamos aqui dizendo que não foi apresentado, não foi debatido, não foi discutido, não foi tratado em tempo oportuno. Aliás, o discurso da Oposição, estou fazendo aqui o discurso de oposição, hoje, que aprendi na época com Olívia, com Aladilce, com Martinha, com Suíca, com

tantos amigos... Eu estou sempre em oposição, já fui oposição e governo, mas estou sempre na Oposição... mas também tem as convicções dele e têm que ser respeitadas.

Então, é esse debate que a gente tem que provocar e V. Ex.^a para vir aqui nesta Casa, hoje, no cargo que V. Ex.^a tem na Mesa, tem que trazer essa responsabilidade para a Mesa Diretora. Ou o presidente lidera junto com os dois líderes ou esta Casa vai passar mais uma legislatura sendo a vergonha que é lá fora, porque a Câmara Municipal aparece de maneira muito mais positiva do que esta Casa e esta Casa tem muito mais estrutura, muito mais orçamento e muito mais capacidade. Falo com o conhecimento da Casa de lá e da Casa de cá, mas aqui às vezes a gente se sente inútil, eu não gosto de me sentir inútil, a pior coisa do mundo é o ser humano não ser capaz de produzir. Eu fui eleito com mais de 55 mil votos para produzir e aqui a sensação é de inutilidade em determinados momentos, porque quando um deputado não participa de comissão ou não tem o que fazer, faz o que aqui durante o dia? Não faz nada. É isso que a gente quer para o nosso mandato? É isso que a gente quer para essa nova legislatura? Eu acho que não.

Portanto, deputado querido amigo Euclides, tenha certeza que o seu projeto tem um cunho social extremamente importante, porque como disse, conheço bem o Instituto de Cegos da Bahia, minha avó foi presidente por alguns anos daquela casa, frequentei, ainda vou lá, recentemente, estive no ano passado levando a Constituição em braile para aquela instituição que merece uma atenção especial, essas pessoas que infelizmente já têm essa deficiência têm que ser ajudadas, têm que ser preservadas, têm que ter a vida facilitada, esse projeto visa a facilitar, visa à inclusão social, visa a dar dignidade a essas pessoas, porque as vezes não tiveram sorte na vida e tem deputado, como V. Ex.^a, que se preocupa.

Então, esta Casa hoje faz um ato de justiça a essas pessoas que infelizmente não conseguem enxergar, mas enxergam com o coração e a gente precisa estar atento a isso.

Agora, quantos projetos dessa magnitude nós temos aqui nesta Casa parados? Quantos? Olha o desserviço que nós prestamos à sociedade, isso é um desserviço, esta Casa está segunda, terça e quarta sem produzir, nós não podemos fazer isso, nós não somos dignos do nosso mandato, nós não podemos falar lá fora, porque aqui nós não produzimos.

Então, Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados eram essas as minhas considerações. Tenha certeza, deputado Euclides, que V. Ex.^a conta com meu apoio e com o meu voto favorável para que possamos hoje fazer justiça social à nossa cidade, ao nosso estado.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador, nem pelo aparteante.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao Capitão Alden, que trocou com o deputado Alan Sanches pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. CAPITÃO ALDEN: Srs. Deputados, Sr.^a Presidente, gostaria de falar a respeito dessa proposta que prevê autorização do pedido de empréstimo de mais de US\$ 40 milhões pelo governador Rui Costa.

Eu gostaria de lembrar a V. Ex.^{as} que há mais ou menos 2 meses eu fiz aqui uma denúncia a respeito dos recursos que são destinados, diariamente, pelo governo do estado, à CCR Metrô. Eu vou relembrar, aqui, esses números para aqueles que não lembram, porque são números que por si só são vergonhosos. E eu acho que se o governo do estado abrisse mão de alguns gastos, fizesse a contenção de alguns gastos, ele poderia simplesmente abrir mão desse empréstimo de US\$ 40 milhões.

Eu lembrei aqui aos senhores, há uns dois meses, que hoje o governo do estado paga diariamente para a CCR Metrô R\$ 800 mil – R\$ 800 mil. E a que se refere esse valor de R\$ 800 mil por dia? Simplesmente o governo do estado, quando fez a proposta às empresas que iriam concorrer para explorar o metrô aqui em Salvador, ofereceu a essas empresas cerca de 500 mil passagens por dia. Quinhentos mil passageiros, por dia, iriam utilizar o sistema metroviário.

Infelizmente, mesmo após vários recursos, vários investimentos, o sistema metroviário em Salvador não chega nem a 300 mil passageiros por dia. Portanto, há um déficit contratual de mais de 200 mil passagens, 200 mil passageiros que deixam de entrar no sistema metroviário. Então, o estado, em função disso, é obrigado, por cláusula, a pagar uma multa contratual nessas duzentas e tantas mil passagens que deixam de ser vendidas, desses duzentos mil passageiros que deixam de utilizar o sistema metroviário.

Se nós fizermos uma conta básica, temos aqui R\$ 800 mil por dia, somente em passagens. Isso dá, por mês, R\$ 24 milhões, Hilton – R\$ 24 milhões por mês. Isso, em um ano, deputado Hilton e deputado Jacó, dá R\$ 288 milhões por ano. Nos últimos 5 anos, deputado Hilton, nesse mesmo esquema, o governo já desembolsou, somente para a CCR Metrô, R\$ 17 bilhões – R\$ 17 bilhões –, que são pagos simplesmente do nada, porque as passagens não estão sendo utilizadas.

Aí eu digo aos senhores: US\$ 40 milhões, que equivalem a mais ou menos R\$ 160 milhões. Se o estado poupar mais ou menos 4 a 5 meses, ele vai ter dinheiro para poder investir nas ações sociais, Olívia Santana, e todos os demais programas que foram citados aqui.

Então, não há por que simplesmente o governo pegar mais empréstimo, tomar mais uma dívida, para simplesmente ficar no vermelho e deixar a conta para o próximo governador. Basta de sermos enganados! Basta dessa falta de gestão do recurso público! Esta Casa, se conseguir aprovar esse projeto – e vai, porque tem a maioria –, vai deixar no pescoço de todo cidadão baiano as contas futuras e possivelmente outras dificuldades financeiras que daí surgirão.

Então fica aqui a minha opinião a respeito desse projeto que prevê a autorização para o governo do estado obter um empréstimo de mais de US\$ 40 milhões. Então R\$ 17 bilhões é algo que provavelmente deve ter caixa ainda, deve ter se utilizado esse recurso. Se for bem utilizado, vai dar muito bem para quitar todos os programas sociais e demais projetos que sejam de interesse do governo do estado.

Uma outra questão que eu venho aqui tratar é a respeito da ocorrência no estado do Rio de Janeiro, que resultou na morte de um indivíduo que tomou um ônibus

coletivo com mais de 37 reféns. Trinta e sete pais e mães de família que foram simplesmente submetidos ao terror, durante mais de 4 horas de negociação.

Eu gostaria, neste momento, de parabenizar as forças de segurança do estado do Rio de Janeiro, porque, de maneira profissional, de maneira técnica, e após os devidos procedimentos técnicos exigidos, através do gerenciamento de crises, montou toda a estrutura para se tentar chegar a uma solução pacífica desse caso.

Só pra relatar àqueles que desconhecem, o caso ocorreu no interior de um ônibus coletivo na Ponte Rio-Niterói, quando um indivíduo armado com um simulacro de arma de fogo... E já tem gente aqui dizendo: “Ah, porque é um absurdo. Ele estava com arma de brinquedo”. E como é que nós temos condições de avaliar que naquele momento, naquela circunstância, o indivíduo estava se utilizando de uma arma de brinquedo ou um simulacro de arma de fogo? Não há como precisar isso. Inclusive se os senhores tiverem acesso às imagens da “arma de brinquedo”, entre aspas, os senhores perceberão inclusive a similaridade, a perfeição que é o equipamento utilizado por esse indivíduo.

E não só por isso: além do simulacro de arma de fogo, ele estava utilizando uma faca, um galão de combustível e ainda frascos de coquetel molotov. Inclusive um deles foi atirado contra policiais militares daquele estado. Chegou inclusive – não obstante, não suficiente o terror promovido por esse indivíduo – a amarrar os 37 passageiros e atear, jogar sobre eles combustível, gasolina. Imaginem, neste momento, se os senhores estivessem naquele ônibus coletivo, cheio de combustível, sem saber, naquele momento, o desfecho daquela ocorrência, orando a Deus, aos santos e àqueles outros que acreditam ou não acreditam num desfecho satisfatório desta ocorrência.

Meus amigos, eu gostaria de dizer aos senhores que não é fácil para um policial militar, para o comandante de operações, decidir naquele momento sobre o tiro de comprometimento, o chamado tiro fatal, através do atirador *sniper*. Não é fácil uma decisão dessa. Aliás, em nenhum país do mundo o policial adota essa medida de bom grado ou simplesmente por livre vontade. Isso não acontece. Ninguém acorda hoje dizendo: “Ah! eu vou dar um tiro aqui, vou dar um tiro ali”. Não, meus amigos, isso acontece mediante um processo técnico, existe um procedimento técnico de negociação, existe toda uma fase, que é observada, que é analisada em conjunto. Não é uma decisão pessoal, não é uma decisão unilateral, essa decisão é tomada através de um corpo técnico que avalia sistematicamente várias questões: a questão psicológica, a questão mental do perpetrador do ato, do criminoso, analisa as circunstâncias, os riscos, a dificuldade de acesso ao local, ao ônibus, o possível trauma que as vítimas podem sofrer naquela circunstância. Não é fácil uma decisão como essa.

Então, meus amigos, durante uma crise de tal porte, não há como se ter garantias de sucesso numa operação como aquela, não há como se prever os resultados. Hoje as pessoas estão questionando a ação da polícia militar que culminou na neutralização daquele indivíduo. Mas imagine, Olívia Santana, se, passada mais meia hora, mais 20 minutos, todos os 37 reféns fossem assassinados. Imagine, deputada Olívia Santana, se naquele momento o indivíduo, que não estava em suas condições mentais adequadas, resolvesse atear fogo nas vítimas. Como iríamos tratar dessas questões?

A Sr.^a Olívia Santana: Um aparte, deputado.

O Sr. CAPITÃO ALDEN: Concedo a palavra a V. Ex.^a.

A Sr.^a Olívia Santana: É... Deputado Capitão Alden, eu queria... Estou ouvindo aqui a fala de V. Ex.^a referente a esse fato que abalou o Brasil inteiro, considero que muito do que V. Ex.^a falou é correto, o policial muitas vezes não tem condição de prever, de saber o que está acontecendo, de fato, ali, naquela situação, se a arma é ou não de brinquedo... Eu concordo com toda essa argumentação que V. Ex.^a apresentou, mas eu penso que o que chocou as pessoas que insistem em acreditar que é humano defender direitos humanos foi o comportamento do governador do Rio de Janeiro, aquela situação de comemorar, como se estivesse num estádio de futebol, a morte do sequestrador, aliás, uma situação que revela a história se repetindo com outra tragédia, igualmente àquela situação do sequestrador do ônibus 174, que virou filme. Nós precisamos ter sensibilidade com as tragédias que as pessoas vivenciam, a situação da família daquele rapaz. Isso não é uma contraposição, Capitão Alden, à tarefa do policial, ao exercício da função do policial, mas há que se entender que, ao criticarmos a atitude do governador Witzel, que fez aquela celebração do assassinato do rapaz, do sequestrador, nós estamos chamando a atenção é para o fato de que não podemos celebrar a morte. Não podemos celebrar a pena de morte porque isso não existe no Brasil, não há nenhuma lei que decreta pena de morte.

Essa atitude é uma atitude, na minha opinião, execrável, que nos empurra para o olho por olho, o dente por dente, para a barbárie. Naquele momento, a atitude do governador deveria ser a de lamentar a situação como um todo, se solidarizar com as vítimas do sequestro, sim, e lamentar a tragédia vivida naquela situação. Deve ter sido uma situação de grande aflição, de insegurança para as pessoas. O policial estava lá cumprindo a sua missão numa situação de grande tensão, mas jamais se deveria celebrar a morte daquela maneira, como um trunfo, como se fosse um prêmio, porque não é.

Então o que nos preocupa, finalizando, é a banalização da morte. Não pode ser isso uma política pública, como está, inclusive, estabelecido no pacote anticrime do ex-juiz Sérgio Moro. Isso não serve ao Brasil, não serve à paz e não vai ajudar a reduzir os indicadores de violência, que são fortemente representados pelos corpos de jovens negros assassinados diuturnamente neste país.

É essa a minha contribuição, eu gostaria que V. Ex.^a refletisse.

O Sr. CAPITÃO ALDEN: Agradeço a intervenção. De fato, nenhuma morte deve ser celebrada, mesmo a do inimigo, mesmo a do opositor, mesmo a do contraventor, a gente não deve jamais comemorá-la. A morte de alguém é algo que deve ser, de fato, sim, criticada, as práticas devem ser, sim, repensadas, não se deve jamais elogiar a morte do outro. Temos que pensar sempre como seres humanos, independentemente das ações, das práticas diárias.

Mas eu gostaria apenas de destacar que foi uma decisão difícil, não é uma decisão fácil, e com certeza esse policial, em algum momento de sua vida, vai lembrar desse ato.

O Sr. Robinson Almeida Lula: V. Ex.^a me permite um aparte?

O Sr. CAPITÃO ALDEN: Pois não, deputado Robinson.

O Sr. Robinson Almeida Lula: Deputado, ouvi o seu pronunciamento sobre o episódio que ocorreu hoje no estado do Rio de Janeiro. Antes desse episódio, eu tinha lido uma notícia que me deixou muito apreensivo: as forças militares no Rio de Janeiro foram responsáveis por mais de 800 homicídios nesses 8 meses. E entre esses homicídios, o de crianças, jovens, adolescentes, homens e mulheres de bem que perderam a vida em torno dessa guerra.

Sobre o episódio de hoje, eu creio que toda a ação policial que envolve um sequestro pode ter o desfecho que teve, que não é necessariamente o objetivo central da operação, que é a preservação da vida de todos, inclusive do sequestrador. O que não posso aceitar é que um governador de estado comemore esse acontecimento como se tivesse sido feito gol, como se fosse motivo de júbilo a comemoração da perda da vida de uma pessoa, seja ela qual for, de um ser humano, de um semelhante a nós. É o meu repúdio a essa atitude. Creio que, para uma operação comandada por policiais tecnicamente preparados, o desfecho não é o melhor, porque deveriam ser preservadas todas as vidas, mas entre as hipóteses possíveis há essa também colocada. Mas, é inaceitável a comemoração, como se fosse feito um momento de glória o assassinato de uma pessoa, como fez o governador do Estado do Rio de Janeiro, hoje à tarde.

O Sr. Zó: Capitão Alden, um aparte.

O Sr. CAPITÃO ALDEN: Pois não.

O Sr. Zó: Ouvindo o discurso de V. Ex.^a queria fazer uma análise muito parecida com a de Robinson e com a de Olívia, porque o nosso papa, ele disse que quem comemora uma morte, a primeira pessoa que morre é a própria pessoa que comemora. Então, claro que entre morrer... se tivesse de morrer alguém ali tinha que ser o sequestrador. Claro que a intenção da Polícia era preservar todos como o próprio comandante disse, mas a comemoração de um governador é uma pauta que está invertida neste país. A pauta que se comemora hoje não é a pauta de acabar com a pobreza, de dar mais direitos aos trabalhadores, a pauta está invertida. A pauta está se baseando em questões de violência, em questões que não têm nada a ver com o que a sociedade pleiteia, que é arrumar emprego, e nem acredito que o próprio policial se contente em participar de uma ação daquela, o próprio policial.

Infelizmente, a morte ali, além do sequestrador que morreu, morreu também para muitos da opinião pública, um governador que saiu pulando como se estivesse comemorando um gol, como se estivesse comemorando qualquer outra coisa.

Então, eu quero fazer esse registro: nas palavras do papa, quem morreu, além do sequestrador, foi aquele governador irresponsável do Rio de Janeiro.

O Sr. CAPITÃO ALDEN: Bacana. Só finalizando, estamos chegando já ao fim, faltam 2 minutos, infelizmente muitos papéis neste país têm se invertido, inclusive pleitear liberação de condenados, ainda que concordem ou não com o processo legal.

Hoje nós teremos oportunidade, em breve, na Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública, de ouvir, inclusive, um parecer da Defensoria Pública a respeito das audiências de custódia.

Eu, praticamente, já acompanhei diversas audiências de custódia e sei como acontecem, sei como ocorrem e sei do sentimento que a maioria das pessoas têm, principalmente as vítimas. Não sou contra a audiência de custódia em si, mas que também fosse permitido às vítimas ter uma audiência à parte para que elas fossem ouvidas, porque o criminoso, ele é ouvido se ele foi agredido, se ele foi ameaçado, se ele foi torturado, se foi praticado algum ato contra ele e a vítima nunca é ouvida. Nenhum agravante, nenhuma circunstância agravante é imputada ao criminoso, enquanto pratica esses mesmos atos criminosos de tortura psicológica e física.

Então, nós precisamos, sim, repensar os papéis neste país e, principalmente, valorizar as vítimas, valorizar o cidadão honesto, que trabalha no seu dia a dia, que tem direito ao seu patrimônio, que tem direito a sua liberdade e que hoje vive preso, vive encarcerado. Então, temos que exaltar, de fato, o compromisso com a vida, o compromisso com as pessoas e, principalmente, com a liberdade de ir e vir. Encerro aqui, Excelência, obrigado pela oportunidade.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, Srs. Deputados, durante as intervenções dos deputados Capitão Alden e Paulo Câmara, fiz uma reflexão com os deputados aqui com relação à pauta que nós apresentamos. Tem dois projetos de deputados que estão obstruindo a pauta, nós colocamos as contas do governador e três requerimentos de urgência.

Ouvindo os diversos deputados aqui e as ponderações dos deputados de oposição, então eu estou propondo retirar os requerimentos de urgência, votarmos os projetos de deputados e ainda apresentar mais três projetos de deputados que pela avaliação da Comissão de Constituição e Justiça estão aptos para votar, projeto de iniciativa do deputado Paulo Câmara, um projeto de iniciativa do deputado Alan Sanches e um do deputado Sandro Régis.

E nós votaríamos as contas do governador e votaríamos um projeto da BA, projeto de cessão da BA-120 para o Dnit, para o governo federal.

Esse projeto que tem como relatoria, uma vez que ele já foi apresentado aqui e já foi publicado, do deputado Marcelo Veiga, mas para a valorização novamente dos deputados que tem relação com aquela cidade também, deputado Luciano Simões e o deputado Rogerinho, eu também conversei com o deputado Marcelo Veiga para que pudéssemos fazer de uma forma simbólica, uma vez que já foi publicado o parecer pelo deputado Marcelo Veiga, que também substabelecessem de forma conjunta o deputado Luciano Simões e o deputado Rogério Andrade Filho.

Com isso, nós colocaríamos os dois outros projetos de iniciativa do Executivo para na terça-feira após apreciação em comissão, e com isso, eu acho que a gente pactua, e aí é uma ponderação que eu estou fazendo ao deputado Targino sem necessariamente exigir que a oposição vote a favor dos projetos, apenas com o objetivo de desobstruir

a pauta e que a gente possa dar continuidade aos debates aqui na Casa sobre os diversos projetos que tramitam nela.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Pela ordem o Deputado Targino.

O Sr. Targino Machado: Eu quero chamar a atenção dos Srs. deputados, dos Srs. da imprensa para a comunicação que precisamos fazer. E vou procurar fazer isso na linguagem mais clara, compreensível, transparente possível porque tudo o que é acertado antes não é caro e nem barato, é acertado. E precisamos acertar aqui e o que for acertado, ser cumprido.

O acordo que está acontecendo aqui vai ser da seguinte forma: temos dois projetos sobrestando a pauta de autoria de deputados, nós vamos votar esses dois projetos sobrestando a pauta, de autoria de deputados, nós vamos votar esses dois projetos. Votando esses dois projetos, limpamos a pauta de forma a permitir votar outras proposições. Mas além de votar esses três projetos e a ordem sequencial é essa, Sr. Presidente, além de votar os dois projetos do deputado Euclides e do deputado Pedro Tavares, nessa ordem, nós vamos votar mais três projetos de autoria dos deputados Alan Sanches, Sandro Régis e Paulo Câmara, e já estou aqui assinando a dispensa de formalidade.

Além disso, a pedido do deputado Luciano Simões que vem fazendo esse pedido insistentemente já a alguns dias e do próprio Rogerinho, deputado Rogério Filho, nós vamos assinar uma dispensa de formalidade para a cessão de um trecho da BA-120 ao Dnit, ou seja, federalização de parte daquela rodovia estadual. Deixo aqui no muro das lamentações, deputado Jânio Natal, a minha lamentação, porque eu gostaria que pudesse ser federalizada toda a BA-120, que vai desde a BR-101 passando por Castro Alves, chegando a BR-116, atravessando para Ipecaetá, cruzando a BA-052 que é a Estrada do Feijão e chegando a outra BR-324.

Mas o deputado Rosemberg aqui revelou a impossibilidade de assim proceder, porque já houve um acordo entre o Ministério do Transporte e o governo do estado da Bahia. Mas preciso deixar registrado até porque conheço bem esse trecho citado da BA-120 que é um caos total. E, com certeza, o povo daquela região se sentiria mais protegido se aquela rodovia fosse federal do que continuar na mão do estado que não está dando a assistência devida.

Vou assinar essa dispensa de formalidade até porque este é um projeto que traz efeitos benéficos para a Bahia e a Oposição não estar aqui para trazer prejuízo para a Bahia nem para os baianos. Mas preciso dizer, Sr. Presidente, que além disso pactuamos com o Líder Rosemberg, a aprovação na terça-feira de dois projetos, um de minha autoria e um da autoria do deputado Soldado Prisco, isso para terça-feira.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Desde que tenha constitucionalidade, foi assim que nós compactuamos.

O Sr. Targino Machado: Eu não estou aqui para botar chifre em cabeça de burro, até porque eu não produzo, da minha lavra não sai um projeto inconstitucional.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: O.k. Eu posso fazer só um...

O Sr. Targino Machado: Pois não. Me permita concluir.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Na realidade, para deixar registrado V. Ex.^a disse na sua fala que o governo...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) não estava dando assistência e que era um dos motivos para...

O Sr. Targino Machado: Na discussão do projeto, na discussão das contas, V. Ex.^a defende.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não, não vou defender é para deixar certinho. Foi feito até Castro Alves a recuperação, de Castro Alves a BR-116 é sob a jurisdição do Dnit. Então o governador foi ao ministério para fazer isso, porque ele não poderia fazer...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) sob pena de estar fazendo uma ação numa área que era de responsabilidade do governo federal, seria improbidade administrativa.

O Sr. Targino Machado: Pois não! Não cabe aparte em questão de ordem, mas a tolerância de S. Ex.^a, o presidente, é elástica, a minha já não se fala, mas concluo, Sr. Presidente, dando ciência de que a oposição entende que é necessário votar as contas de S. Ex.^a, o Governador, do Exercício de 2015, que se encontra aqui na Casa, o parecer, do Sr. Inaldo da Paixão Santos, desde o dia 2 de março de 2016. Isso aqui, não é? Esta Casa não pode virar colchão, acomodação, para projetos estarem aqui cochilando. Precisamos dar uma satisfação à opinião pública, mas vamos obstruir, este será o último projeto a ser votado hoje com a obstrução da Oposição. O Sr. entendeu, Sr. Presidente, a sequência?

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Na plenitude!

O Sr. Targino Machado: Quero fazer chegar às mãos do nobre diretor, Dr. Carlos Machado, os requerimentos de dispensa de formalidade.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Targino e deputado Rosemberg, eu fico extremamente satisfeito por chegarmos a mais um consenso, a mais um entendimento, isso demonstra o grau de maturidade que nós estamos vivendo nesta Casa, nesta legislatura. E, nós que fizemos um compromisso de votar as contas, as quatro contas do governador Rui Costa, até o final do ano, esse entendimento é fundamental para que esse nosso intuito se concretize. Eu acho importante que a gente continue sempre buscando o diálogo, sempre procurando ter uma relação de muita harmonia porque, afinal de contas, todos nós estamos aqui com um único propósito que é trabalhar em prol do crescimento e desenvolvimento da Bahia.

Então, a todos que participaram desta grande costura eu quero dar os meus parabéns. E vamos começar agora as nossas votações, iniciando pelo Projeto de Lei nº 16.267/2007, de procedência do deputado Euclides Fernandes, que torna obrigatória a instalação de placas em braile contendo a relação das linhas de ônibus e seus itinerários, nos terminais rodoviários do estado.

Encerrada a discussão. Em votação.

Os Srs. Deputados, que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

O Sr. Targino Machado: À unanimidade, Excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Aprovado à unanimidade, em primeiro turno.

PROJETO DE LEI Nº 16.267/2007

Torna obrigatória a instalação de placas em braile contendo a relação das linhas de ônibus e seus itinerários nos terminais rodoviários do Estado.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA

DECRETA:

Art. 1º - Os terminais rodoviários do Estado ficam obrigados a instalar placas em braile contendo a relação das linhas de ônibus e seus itinerários para o atendimento dos portadores de deficiência visual.

Art. 2º - O poder executivo regulamentará esta lei no prazo de sessenta dias a contar da data de sua publicação.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 25 de maio de 2007.

Deputado Euclides Fernandes

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): O próximo projeto é o Projeto de Lei nº 21.549/2015, de procedência do deputado Pedro Tavares, que dispõe sobre a criação do Dia de Conscientização e Combate às Doenças da Glândula Tireoide no Estado da Bahia.

Em discussão. Encerrada a discussão.

Em votação em primeiro turno. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado à unanimidade.

PROJETO DE LEI Nº 21.549/2015

Dispõe sobre a criação do dia de conscientização e combate às doenças da glândula tireoide no Estado da Bahia.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o “Dia de conscientização e combate as doenças da glândula tireoide” no Estado da Bahia, a ser comemorado, anualmente, em 24 de maio.

Parágrafo único - Por ocasião da comemoração devem ser realizadas ações preventivas e de combate às doenças da tireoide com o objetivo de conscientizar da população acerca da problemática.

Art. 2º - Norma regulamentar desta lei disporá a respeito do detalhamento de atividades, temática e calendário a serem cumpridos para os seus fins.

Art. 3º - O Executivo regulamentará a presente Lei no que couber.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2015

Deputado Pedro Tavares

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Há sobre a Mesa um requerimento formulado pelos Líderes da Maioria, Rosemberg Lula Pinto, e da Minoria, deputado Targino Machado: “Os Líderes dos Blocos da Maioria e da Minoria com assento nesta Casa vêm, na forma regimental, requerer a V. Ex.^a a dispensa de todas as formalidades regimentais para que sejam apreciados de logo os seguintes projetos:

Projeto de Lei nº 21.721/2015, do deputado Alan Sanches, que dispõe sobre a obrigação da colocação da informação bibliográfica ou explicativa sobre o homenageado nas placas dos logradouros, ruas, viadutos e espaços públicos.

Projeto de Lei nº 23.334/2019, do deputado Paulo Câmara, que dispõe sobre a regulamentação da prática esportiva eletrônica.

Projeto de Lei nº 19.452/2011, do deputado Sandro Régis, que dispõe sobre a proibição de concessão de benefícios a empresas investigadas pela prática do trabalho escravo.”

A Presidência defere o requerimento.

Tem mais um requerimento aqui, também formulado pelos deputados Rosemberg Lula Pinto e Targino Machado: (Lê) “*Os Líderes dos Blocos da Maioria e Minoria parlamentar com assento nesta Casa vêm, na forma regimental, requerer a V. Ex.^a a dispensa de todas as formalidades regimentais para que seja apreciado de logo o Projeto de Lei nº 23.401/2019, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a transferir para União os trechos da rodovia estadual que indica.*”

Defiro o requerimento.

O Sr. Presidente (Nelson Leal): Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei nº 21.721/2015, de autoria do deputado Alan Sanches.

Designo como relator o deputado Paulo Câmara.

O Sr. PAULO CÂMARA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, encontra-se aqui para relatoria o Projeto nº 21.721/2015, do deputado Alan Sanches, que dispõe sobre a obrigação da colocação da informação bibliográfica ou explicativa sobre o homenageado nas placas, nos logradouros, ruas, viadutos e espaços públicos.

No teor do projeto, Sr. Presidente, o deputado Alan Sanches, em sua justificativa, fala que o presente projeto tem como objetivo principal informar a toda a população o

porquê daquela homenagem e do reconhecimento às realizações advindas do homenageado, sua titularidade, obras, benfeitorias e cargos.

Então, não há nenhum óbice jurídico, Sr. Presidente. Portanto, nós damos o parecer favorável pela constitucionalidade para que possa ser encaminhado no trâmite normal desta Casa.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Em votação o parecer do deputado Paulo Câmara, no âmbito das Comissões. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

No Plenário. Em discussão o Projeto de Lei nº 21.721/2015. (Pausa)

Encerrada a discussão.

Para encaminhar, o deputado Alan Sanches, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Alan Sanches, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. Hilton Coelho: Sr. Presidente, o projeto é o das contas do governo?

O Sr. ALAN SANCHES: Não. É o projeto de autoria do deputado Alan Sanches, no acordo. As contas será o quarto projeto a partir de agora.

Eu só queria encaminhar.

Presidente, deputados, queridos, deputado Paulo Câmara, eu queria, aqui, só agradecer aos colegas pelo acordo firmado para que a gente pudesse estar votando projetos de autoria dos deputados e, dentre esses, hoje eu consiga aprovar mais um projeto nesta legislatura, que é justamente o que eu sempre senti falta como cidadão, não só como deputado: que a partir de hoje nas placas, nos logradouros, nas praças, a gente consiga homenagear determinado personagem ou personalidade da nossa vida, aqui ou em nosso Brasil. Que possa ter uma pequena identificação para que a gente saiba no futuro contar a história do ex-prefeito Osni, do ex-prefeito Zé Raimundo, ex-deputado Sandro Régis. Que tenha uma pequena identificação bibliográfica sobre o determinado personagem ou personalidade que vai ser homenageado. O próprio Dr. Alan também.

Agradeço e encaminho pela aprovação junto com V. Ex.^{as}.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Encerrado o encaminhamento.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado à unanimidade.

PROJETO DE LEI N° 21.721/2015

Dispõe sobre a obrigação da colocação da informação bibliográfica ou explicativa sobre o homenageado nas placas dos logradouros, ruas, viadutos e espaços públicos.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1° - Fica instituída a obrigatoriedade no âmbito do Estado da Bahia que quando da colocação de placas informativas de Ruas, Logradouros, Praças, Viadutos e Espaços Públicos, constem dados bibliográficos ou explicativos dos homenageados, de forma sintética, utilizando-se para tal no máximo 2 linhas da citada placa para informação desses dados.

Parágrafo único – As informações constantes do item 1° terão tão somente a titularidade e o fato mais importante criado e realizado pelo homenageado que tenha dado o nome ao local.

Art. 2° - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, determinando na oportunidade aos órgãos envolvidos, adoção das providências necessárias à sua execução e fiscalização do presente Projeto de Lei.

Art. 3° - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 22 de dezembro de 2015.

Deputado Alan Sanches

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): O próximo projeto é o Projeto de Lei nº 19.452/2011, de autoria do deputado Sandro Régis, que dispõe sobre a proibição de concessão de benefícios às empresas investigadas pela prática do trabalho escravo.

Designo o deputado Targino Machado como relator.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Targino Machado.

O Sr. TARGINO MACHADO: Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, não posso me furtar, por razões múltiplas, a apresentar o parecer ao Projeto de Lei nº 19.452/2011, de autoria do deputado Sandro Régis que, só pela autoria, me enche de prazer. E o conteúdo, de igual modo, porque no seu art. 1° diz o seguinte: (Lê): “Art. 1° - Fica vedado aos órgãos e entidades da Administração Pública do Estado da Bahia, a concessão de benefícios fiscais ou administrativos a empresas investigadas pela prática do trabalho escravo.

§ 1° - Para efeito do estatuído no caput, considera-se trabalho escravo aquele resultante da combinação de trabalho degradante com cerceamento da liberdade.

§ 2° - Consideram-se benefícios fiscais e administrativos, para efeito da presente lei:

I – pagamento e remissão

II – anistia

III – redução da base de cálculo de tributos

IV – concessão de financiamento nos estabelecimentos oficiais do estado.

Art. 2º - As empresas condenadas pela prática do trabalho escravo em qualquer estado da Federação ficam proibidas de participar de processos licitatórios com vistas à contratação de obras, serviços ou fornecimento de materiais e equipamentos pelos poderes públicos do Estado da Bahia.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.”

Quero, inicialmente, parabenizar o companheiro Sandro Régis pela envergadura do projeto, pelo alcance do projeto, e declarar a essa Casa que esse é um projeto legal, regimental e voto pela sua aprovação.

É o parecer.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Em votação no âmbito das comissões.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado à unanimidade.

Agora no Plenário.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado à unanimidade.

PROJETO DE LEI Nº 19.452/2011

Dispõe sobre a proibição de concessão de benefícios às empresas investigadas pela prática do trabalho escravo.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º - Fica vedado aos órgãos e entidades da Administração Pública do Estado da Bahia, a concessão de benefícios fiscais ou administrativos a empresas investigadas pela prática do trabalho escravo.

§ 1º - Para efeito do estatuído no caput, considera-se trabalho escravo aquele resultante da combinação de trabalho degradante com cerceamento da liberdade.

§ 2º - Consideram-se benefícios fiscais e administrativos, para efeito da presente lei:

I – pagamento e remissão

II – anistia

III – redução da base de cálculo de tributos

IV - concessão de financiamento nos estabelecimentos oficiais do estado.

Art. 2º - As empresas condenadas pela prática do trabalho escravo em qualquer estado da Federação, ficam proibidas de participar de processos licitatórios com vistas à contratação de obras, serviços ou fornecimento de materiais e equipamentos pelos poderes públicos do Estado da Bahia.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 6 de setembro de 2011.

Deputado Sandro Régis

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Próximo projeto. É o Projeto de Lei nº 23.334/2019, de autoria do deputado Paulo Câmara, que dispõe sobre a regulamentação da prática esportiva eletrônica.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Designo como relator o deputado Alan Sanches.

O Sr. ALAN SANCHES: O projeto que passo a relatar dispõe sobre a regulamentação da prática esportiva eletrônica. É um projeto de autoria do vice-presidente da nossa Comissão de Constituição e Justiça. Eu acompanho Paulo Câmara há algum tempo, suas atitudes, seus trabalhos como vereador e agora como deputado. É um defensor desses jogos eletrônicos, e nada mais justo do que a aprovação desse projeto. Não encontra óbice nenhum na sua constitucionalidade, na sua legalidade e encaminhamento pela sua aprovação.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Em votação no âmbito das comissões.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação no plenário.

Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto de Lei nº 23.334/2019, de procedência do deputado Paulo Câmara, permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 23.334/2019

“Dispõe sobre a regulamentação da prática esportiva eletrônica”

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DECRETA:**

Art. 1º - A prática da atividade esportiva eletrônica no Estado da Bahia obedecerá o disposto no art. 3º da Lei nº **9.615/1998**, com as alterações do art. 38 art. 3º da Lei 13.155/2015 e demais disposições esta Lei.

Art. 2º - O esporte eletrônico fica reconhecido como a prática desportiva, em que duas ou mais pessoas ou equipes competem em modalidade de jogo desenvolvido com recursos das tecnologias da informação e comunicação.

§ 1º O esporte eletrônico abrange práticas formais e não formais e, quando praticado de modo profissional, observará às regras nacionais e internacionais aceitas pelas entidades de administração do desporto.

§ 2º O praticante de esporte eletrônico é denominado “atleta”.

Art. 3º - O esporte eletrônico tem como base os princípios fundamentais que regem o desporto brasileiro insculpidos na Lei 9.615/1998 com a nova redação inserta pela Lei 13.155/2015.

Parágrafo único. São objetivos específicos do esporte eletrônico:

I – promover a cidadania, valorizando a boa convivência humana;

II – propiciar o desenvolvimento dos valores educacionais do esporte baseado no conceito do jogo limpo (fair play), na cooperação, na participação e no desenvolvimento integral do indivíduo;

III – desenvolver a cultura por meio da prática esportiva, aproximando participantes de diversos povos;

IV – combater o ódio, a discriminação e o preconceito contra pessoa em razão de sua etnia, raça, cor, nacionalidade, gênero ou religião;

V – contribuir para o desenvolvimento intelectual, físico e motor de seus praticantes;

VI – da diferenciação, consubstanciado no tratamento específico como desporto não formal, profissional.

Art. 4º - O esporte eletrônico será coordenado, gerido e normatizado por ligas, federações e confederações e entidades nacionais e regionais de administração do desporto.

Parágrafo único - Os eventos deverão ter prévia autorização dos desenvolvedores dos jogos.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 27 de maio de 2019.

Deputado Paulo Câmara

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): O próximo é o Projeto de Lei nº 23.401/2019, de autoria do Poder Executivo, que o autoriza a transferir para a União os trechos da rodovia estadual que indica. Os relatores são os deputados Marcelo Veiga e Luciano Simões.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Com a palavra o deputado Marcelo Veiga.

O Sr. MARCELO VEIGA: Sr. Presidente, Srs. Deputados, como o presidente já falou, quero também destacar a maturidade desta Casa. Este projeto de lei, por exemplo, que agora relato, passou a ter três relatores, mostrando a democracia e o entrosamento deste Poder.

Então, eu chamo aqui o deputado Luciano Simões Filho e o deputado Rogério Andrade Filho, parlamentares que têm atuação naquela região, para também relatarem este projeto.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Fala, Rogerinho. (Pausa)

Com a palavra o deputado Luciano Simões.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO: Obrigado, deputado.

Destaco aqui a competência parlamentar do deputado Rogério Andrade Filho. Ele foi importantíssimo no sentido de sensibilizar a Bancada do Governo para a assinatura da dispensa de formalidades para a votação deste projeto referente a uma importante estrada da Bahia, que liga a BR-101 à BR-116, passando pelo município de Castro Alves, dando à BA-120 acesso direto à BR-116.

Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle ao Projeto de Lei nº 23.401/2019, de autoria do Poder Executivo, que o autoriza a transferir para a União os trechos da rodovia estadual que indica.

Através desta proposição que ora passo a relatar, pretende o Poder Executivo obter da Assembleia Legislativa a necessária autorização para que possa proceder à transferência para a União de trechos da rodovia estadual BA-120, num total de 22,3 quilômetros, que interligam a cidade de Castro Alves à rodovia federal BR-116.

O parecer é pela constitucionalidade, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): É com muito prazer que irei colocar em votação, no âmbito das comissões, esses pareceres.

Tenho apenas 21 anos nesta Casa, queria até chamar o deputado Jurandy Oliveira, que já tem mais tempo, está aqui há 36 anos... Carlinhos já está há 41 anos Assembleia da Bahia.

Pois bem, nunca aconteceu uma situação como esta, volto a dizer, com a Assembleia mostrando a sua maturidade, a sua grandeza. Afinal de contas, tivemos três relatores, dois do governo e um da Oposição, demonstrando que esta Casa se despe de todas as vaidades quando o intuito é o bem da região. Fico feliz por poder participar deste momento de extrema democracia.

O Sr. Zé Raimundo Lula: Uma criatividade regimental.

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputado Zé Raimundo, gostei da sua colocação inicial, é de uma criatividade regimental fantástica.

Em votação no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação no plenário. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado à unanimidade.

PROJETO DE LEI Nº 23.401/2019

Autoriza o Poder Executivo a transferir para a União os trechos da rodovia estadual que indica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para a União os trechos da Rodovia Estadual BA-120 indicados no Anexo Único desta Lei.

§ 1º - A transferência tem por finalidade a incorporação de trechos de rodovia estadual implantada, cujo traçado coincida com diretrizes de rodovia federal planejada, à Rede Rodoviária sob jurisdição federal.

§ 2º - A transferência não inclui vias que sofram interferência de áreas indígenas ou de proteção ambiental, nem acarretará ônus para a União, tais como ressarcimento de despesas de desapropriação, construção, operação ou manutenção que tiver incorrido o Estado da Bahia até a data da transferência, ou de indenizações decorrentes dessa transferência.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): Deputados, antes de encerrar esta sessão, nós vamos convocar uma sessão extraordinária para votar em segundo turno todos os projetos que nós acabamos de aprovar no primeiro turno e, também, as contas do governador Rui Costa referente ao ano de 2015.

Convoco uma sessão extraordinária para apreciarmos em segunda votação os seguintes projetos de lei: Projeto de Lei nº 16.267/2007, de autoria do deputado Euclides Fernandes; Projeto de Lei nº 21.549/2015, de autoria do deputado Pedro Tavares; Projeto de Lei nº 21.721/2015, de autoria do deputado Alan Sanches; Projeto de Lei nº 19.452/2011, de autoria do deputado Sandro Régis; Projeto de Lei nº 23.334/2019, de autoria do deputado Paulo Câmara, e também o Projeto de Decreto Legislativo nº 2.506/2017, de procedência da Comissão de Finanças, Orçamento,

Fiscalização e Controle, que aprova as contas do Poder Executivo do estado da Bahia no ano de 2015.

Convoco uma sessão extraordinária 1 minuto após o encerramento da presente sessão.

Como não consta mais nenhuma matéria na Ordem do Dia, declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.